UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

JOSEFINA RAQUEL CICCONETTI

**Banheiros públicos como demarcação de fronteiras identitárias: experiências de
mulheres lésbicas em São Paulo.**

São Paulo

2019

JOSEFINA RAQUEL CICCONETTI

Banheiros públicos como demarcação de fronteiras identitárias: experiências de mulheres lésbicas em São Paulo.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora no dia 4 de junho de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:

Cultura, Política e Identidades.

Orientadora:

Profa. Dra. Valéria Barbosa de Magalhães.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Cicconetti, Josefina Raquel

Banheiros públicos como demarcação de fronteiras identitárias:
experiências de mulheres lésbicas em São Paulo / Josefina Raquel
Cicconetti; orientadora, Valéria Barbosa de Magalhães. – 2019
146 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de
PósGraduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão original

1. Gêneros (Grupos sociais) - São Paulo. 2. Identidade de
gênero. 3. Homossexualidade. 4. Mulheres. 5. Banheiro
público - São Paulo. I. Magalhães, Valéria Barbosa de, orient.
II. Título

CDD 22.ed.- 306.7098161

Nome: CICONETTI Josefina Raquel.

Título: Banheiros públicos como demarcação de fronteiras identitárias: experiências de mulheres lésbicas em São Paulo.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:

Cultura, Política e Identidades.

Orientadora:

Profa. Dra. Valéria Barbosa de Magalhães.

Aprovada em: 04/06/2019

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^a. Soraia Ansara

Instituição: EACH-USP

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Steven Buttermann

Instituição: UM- Externo

Julgamento: Aprovada

Prof^ª. Dr^a. Daisy Perelmutter

Instituição: PUC- Externo

Julgamento: Aprovada

A mi mamá, Gachi Massochi, porque luchaste contra todo, resististe y venciste. Porque con el ejemplo me enseñaste que un tropezón no es caída; que en la variedad está el gusto; que una educación de calidad es pública, laica y gratuita y que la lucha por la memoria, la verdad y la justicia es lo que nos impulsa a decir Nunca Más!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todas as entrevistadas que aceitaram o convite para participar da pesquisa e através do relato em primeira pessoa de suas histórias e experiências, não só contribuíram com a pesquisa, mas também foram além dela e suas vozes se transformaram num contraponto ao silenciamento, à invisibilidade e às opressões que o sistema heteropatriarcal impõe sobre as dissidências sexogenéricas da norma. Reivindicaram também seus direitos de ser e de estar no mundo. Com suas narrações romperam tanto com os moldes estéticos binários como com os imaginários heteronormativos das corporalidades, das sexualidades e dos gêneros.

Agradeço também, muito especialmente, à minha orientadora a Professora Doutora Valéria Barbosa de Magalhães que apostou, desde um primeiro momento, nesta pesquisa entendendo que à mesma retratava um paradigma social e cultural contemporâneo. Sou grata a ela porque me concedeu não só seu voto de confiança e estímulo constante, mas também porque compartilhou comigo seu tempo, manteve sempre um diálogo aberto e horizontal, a todo momento fomentou minha participação em instâncias de formação acadêmica nacionais e internacionais, como também abriu-me as portas do Grupo de Estudos e Pesquisa em História oral e Memória (GEPHOM), através do qual pude me engajar e aprender sobre questões teóricas e metodológicas de pesquisa.

Na retaguarda deste percurso acadêmico há muitas pessoas envolvidas, tanto no Brasil como na Argentina, que me deram apoio, contenção e sem as quais eu não teria sido capaz de me lançar em tamanho desafio. Agradeço à minha família na Argentina, minha avó Elsa Massochi e aos meus irmãos Martín, Matias, María Laura e Eduardo que diante de cada empreendimento vibraram e sonharam comigo; a Cecilia Vazquez, com quem aprendi e aprendo muito, principalmente, a construir autonomia; e às minhas amigas que são meu “fio terra” Melisa Ferreccio, Luciana Quiroz e Manuela Noriega.

À minha família no Brasil, à minha tia e madrinha Ana Massochi, por me ajudar e acompanhar a cada passo e por me animar a sonhar grande; aos meus queridos primos Carlos Livieres e Paula Fonseca pelo alento e amor de sempre; agradeço também o acolhimento, o apoio e carinho de Francisca, Tereza e Henrique Carvalho e a Erick Morris, minha família recifense. Também agradeço a minhas amigas e companheiras de luta Luciana Rosseto e Celina Lagrutta que me acompanharam a cada momento. Agradeço também a Fabián Cevallos Vivar,

por ser um amigo aliado, generoso e atento, com quem desvendei, ao longo deste percurso acadêmico, os mais diversos quebra-cabeças.

Meu agradecimento eterno a Iara Freiberg, a irmã que a vida me deu, pelo exercício diário de questionarmos, de imaginar e de fazer da nossa cotidianidade um mundo melhor.

Agradeço imensamente a Jessica Morris, minha companheira, por me incentivar e encorajar dia a dia, por ser uma parceira e amiga sem igual, com quem aprendo, descubro e invento uma multidão de mundos possíveis onde viver. Meu amor infinito para você.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais por toda a colaboração prestada durante estes anos de pesquisa e particularmente pelo apoio dado através da Bolsa de Demanda Social/ CAPES que possibilitou a realização da mesma.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Código de financiamento 001”.

Habitar la frontera, supone vivir sin fronteras.
Supone asumir que somos siempre un verdadero
cruce de caminos. Gloria Anzaldúa, 1987.

#NiUnaMenos

RESUMO

CICCONETTI, Josefina Raquel. **Banheiros públicos como demarcação de fronteiras identitárias:** experiências de mulheres lésbicas em São Paulo. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

A presente dissertação apresenta a pesquisa *Banheiros públicos como demarcação de fronteiras identitárias: experiências de mulheres lésbicas em São Paulo*, investigação que traz uma análise crítica sobre as experiências de mulheres lésbicas nos banheiros públicos em São Paulo. No seu objetivo geral, propôs-se identificar as desigualdades em termos de gênero e sexualidade, enquanto “marcadores sociais da diferença”, que operam nos banheiros públicos, fazendo uso de uma abordagem interdisciplinar entre os Estudos Culturais, as teorias Feministas, Pós-estruturalistas e *Queer*. Enquanto objetivo específico, buscou-se aprofundar na análise dos sentidos que as entrevistadas produziam ao narrarem suas experiências, analisando assim categorias conceituais e empíricas como “mulher,” “homem,” “masculinidade,” “feminilidade,” “lésbica” “expressão de gênero” e “performance de gênero”. A abordagem desses temas se contrapõe à concepção idealizada culturalmente dos banheiros como espaço neutro, no qual sua divisão se acredita dar de forma “natural”. Argumenta-se, por meio das experiências das entrevistadas, como este espaço opera como um dispositivo protocolar do gênero, em termos de indicar os limites e as fronteiras dos processos identitários entre os sujeitos. Desta forma, a não adequação dos sujeitos aos padrões de “homem” / “mulher” gera uma ruptura no sistema heteronormativo, no sentido das expectativas e demandas sociais, e aciona diversas técnicas de poder e controle, tornando o banheiro em mais um cenário normativo de afirmação da diferença sexual. O banheiro público é o local por meio do qual, a diferença sexual vai se afirmar e sustentar, já seja no sentido simbólico (os signos, figuras, representações do “masculino” e do “feminino”) ou literal (dispositivos de vigilância e controle que estão dispersos no meio social que instituem modelos de “corpos-homem” e “corpos-mulher”). Assim, o banheiro público representa, na sociedade paulista contemporânea, o último bastião do sistema heteronormativo e patriarcal.

Palavras-chave: Banheiros públicos. Gênero. Lésbicas. Masculinidades femininas.

ABSTRACT

CICCONETTI, Josefina Raquel. **Public bathrooms as demarcation of identity borders: experiences of lesbian women in São Paulo.** 2019. 146 f. Dissertation (Master's in Philosophy) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Updated version.

The present research *Public bathrooms as demarcation of identity borders: experiences of lesbian women in São Paulo*, provides a critical analysis of the experiences of lesbian women in public toilets in São Paulo. Its general objective was to identify inequalities in terms of gender and sexuality as “social markers of difference” that operate in public toilets, using an interdisciplinary approach between Cultural Studies, and the Feminist, Post-structuralist and Queer theories. As a specific objective, we sought to deepen the analysis of the meanings the interviewees produced in narrating their experiences, thus analyzing conceptual and empirical categories such as “woman,” “man,” “masculinity,” “femininity,” “lesbian,” “gender expression” and “gender performance”. The approach to these themes runs counter to the culturally idealized conception of the bathrooms as a neutral space, in which their division is believed to be “natural.” It is argued, through the experiences of the interviewees, that this space operates as a gender device protocol, in terms of indicating the limits and the boundaries of the identity processes between the subjects. As such, the non-adaptation of the subjects to the standards of “man”/ “woman” generates a rupture in the heteronormative system, in the sense of expectations and social demands, and triggers several techniques of power and control, making the bathroom another normative scenario of affirmation of sexual difference. The public toilet is the place whereby sexual difference is affirmed and sustained, whether in the symbolic sense (signs, figures, representations of the “masculine” and the “feminine”) or literal (devices of surveillance and control which are dispersed in the social environment that establish models of “man-bodies” and “woman-bodies”). Thus, the public bathroom represents, in contemporary Paulista society, the last bastion of the heteronormative and patriarchal system.

Keywords: Public toilets. Gender. Lesbians. Female Masculinity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placas de banheiros em Aeroportos	52
Figura 2 - Segregação racial no sul dos Estados Unidos	55
Figura 3 - Placas de banheiros	58
Figura 4 - Cartoon de Laerte Coutinho	60
Figura 5 - Placa de banheiros em universidades brasileiras	98
Figura 6 - Banheiros do Centro de Estudos Social (CES)	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIS - Cisgênero

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans

EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

GALF - Grupo de Ação Lésbica Feminista

GGB - Grupo Gay da Bahia

HO - História oral

HP - História pública

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transexuais

LGBTQ+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers e outras orientações sexuais e de gênero

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

NUMAS - Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença

PL - Projeto de Lei

PUC- SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

USP - Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
2.1. Chegar às entrevistadas	24
2.2. Rede de entrevistadas	28
2.3. Sistematização dos temas	31
3. GÊNERO NO BANHEIRO	34
3.1. Recapitulando: o gênero como corrente de pensamento	35
3.2. Gênero como mudança de paradigma	37
3.3. Representações sociais, Agência e Poder.....	41
3.3.1. Identidade e Diferença.....	41
3.3.2. Nomear, representar e classificar.....	43
3.3.3. Estereótipo de gênero	45
3.4. Agência como ação	48
3.5. Poder como processos de disciplinamento e regulação	49
3.5.1. O poder na dicotomia do privado e do público	52
3.5.2. O banheiro: a construção do privado, do público e do comum	56
4. “LÉSBICAS ENTRE DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES”	61
4.1. Em (con)texto: o homoerotismo entre mulheres	62
4.1.1. No contexto internacional.....	62
4.1.2. No contexto nacional	64
4.2. Quem são “as” Lésbicas?	66
4.2.1. Lésbicas: expressões de um nome próprio	69
4.2.2. <i>Butch e Femme</i>	72
4.2.3. “Masculinidades femininas”	75
4.2.4. Lésbicas ‘masculinas’ nos banheiros públicos	79
4.3. Interpelação de gênero em etapas.....	82

4.3.1.	Etapa I – Estereótipos	82
4.3.2.	Etapa II – Questionamento, Argumentação e Prova.....	88
4.3.3.	Etapa III – Confusão e Disciplinamento de gênero	92
4.4.	Banheiros sem distinção de sexo e gênero	96
4.4.1.	Banheiros unissex: entre motivos e pretextos.....	100
4.4.2.	O caso do banheiro unissex na PUC SP	103
4.4.3.	Alternativas aos dilemas dos banheiros unissex	107
5.	RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICES	125
	APÊNDICE A – Quadro referências das entrevistadas	125
	APÊNDICE B – Roteiro temático.....	126
	APÊNDICE C – Cessão de entrevistas	128
	APÊNDICE D – Carta ao Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais.....	129
	APÊNDICE E – Entrevista completa	132
	ANEXOS	140
	ANEXO A – Poemas de Susy Shock “Que otros sean lo normal”	140
	ANEXO B – Seleção de fotografias	142

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa *Banheiros públicos como demarcação de fronteiras¹ identitárias: experiências de mulheres lésbicas em São Paulo*. Contudo, antes de entrar na descrição de cada etapa e na problematização e análise própria do tema de investigação, gostaria de situar-me no texto e no contexto, propriamente dito. No primeiro deles, no *texto*, vale fazer a ressalva com relação a uma das características da abordagem metodológica da pesquisa, o enfoque interdisciplinar². Esta abordagem possibilitou que a pesquisa se nutrisse de concepções teóricas e conceituais dos Estudos Culturais, da teoria Pós-estruturalista, Feminista e *Queer*, abrindo assim caminho para novos horizontes epistemológicos que deixaram caducas concepções anteriores. Uma das características comuns, entre estes campos teóricos e epistêmicos é estarem mais perto dos objetos/sujeitas³ de estudo, sem reforçar ou mesmo estabelecer limites fixos ou permanentes, em termos de contato e diálogo recíproco, entre investigadora e entrevistada.

Na perspectiva interdisciplinar adotada, há diversas contribuições epistemológicas agrupadas, uma delas resulta da teoria feminista e postula que: “todo conhecimento é situado” (HARAWAY, 1988). Esta concepção, de certa forma, renuncia a ideia de ciência enquanto área de estudo dotada de neutralidade, objetividade e racionalidade e incorpora, ao universo acadêmico, a visão do mundo das pessoas, suas vivências cotidianas e suas subjetividades. Por causa disso, a noção de saberes e conhecimentos situados (HARAWAY, 1988) tem uma enorme ligação com minha atuação enquanto feminista, lésbica e pesquisadora, já que me expresso, participo e investigo de maneira transversal através da minha experiência e daquelas situações que me atravessam e interpelam no cotidiano, onde não há uma cisão ou separação

¹ O conceito de fronteira nesta dissertação se utiliza como categoria política, tomando como referência a produção teórica e literária de Glória Anzaldúa no seu livro *Borderlands/La frontera* (1987). Anzaldúa aborda a fronteira para além das questões geográficas e mostra como esta categoria também define e marca de forma material e simbólica as relações sociais. O mesmo acontece nos banheiros públicos onde se traçam limites de sexo, gênero e sexualidade, para poder ingressar e ocupar esse espaço (ANZALDÚA, 1987).

² O termo interdisciplinaridade é utilizado na pesquisa nos termos expostos por Teixeira (2007): “A interdisciplinaridade pode significar uma estratégia de flexibilização e integração das disciplinas, nos domínios do ensino e da produção de conhecimentos novos [...]. A interdisciplinaridade, ainda, pode ser vista como uma teoria epistemológica ou como uma proposta metodológica. Também é concebida, num primeiro momento, como uma mudança conceitual e teórico-metodológica e, num segundo momento, como a aplicação de conhecimentos de uma disciplina em outra. [...] A interdisciplinaridade impõe-se, de um lado, como uma necessidade epistemológica e, de outro lado, como uma necessidade política de organização do conhecimento, de institucionalização da ciência”. (TEIXEIRA, 2007, p. 59). Ver também outros procedimentos metodológicos que se desenvolvem através da interdisciplinaridade em Halberstam, 2008; Miskolci, 2009.

³ Seguindo as contribuições da teoria feminista, a linguagem também demarca relações de poder e invisibilidade, e numa tentativa de não reproduzir essa opressão e invisibilidade, ao longo desta dissertação referir-me-ei as entrevistadas como as “sujeitas da investigação”.

entre sujeitas/objetos da investigação e quem investiga. Isto se torna mais visível nesta pesquisa porque, como pesquisadora “*outsider within*” (COLLINS, 2016), trago parte da minha biografia, desloco minhas experiências pessoais, políticas e culturais para “dentro” do campo científico e acadêmico. De acordo com Patrícia Hill Collins (2006), o uso do status de “*outsider within*” dentro das pesquisas acadêmicas contribui para que:

[...] os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário de abordagens que exigem submergir essas dimensões do self durante o processo de se tornar um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, as *outsiders within* reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. Na melhor das hipóteses, esse status parece oferecer às suas ocupantes um equilíbrio poderoso entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais. Nenhum se subordina ao outro. Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada (COLLINS, 2016, p. 123).

Desta forma, combino os *saberes localizados* com o status de *outsider within* e com eles, e a partir deles, organizo meu pensamento teórico-metodológico e me aproximo das experiências das mulheres lésbicas entrevistadas, e me situo no contexto.

Assim, passo a narrar três episódios de vivências pessoais em banheiros públicos. São algumas situações em que, por exemplo, a inteligibilidade social que as pessoas têm sobre mim é exclusivamente “masculina”, entendendo a inteligibilidade social nos termos de Judith Butler (2017), como “o esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (BUTLER, 2017a, p. 21). Também, nessas situações meu *gênero* torna-se “o” assunto a ser interpelado, indagado e verificado por qualquer pessoa, em particular pelas usuárias ou potenciais usuárias -a caminho ou dentro- do banheiro; e em virtude da minha *expressão de gênero* sou enquadrada como fora do “padrão” de “mulher” e de “feminilidade” exigidos e esperados para ingressar no banheiro feminino.

Situação 1 – Estou num evento cultural e decido ir ao banheiro. Ao chegar à porta do banheiro feminino, encaro uma pequena fila que começa lá dentro. Conforme as pessoas avançam, vou chegando mais perto. Quando finalmente entro, ainda esperando, uma mulher me aborda dizendo “isto aqui é um banheiro feminino, de mulheres, não de homens, você tem que sair”. Minha reação: levar meus braços até meus seios e dizer “eu também sou mulher”.

Situação 2 – Uma breve parada na estrada, no posto de gasolina. Vou ao banheiro. Outra fila enorme. Ocupo meu lugar e uma *senhora* comenta em voz alta, de modo que todas as pessoas ali ouvissem: “olhem só a que ponto a sociedade chegou! Agora tenho que dividir o banheiro com isso, que nem sei se é homem ou mulher”.

Situação 3 – Estou no banheiro feminino de um restaurante. Termino de usá-lo e saio em direção à pia. De repente, uma mulher assoma a cabeça pela porta do recinto, olha ao redor, checa a placa da porta e, como ainda em dúvida, resolve perguntar: “isso aqui é o banheiro feminino?” Eu respondo que sim. Ela replica: “certo... Desculpe, é que a luz estava muito tênue e não percebi que você é mulher”.

Estes três “episódios” são algumas das diferentes formas que expõem a construção idealizada culturalmente ao redor dos banheiros enquanto espaço de neutralidade, pela qual falsamente se acredita que nenhum poder ou sistema de controle o funda e coordena. Essas situações ilustram como se organiza, em termos heteronormativos, a sociedade contemporânea e ainda como esta organização se revela e se manifesta nos banheiros públicos por meio da demarcação compulsória do gênero, no seu limite binário, e no consecutivo controle dessa marca nos corpos-homem/corpos-mulher.

A partir destas experiências e com os questionamentos decorrentes delas, em 2017, iniciei meus estudos de Pós-Graduação em Estudos Culturais, dentro da linha de pesquisa “Cultura, Política e Identidades”, orientada pela Professora Dr.^a Valéria Magalhães. Contudo, o projeto de pesquisa naquele momento buscava estudar como as mulheres lésbicas e trans eram abordadas nos banheiros públicos, problematizando o papel dos banheiros e abordando também os possíveis cruzamentos, dentro dos banheiros, das categorias sexo, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero por meio das narrativas das interlocutoras. O título do projeto era “Banheiros públicos como fronteiras identitárias: uma abordagem etnográfica de mulheres lésbicas e trans”. Mas o projeto foi modificado, já que da maneira como tinha sido apresentado inicialmente, incluindo mulheres lésbicas e trans, seria inviável em termos de tempo, com um prazo de conclusão do mestrado de dois anos, como também em termos de profundidade e capilaridade nas duas categorias de análise, ambas muito ricas, complexas e abrangentes.

Diante desse cenário, buscou-se analisar as experiências das mulheres lésbicas nos banheiros públicos⁴. As reflexões e argumentos que abraçam esta escolha são, principalmente,

⁴ Para os fins deste projeto, não se fará uma diferenciação entre a utilização do termo “*banheiros de uso público*”, entendidos como aqueles sanitários localizados em espaços públicos, como praças, parques, etc; e “*banheiros de acesso público*”, entendidos como aqueles sanitários localizados dentro de espaços privados e de uso exclusivo de seus clientes, como restaurantes, bares, etc., considerando que, em ambos os casos, os banheiros são segregados por sexo. E é diante dessa segregação sexual do espaço de satisfação de necessidades fisiológicas que as mulheres lésbicas entrevistadas narram suas experiências. Embora no se faça uma distinção nesta dissertação entre banheiros de uso e de acesso público, existem leis, em diferentes estados do Brasil, que categorizam os banheiros. No Rio de Janeiro, por exemplo, a lei 5.734/10 faz uma classificação de banheiros públicos, especificando que eles são “aqueles colocados à disposição da população em prédios públicos, estabelecimentos comerciais e eventos públicos ou privados”. Já o Estado de São Paulo carece de legislação similar, constando só leis e projetos de leis

duas: a primeira razão tem a ver com *os saberes situados* que propõe Haraway (1988) e o status *outsider within* das entrevistadas, considerando que suas narrativas são feitas em primeira pessoa, trazendo relatos orais de experiências pessoais o que por sua vez tem relevância em termos sociais, políticos e acadêmicos. Por outro lado, o segundo motivo tem a ver com o aspecto inovador da pesquisa, sabendo que embora vários autores e autoras desenvolveram pesquisas, artigos e mesmo livros problematizando e analisando os banheiros públicos, nenhum destes trabalhos se propôs a indagar sobre as vivências das mulheres lésbicas.

Existem trabalhos acadêmicos que buscam recuperar a história dos banheiros, explicando sua arquitetura, sua divisão por sexo, e até apresentando as leis que respaldavam tal arranjo espacial (KOGAN, 2007; MOLOTCH; NORÉN, 2010); outras obras tendem a analisar as relações de gênero e sexualidade no espaço escolar, incorporando nessa abordagem a análise do nome social e o uso do banheiro no estabelecimento de ensino por parte de pessoas trans (CRUZ, 2011; LOURO, 2000, 2004; SAMPAIO, 2015; TEIXEIRA; RAPOSO, 2007); outros estudos também abordam questões como preconceito, inclusão, terceiro banheiro e banheiros unissex, saúde e direitos humanos e transexualidade (RIOS; RESADORI, 2015; RODRIGUES, 2011; SANTOS, 2004); e há outros que discorrem sobre temas de maneira transversal, como as relações de poder, a heteronormatividade, as identidades de gênero, os estereótipos de masculinidade e feminilidade (BUTLER, 2017b; FOUCAULT, 2012; PRECIADO, 2006, 2015; RICH, 2010; WITTIG, 2006); mas nenhum destes trabalhos aborda as experiências das mulheres lésbicas da forma como aqui se apresenta.

À vista disso, passou-se a desenhar um plano estratégico de trabalho circunscrito às experiências de mulheres lésbicas nos banheiros públicos. O programa de atividades foi então tematizado em dois grandes eixos, o primeiro eixo, relacionado a exigências curriculares do próprio mestrado, o qual centrou-se na assistência às disciplinas obrigatórias que faziam parte do programa de Estudos Culturais; na busca e posterior seleção de disciplinas optativas que contribuíssem com o tema de estudo; na participação em eventos, seminários e congressos nacionais e internacionais nos quais pudesse se identificar uma convergência com o tema da pesquisa ou que estes estejam dentro da linha de investigação; e também foi apontada como uma atividade curricular relevante para esta etapa, a realização do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), o qual além de aprimorar meu desenvolvimento universitário, presentear-me-ia ferramentas pedagógicas relevantes para minha formação

acadêmica. O segundo eixo, referia-se a pesquisa em si mesma, o que incluiu uma releitura do projeto de pesquisa; fazer o recorte das sujeitas estudadas; revisar e redefinir os objetivos gerais e específicos da pesquisa, buscando que os mesmos se enquadrassem melhor à luz das alterações feitas com relação as vozes da pesquisa. Também foi delineado um cronograma de leituras e fichamentos de textos, alguns dos quais foram previamente indicados e outros que foram surgindo no decorrer do trabalho de pesquisa.

Os objetivos gerais e específicos desta pesquisa são, em primeiro lugar, identificar como operam os marcadores sociais da diferença nos banheiros públicos. Segundo o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas)⁵, os marcadores sociais da diferença “são um campo de estudo das ciências sociais que tentam explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas, recai principalmente sobre raça, gênero e sexualidade” (NUMAS, 2007).

Nesta pesquisa, o marcador “raça” não foi estudado diretamente, embora apareceu espontaneamente nas narrativas das interlocutoras que entrevistei, o que foi devidamente registrado na pesquisa.

O objetivo geral é delineado a partir da hipótese de que predomina nos banheiros públicos uma lógica binária heteronormativa, por meio da qual se organiza o “uso” e o “acesso” aos banheiros públicos, o que também colocaria ao banheiro numa função para além da óbvia, enquanto espaço de satisfação de necessidades fisiológicas, e se transfiguraria num espaço público de vigilância, possibilitando a delimitação de fronteiras entre os diversos processos identitários.

Em segundo lugar, como objetivo específico, buscou-se analisar, por um lado, como as categorias conceituais e empíricas - como mulher, homem, masculinidade, feminilidade, lésbica, expressão de gênero e performance de gênero - aparecem no discurso das interlocutoras ao narrarem suas experiências. Tendo em conta que essas categorias podem estar vinculadas com a reprodução dos padrões sexuais e não se pode esquecer que existem pessoas que não se identificam com esses padrões, sejam elas não-binárias, intersex ou *queer*, pois não se veem nem como mulheres, nem como homens. Um segundo objetivo específico é o de entender como as narradoras elaboram suas experiências subjetivas em relação à forma com que são vistas e tratadas nos banheiros públicos femininos.

O trabalho compõe-se de três capítulos, os resultados e considerações finais. No

⁵ Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas), mais informação disponível em <http://www.usp.br/agen/?p=15350>.

Capítulo I: “Percurso Metodológico” apresentam-se de maneira detalhada as etapas desenvolvidas na pesquisa, apoiando-se, primeiro, nos conhecimentos e percursos prévios à pesquisa, passando logo pelo desenho do projeto, o delineamento dos objetivos, a descrição do método de trabalho aplicado, o roteiro temático desenhado para as entrevistas, até chegar nas vozes das entrevistas e suas construções de sentido. Nos capítulos seguintes, II e III, busca-se, primeiro, desenvolver uma aproximação teórica ao tema a ser examinado e logo, de forma complementar à teoria, apresentam-se as vozes das interlocutoras. Dessa maneira se complementam teoria e prática, a análise acadêmica e produção de sentidos feitos nas margens do sistema.

O Capítulo II: “Gênero no banheiro”, inicia sabendo que existe uma longa e rica produção científica com relação aos estudos de gênero e sexualidade, pelo que ao empreender, atualmente, o caminho da investigação em algumas destas áreas implica fazer um levantamento do estado da arte dessas categorias e de seus desdobramentos tanto teóricos, através do desenvolvimento de ideias e conceitos para abordar ambas categorias de análise, como também seus desdobramentos em termos sociais, no sentido de mecanismos de poder que se organizam na sociedade e configuram o sistema heteronormativo e patriarcal.

Desta forma se retomam, neste capítulo, as narrativas dos conceitos relacionados com a história da sexualidade, primeiro com a concepção clássica ou tradicional do gênero na qualidade de “estudo das mulheres” (SCOTT, 1992, p. 64), logo a partir das contribuições da teoria feminista se aborda o “sistema sexo/gênero” (RUBIN, 1986, p. 97), passando logo pela noção “pensamento heterossexual” enquanto sistema discursivo que exerce poder sobre os sujeitos (WITTIG, 2006, p. 51). Logo se desenvolve a análise da “heterossexualidade compulsória” como regime político que busca apagar a existência lésbica (RICH, 2010, p. 19), chegando até as contribuições contemporâneas das teorias Pós-estruturalistas e *Queer* com a problematização das “políticas identitárias” (MISKOLCI, 2009; PRECIADO, 2015) e o surgimento da “teoria da performatividade” (BUTLER, 2017b, p. 235).

Ao fazer este percurso teórico também se sublinham os mecanismos sociais, culturais e políticos vinculados à divisão sexual dos sujeitos em termos binários como homo/hétero, homem/mulher, feminino/masculino os quais permanecem centrais na organização da vida social contemporânea. Neste capítulo, busca-se responder a esse desafio tomando por base essa produção teórica e tentando aplicá-la às experiências narradas pelas mulheres lésbicas nos banheiros públicos em São Paulo.

No Capítulo III: “Lésbicas: entre discursos e representações⁶”, de maneira similar a abordagem do capítulo anterior, num primeiro momento se faz uma aproximação à produção teórica ao redor do homoerotismo entre mulheres, tanto no cenário internacional como no âmbito brasileiro. O objetivo de dar este contexto se sustenta na multiplicidade de sentidos que lhe foram, e ainda são, atribuídos às relações e práticas homoeróticas entre mulheres no momento do desenvolvimento da pesquisa, como também, pela variedade de significações e nomes que estas relações foram ganhando com o passar do tempo e em diferentes culturas e contextos sociais e geográficos. Esta abordagem se desenvolveu a partir dos aportes do Feminismo (em especial do feminismo lésbico⁷), dos Estudos Culturais, da teoria Pós-estruturalista e *Queer*, buscando com isso, indicar como dialogam com estas perspectivas teóricas ao redor da categoria “lésbica”, visibilizando os diversos significados e sentidos atribuídos a estas sujeitas.

Logo, num segundo momento, o capítulo é dividido em dois tópicos: o primeiro deles aborda a questão da “Masculinidade Feminina” (Halberstam, 2008) problematizando aqui como a masculinidade em termos hegemônicos, ou seja heterossexuais, é empregue para policiar e regular as “masculinidades sem homens”, como ocorre com a masculinidade das mulheres, e em especial quando estas se concretizam nas representações culturais lésbicas.

O segundo tópico disserta sobre as “Lésbicas ‘masculinas’ no banheiro”, onde se analisam como são localizadas e representadas as lésbicas masculinas nos banheiros públicos femininos, considerando para isso as concepções das entrevistadas com relação a aspectos como orientação sexual, expressão de gênero, performatividade e passabilidade. Ainda neste tópico, analisaram-se os argumentos, pressupostos e justificativas que as entrevistadas enunciaram durante as entrevistas com relação a implementação de banheiros mistos, unissex ou banheiros com gênero neutro no Brasil, versus as perspectivas que visam manter o modelo atual (contemporâneo) dos banheiros públicos.

Por último, esta pesquisa permite-me chegar as formulações que apresento em forma de Resultados e Considerações finais, última secção do trabalho, na qual se busca contribuir com uma visão mais plural e menos ingênua, em termos de não mais mascarar ou camuflar as reais causas e intenções da segregação sexual dos banheiros, descortinando assim as

⁶ Título inspirado na obra “Lesbianas. Discursos y Representaciones”, coordenada por Raquel (Lucas) Platero Méndez, Ed. Melisuna, Barcelona, 2008. Mais informação aqui <http://www.melusina.com/libro.php?idg=16997>.

⁷ Apoiando-se na perspectiva de Haraway (1988) de “conhecimento situados” e de “outsider within” de Collins (2006), conhecer a reflexão e o pensamento crítico produzido por e para feministas lésbicas resulta essencial, sobretudo nessa lógica de autodefinição e autoconhecimento. Ao tomar conhecimento da produção teórica a partir das experiências das feministas lésbicas se rompe, de alguma forma, com a lógica dicotômica patriarcal com a qual se caracteriza as mulheres lésbicas e se passa a visibilizar outro tipo de narrativa.

manipulações e os efeitos da política de gênero a partir das experiências das mulheres lésbicas. Expõem-se também as contingências de um sistema opressor que atua de maneira “imperceptível” nos banheiros públicos, domesticando a diversidade de formulações de gênero e impactando no ir e vir ao banheiro (mas claro que não se limita apenas nem exclusivamente a esse espaço), daquelas significações sociais e culturais que fogem da heteronormatividade.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Não deve parecer estranho que o primeiro capítulo seja o desenho metodológico e seu eventual percurso ao longo da pesquisa, ao contrário, essa configuração deixa transparecer a influência das teorias feministas lésbicas e pós-estruturalistas (BUTLER, 2017b; FALQUET, 2004; LACOMBE, 2007; LAURETIS, 1987; LORDE, 1984; PRECIADO, 2006; RICH, 2010; SCOTT, 1995, 1998, SWAIN, 2000, 2004, 1999; WITTIG, 2006), que buscam priorizar as vozes das sujeitas, neste caso as vozes “lésbicas”. Assim esta pesquisa apresenta um caráter simultaneamente acadêmico, mas com conexões com seu sentido político, conceitualizando e analisando o processo de investigação e, por outro lado, as relações sociais que se apresentam em seu campo social.

A metodologia de trabalho desenvolvida na pesquisa buscou articular as narrativas orais das entrevistadas com teorizações no campo interdisciplinar, nutrindo-se dos aportes teóricos Feministas, Pós-estruturalistas, dos Estudos Culturais e *Queer*. Por sua vez, a escolha deste tipo de enfoque tem a ver com a forma que estes têm de compreender as sujeitas da pesquisa, pensados como “tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 2003, p. 24).

Desta forma, incorporam-se ao desenho metodológico certos conceitos como identidade, diferença, estereótipo e preconceito, entendendo que estes perpassam ou são associados com os conhecimentos e estudos sobre gênero e sexualidade, logo, tornam-se relevantes para a compreensão das formas em que as entrevistadas produzem, organizam e dão sentidos e significados a suas experiências.

De maneira complementar com o enfoque interdisciplinar se escolheu, enquanto estratégia metodológica de investigação, o método da história oral temática. A preferência pela utilização da história oral (HO) se deu pelo entendimento de que, como método de pesquisa, dá lugar, por um lado, às experiências e narrativas subjetivas dos diversos agentes que se dispõem a contar uma história, como indica Lucília de Almeida Neves Delgado (2003): “[...] metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2003, p. 23). Mas também não fica fechado dentro da sua área de atuação, e sim dialoga e converge com outras correntes de pensamento, como a teoria feminista.

Desde seus primórdios, a história oral e a história de mulheres têm mostrado significativas similitudes em seus propósitos e objetivos, bem como em seus campos de interesse. Ambas foram produzidas pelos movimentos sociais e políticos desenvolvidos a partir do final dos anos 1960. Em ambas, o estágio

inicial foi dominado pela ideia de resgate de uma história oculta (SALVATICI, 2005, p. 29).

Nesse sentido, o entendimento e afinidade entre estas duas teorias possibilitou a mudança de paradigma, ao desenvolverem e ampliarem as noções de pluralidade e subjetividade, tal como Silvia Salvatici (2005) descreve:

[...] ‘Pluralidade’ tornou-se um conceito-chave na história oral das mulheres. O reconhecimento da ‘pluralidade’ foi (e ainda é) um alerta aos pesquisadores contra quaisquer assertivas abrangentes nas relações entre gênero e memória [...] O conceito de ‘pluralidade’ destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações (SALVATICI, 2005, p. 32).

Com relação a “subjetividade”, Salvatici (2005) acrescenta a importância da mesma, enquanto elemento primordial para a análise historiográfica, tendo em vista que “se passou a trabalhar menos com o que é dito e mais com o modo em como as histórias são narradas” (SALVATICI, 2005, p. 33).

Em função de tudo isso, a história oral se tornou uma ferramenta crucial no desenho metodológico da pesquisa, já que contribuiu no afloramento de inúmeras histórias, as quais foram ganhando diferentes potencialidades e sentidos conforme as entrevistadas iam fazendo seus relatos.

[...] a produção de testemunhos históricos, contribui para evitar o esquecimento e para registrar múltiplas visões sobre o que passou. Além de contribuir para a construção/reconstrução da identidade história, a história oral empreende um esforço voltado para possibilitar o afloramento da pluralidade de visões inerentes à vida coletiva (ALMEIDA NEVES, 2000, p. 112).

Assim, o método de pesquisa não só ajudou na emergência de narrativas, mas também histórias ou casos de outros momentos que se viram “reativados” no momento da entrevista. Tal como aponta Almeida Neves (2000) quando relata sobre tudo aquilo que engloba a história oral como recurso metodológico “[...] representar diferentes correntes de pensamento; reativar emoções políticas, individuais, coletivas; rememorar convivências e conflitos ocorridos na dinâmica da história” (ALMEIDA NEVES, 2000, p. 112).

O papel da história oral na pesquisa foi tanto científico, enquanto método, como também de denúncia, na medida em que extrapolou as fronteiras do relato oral produzido na universidade, tornando-se um documento público.

Ao se tornar a pesquisa um documento público, o método da história oral faz ponte com a História Pública (HP), dado que se procura “produzir conhecimentos para além dos limites universitários” (COELHO; SOSSAI, 2016, p. 98). E também proporciona um novo olhar sobre a produção do conhecimento, dado que se torna também uma ferramenta interdisciplinar:

[...] a noção de história pública convida diferentes pesquisadores a revisitar suas investigações passadas ou suas práticas de trabalho correntes, ativando uma reflexão sobre o processo de construção do conhecimento que descortina a sua dimensão pública (SANTHIAGO, 2018, p. 294).

2.1. Chegar às entrevistadas

O seguinte passo no desdobramento metodológico foi chegar até às entrevistadas. É bastante consensual a noção, ao menos para quem se aventura a realizar uma pesquisa acadêmica que envolva entrevistas, que a aproximação com as informantes ou as fontes de interlocução seja um desafio. Neste caso não foi diferente.

Num primeiro momento, delimitou-se a categoria – mulheres lésbicas – meramente, entendendo esta como uma categoria analítica com a qual se descolam uma diversidade de sentidos e vertentes e se começou a refletir sobre qual seria a melhor maneira de aproximação com as entrevistadas, e se optou por uma abordagem pelos lugares da cidade de São Paulo, pelos bairros ligados às experiências lésbicas. Assim, pensou-se em fazer a aproximação com as entrevistadas naquelas zonas que fossem simbólica e culturalmente representadas⁸ como regiões específicas de sociabilidade e lazer das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros – Travestis e Transexuais – (LGBT). Esta sigla tem uma trajetória, há passado por mudanças desde que foi concebida⁹, pelo que é importante expressar aqui com qual sentido será utilizado nesta pesquisa:

Não há consenso a respeito de como designar o movimento LGBT, tanto entre os acadêmicos como entre os ativistas, tampouco sobre a ordem mais apropriada das letras que nomeiam o grupo. Alguns preferem a sigla LGBTTT, no intuito de visibilizar travestis, transexuais e transgêneros; outros, LGBTQI, em que o “Q” indica queer e o “I”, intersexual. No âmbito da discussão da produção de identidades coletivas, é sempre importante destacar que as identidades são contingentes e históricas, construídas a partir de lutas políticas plurais e multifacetadas, um jogo que envolve negociações de diversos tipos. Utilizo o termo LGBT consciente – ou, pelo menos, me imagino consciente – dos riscos envolvidos na escolha Segundo Oliveira (2016, p. 43 apud MAGALHÃES, Valéria; BUTTERMAN, Steven. 2017, p.200).

Assim, nesta dissertação se adota a ideia de que as identidades culturais são “contingentes e históricas”, e se parte do entendimento de que uma definição fechada e precisa nem sempre

⁸ Para mais informação ver PUCCINELLI, B. “Na esquina do Bar d'A Lôca: produção de sexualidades no cruzamento com a produção da cidade de São Paulo”, in: cadernos de campo, São Paulo, n. 23, p. 1-381, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/79535/97140>.

⁹ LGBT é a sigla utilizada pelo movimento de defesa dos direitos homossexuais e aglutina as lésbicas, os gays, os bissexuais e os transgêneros (travestis e transexuais). Para saber mais, consultar a teses de Mestrado “Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT” de BACCI, KARLA I., na Universidade de Brasília, 2016, disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20767>.

coincide com as identidades que se aliam a essa sigla ou a esse termo. Pelo que, reconhece-se a trajetória e a importância social, cultural e política do movimento LGBT e ao nomeá-lo através da sigla não se pretende nem homogeneizá-lo nem tampouco apagar as diferenças em termos de processos identitários que a constituem, mas sim reconhecer sua existência e incidência na vida social.

Por tanto, são comumente demarcados na cidade de São Paulo os bairros República, Santa Cecília, Largo do Arouche, até a popular rua Augusta, entre outros bairros, como lugares de maior presença da comunidade LGBT. Esta primeira ideia de abordagem teve seu amparo teórico nas ideias de “segregação espacial na cidade” do antropólogo francês Michel Agier (1997), segundo quem “cada área da cidade tem uma função dominante na distribuição da população ou das atividades urbanas” (AGIER, 2011, p. 65).

As cidades se organizam urbana e socialmente e se dividem em zonas, bairros, territórios, ou até mesmo em “guetos”¹⁰. Contudo, esta ideia de aproximação inicial não teve continuidade, já que se compreendeu que seria mais favorável, para atingir os objetivos da pesquisa, a formação de redes de entrevistadas. Diante disso, abandonou-se a ideia de delimitar as entrevistas segundo os lugares de maior presença LGBT e passou-se para uma abordagem que se serve de cadeias de referências para desenvolver as entrevistas.

Esta técnica de aproximação é também conhecida como “bola de neve” ou “sistema de redes de entrevistados” (VINUTO, 2014), e foi uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento da pesquisa porque possibilitou localizar as interlocutoras, por meio de indicações, de uma maneira mais fácil e direta do que com a ideia inicial.

O ideal seria poder escolher entrevistados dispostos a revelar sua experiência em diálogo franco e aberto e, de sua posição no grupo ou em relação ao tema pesquisado, fossem capazes de fornecer, além de informações substantivas e versões particularizadas, uma visão de conjunto a respeito do universo estudado (ALBERTI, 2005, p. 173).

Até aqui, não se tinha a intenção nem tampouco a compreensão de que seria preciso delinear o “tipo” de mulheres lésbicas que fariam parte da rede de entrevistadas. No entanto, foram as próprias entrevistadas quem evidenciaram tal assunto e começaram a me interpelar na busca de saber qual era o “perfil” de lésbica que se tentava entrevistar. Deste modo, a indagação com relação ao tipo ou perfil das entrevistadas foi sendo colocado na pesquisa, em

¹⁰ Para mais informação sobre Guetos Gay ver PUCCINELLI, B. “Territórios Sexuais: análise de sociabilidades homossexuais no shopping gay de São Paulo” in: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, jan./jul. 2011, p. 133 – 140. Para mais informação sobre segregação espacial e social da comunidade LGBT em São Paulo ver SILVA VICENTE, Tiago A. “Da segregação social à segregação espacial: a apropriação do espaço urbano pela população LGBT no Largo do Arouche e na rua Frei Caneca” em SIICUSP 2014 – 22º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP.

algum ponto, essas perguntas conduziram ao enfrentamento do próprio roteiro temático elaborado para entrevistá-las, devido ao ímpeto com o qual questões vinculadas com o “perfil” ou os “tipos” de lésbicas surgiam. Os momentos em que mais foi invocada a questão de “perfil” foi – quando as entrevistadas – procuravam recomendar ou sugerir outra pessoa para participar da pesquisa. Nesse momento, destacam-se (pela frequência e repetição) as seguintes perguntas:

“Que tipo de lésbica você quer entrevistar?”; “Que tipo de lésbica você está buscando?”; “Qual seria o perfil?”; “Qual o perfil de lésbica que você precisa?”; “Mais femme ou mais masculina, tipo butch?”

Como pesquisadora, tento estar sempre atenta de que não cabe a mim e nem é o objetivo desta pesquisa obter a resposta “certa” ou “adequada” sobre a definição do que é “ser” lésbica, nem qual é o modelo, é acima de tudo, poder enunciar algumas problematizações com relação a essas ideias: existiria um “perfil” de lésbica? Existiriam “tipos” de lésbicas? Como definir o “perfil” de lésbicas a ser abordado na pesquisa? Como tratar desse “modelo” sem cair na armadilha dos estereótipos culturais vinculadores com o sistema heteronormativo? Como explicar quem são os sujeitos da pesquisa sem ter que fixá-los de antemão ao enquadramento no qual estão hoje socialmente situados (lésbica masculina, sapatão, lady, caminhoneira, femme, butch) e sem querer também criar outros enquadramentos ou moldes? Como realizar o trabalho de campo e nele buscar certa “representação”?

Neste último ponto, a questão da “representação”, apresentam-se nas pesquisas acadêmicas como um assunto problemático, tal como expressa Judith Butler (2003). Segundo a filósofa norte-americana, o termo é polêmico já que serve tanto no sentido operacional, de visibilizar e legitimar as mulheres enquanto sujeitos políticos como também no sentido normativo, já que revela ou distorce o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres.

Nesse sentido, a política de representação ou as políticas identitárias¹¹, ao serem utilizadas desta forma, tanto abrem portas – enquanto visibilidade e reconhecimento – como também engessam e fixam os sujeitos, nas palavras de Gracia Trujillo (2014) “Uno de los retos que tenemos hoy en día es precisamente cómo hacer para seguir considerando el uso estratégico de las identidades, al tiempo que cuestionamos y defendemos la disolución política de las mismas [...]” (TRUJILLO, 2014, p. 65)¹².

¹¹ “Política de identidade: uma identidade para cada movimento” ver (HALL, 2006, p. 45).

¹² “Um dos desafios que temos hoje é precisamente como continuar a considerar o uso estratégico de identidades, ao mesmo tempo em que questionamos e defendemos a dissolução política dos mesmos” (TRUJILLO, 2014, p. 65, tradução minha).

Perante este cenário, busquei apoiar-me na bibliografia que analisasse a categoria *lésbica* (BUTLER, 2017b; FACCHINI, 2002; HALBERSTAM, 2008; LACOMBE, 2007; PRECIADO, 2015; RICH, 2001, 2010; RUBIN, 1986; SWAIN, 1999, 2004; TOLEDO; FILHO, 2010; TRUJILLO, 2014; WITTIG, 1993, 2006) como também, nos aportes da metodologia interdisciplinar adotada na pesquisa, problematizando também como se constituem as práticas socioculturais em modelos definitivos de “ser”. Nessa mesma perspectiva, cabe considerar (e refletir) sobre como se instrumentalizam as políticas de identidade, no sentido de onde são localizadas e como são representadas as lésbicas, mas também de compreensão de como elas representam a si mesmas e como se identificam (estas questões serão abordadas no capítulo 3 desta dissertação).

O fato de ter sido interpelada com relação aos tipos de lésbicas, permitiu-me que analisasse as ideias e concepções que as próprias lésbicas têm quando marcam (no sentido de exteriorizar) ou apresentam certo “perfil” de lésbica. Assim, buscou-se conhecer as diversas referências, em termos de “perfis”, que as entrevistadas dispunham para se referir as mulheres lésbicas, ponderando na análise os seus possíveis cruzamentos entre a ideia de “perfis” e as concepções de “representação” e “identidade lésbica”, o que, ao que parece, estaria já fixada no imaginário social como sendo uma coisa só: mulher -lésbica- masculina.

Este critério permitiu também problematizar a categoria “lésbicas masculinas”, também conhecidas pelo termo inglês *butch*, e seriam “mulheres que se sentem mais confortáveis com estilos, códigos e identidades genericamente masculinas do que com àqueles femininos” (HALBERSTAM, 1998, p. 120 apud LACOMBE, 2007, p. 212 tradução da autora).

Em razão dessas interpelações e buscando responder aos objetivos da pesquisa, esta investigação abordará o “processo de subjetivação” (OLIVEIRA, 2004) de mulheres lésbicas masculinas ou, em outras palavras, investigar-se-á na análise a que corresponde a identificação cultural “lésbicas masculinas” (Halberstam, 2008), que serve tanto para referir-se “a mujeres que viven su masculinidad dentro de relaciones lesbianas reconocibles” (HALBERSTAM, 2008, p. 145)¹³, como também como uma forma de dissociação com a masculinidade dominante:

La masculinidad no debe y no puede ser reducida al cuerpo del hombre y a sus efectos [...] lejos de ser una imitación de la virilidad, la masculinidad femenina,

¹³ “[...] a mulheres que vivem sua masculinidade dentro de relacionamentos lésbicos reconhecíveis”. (HALBERSTAM, 2008, p. 145 tradução minha).

en realidad, nos da una pista de cómo se construye la masculinidad como tal (HALBERSTAM, 2008, p. 23)¹⁴.

Com esta abordagem não determino nem fecho as formas que existem de representação das mulheres lésbicas, mas sim procuro evidenciar que tal indicação e recorte é mais um traço da diversidade de representações de mulheres lésbicas que compõem a realidade estudada. Esta significação social – lésbica masculina – é uma das formas de representação do universo heterogêneo e híbrido das lésbicas, por meio da qual e de forma geral, certas lésbicas são identificadas com os códigos ou estilos da masculinidade.

2.2. Rede de entrevistadas

O sistema de rede de entrevistadas passou a ter alguns critérios para orientar as indicações das entrevistadas. O primeiro parâmetro foi que as entrevistadas se identificassem como lésbicas, ainda que não houvesse, por parte da pesquisa, uma definição ou declaração pronta do que seria esse “ser” lésbica, este seria um dos eixos abordados na entrevista, ao explorar como elas criam sentidos e significados ao se nomear enquanto lésbicas. Um segundo parâmetro para indicar participantes na pesquisa era o de morar na cidade de São Paulo, considerando que, caso contrário, o projeto seria muito amplo e se perderia assim a capilaridade das pessoas entrevistadas. O terceiro parâmetro foi o do perfil das entrevistadas, o qual, como mencionado acima, foi se construindo no processo das entrevistas.

Tendo avançado sobre o recorte do perfil das entrevistadas¹⁵, considerei a rede social Facebook como uma ferramenta conveniente para ampliar a rede de entrevistadas, enquanto espaço mediático e de alto impacto social. No dia 17 de setembro de 2017, elaborei um texto no muro do meu perfil de Facebook¹⁶, no qual convocava a participar da pesquisa as mulheres lésbicas que respondessem às representações culturais tidas como “masculinas”, que se identificassem ou fossem identificadas, no jargão popular brasileiro, como sapatão, bofinho, butch, dyke, caminhoneira, machona¹⁷ e que residam na cidade de São Paulo. Cabe ressaltar aqui, que foi ponderado a todo momento, o fato de que seria possível que o retorno que se

¹⁴ “A masculinidade não deve e não pode ser reduzida ao corpo do homem e seus efeitos [...] longe de ser uma imitação da masculinidade, a masculinidade feminina, na realidade, nos dá uma pista de como a masculinidade é construída como tal” (Ibidem. 2008, p. 23 tradução minha).

¹⁵ Ver quadro com uma breve contextualização e referências das entrevistadas, tais como iniciais do nome, idade, lugar de residência, área de atuação, entre outros no Apêndice A da pesquisa.

¹⁶ Publicação na rede social Facebook, no dia 12 de setembro de 2017, para mais informações ver link <https://www.facebook.com/josefina.cicconetti/posts/10214006216411757>

¹⁷ São algumas denominações culturais no Brasil, geralmente utilizadas de forma pejorativa, para se referir às mulheres lésbicas masculinas. O movimento lésbico tem ressignificação esses termos, originalmente depreciativos, e passaram a dar-lhes outro sentido, agora positivo, de identidade, de pertencimento e orgulho.

obtivesse de tal publicação do chamado nas redes sociais fosse formado por pessoas do meu círculo de amizades virtuais ou em torno dele, pelo que se tentou que a publicação fosse o mais clara, objetiva e concreta possível.

Mais uma vez, este foi um processo muito enriquecedor e de muita reflexão. Como resposta à publicação, várias pessoas foram “etiquetadas”, indicando dessa forma que aquela pessoa poderia ter interesse em participar da pesquisa ou que condiz, de alguma forma, com a chamada feita na publicação. Assim, o círculo de referências de mulheres lésbicas para entrevistar foi se formando. Cabe apontar que a maioria das interlocutoras tem uma postura ativista ou atua ou pertence a algum espaço em que se questiona a heteronormatividade. Algumas das entrevistadas foram contatadas a raiz da publicação no Facebook e outras foram indicações que as próprias entrevistadas deram ao final da entrevista.

Dando seguimento ao desenho metodológico e como etapa prévia das entrevistas, elaborou-se um termo de consentimento de entrevista¹⁸. Este documento foi desenhado com múltiplas finalidades, entre elas, dar informação relativa da pesquisa à pessoa entrevistada, tais como o título da pesquisa, os dados da instituição acadêmica que incentiva a investigação, os nomes, e-mails e telefone de contato da pesquisadora e da professora responsável pela orientação do trabalho, como também se comunicaram os objetivos da pesquisa. Ao mesmo tempo, o documento pedia as entrevistadas que manifestem, por meio da assinatura do mesmo, sua concordância em participar da pesquisa, em que sejam citados seus nomes verdadeiros ao longo do trabalho e em que se tornem públicas as informações fornecidas no decorrer da entrevista, sempre que utilizados para fins da pesquisa.

A questão de indicar seus nomes reais na pesquisa foi uma das perguntas e indagações feitas pela banca de qualificação. Onde se avaliou o impacto que tal ação produziria na vida das entrevistadas, tendo em conta a conjuntura política e social que atravessa o Brasil, onde há um avanço avassalador do autoritarismo, da LGBTfobia, do racismo, do machismo e da misoginia. Nessa perspectiva, e após diversos momentos de reflexão, optou-se pela prudência e sensatez, no sentido de não querer colocar em risco a vida e a existência de nenhuma pessoa, e muito menos daquelas que se propuseram a relatar suas experiências e abertamente nomearam e reconheceram situações de violência, discriminação e preconceito no seu transitar diário no espaço público, em especial nos banheiros públicos. Diante dessas circunstâncias, optou-se por utilizar somente as iniciais¹⁹ dos nomes das interlocutoras, cumprindo assim com a vontade e

¹⁸ Carta de cessão de entrevista pode ser consultada no Apêndice C da pesquisa.

¹⁹ Dentre as dez pessoas entrevistadas, duas delas possuem as mesmas iniciais, pelo que para diferenciar suas falas ao longo da dissertação adotei o uso do ícone asterisco (*) no final das letras iniciais de uma das entrevistadas

aspiração delas de colocarem seus nomes e ao mesmo tempo, tendo a consciência, o cuidado e a responsabilidade enquanto pesquisadora, para com quem se dispôs a relatar sua história.

Logo disso, passou-se a compor o roteiro temático²⁰. As entrevistas foram formatadas na modalidade temática, o que propicia momentos de diálogo aberto e claro, e favorece a participação ativa das entrevistadas, investindo assim numa espécie de “encorajamento” para que as interlocutoras se sintam à vontade para falar de si e se aprofundar nas suas histórias e experiências pessoais. Esta dinâmica de comunicação e empatia entre a pesquisadora e a entrevistada é uma das características mais relevantes da modalidade temática, que seguindo as palavras de Alberti, baseia-se “[...] prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2004, p. 37). Neste sentido, a participação voluntária e ativa da sujeita na entrevista se torna um elemento chave para identificar e reconhecer nas suas narrativas, sentidos ou significados sobre o tema estudado. Desta forma, a estrutura temática das entrevistas teve por fim maior analisar as diversas percepções e vivências nos banheiros públicos que as entrevistadas traziam consigo.

Refletindo sobre a prática de abordagem das entrevistadas, procurou-se que as entrevistadas não se sentissem presas às perguntas como também à própria situação da entrevista em si, buscou-se assim que não vivenciassem esse momento como uma instância formal e burocrática, mas que, ao contrário disso, elas se sentissem confortáveis para contar e/ou responder questões sobre certos temas, bem como para narrar suas vivências a partir dessa interação com a pesquisadora. Para isso foi preciso estabelecer um clima de diálogo, de troca.

As narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual História e memória, se alimentam. Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam (DELGADO, 2003, p. 23).

Seguindo essa perspectiva de atenção com relação à maneira de aproximação e de perguntar as informantes, tentou-se que o roteiro fosse versátil, no sentido de estar aberto a possíveis mudanças no transcurso das entrevistas e que ao mesmo tempo possibilitasse abordar questões centrais para pesquisa, sem que esta ficasse presa ou engessada numa guia.

[C.F*], desta forma suas narrativas ficam singularizadas e facilita a leitura e compreensão das diversas vozes e reflexões.

²⁰ O roteiro temático pode ser consultado no Apêndice B da pesquisa.

2.3. Sistematização dos temas

A transcrição é um momento extremamente rico e intenso, é o processo por meio do qual podemos ver os elementos trazidos da memória das entrevistadas, analisar os significados, os impasses, os contextos nos quais essas histórias se inserem, todos esses fatores irão variar conforme as diferentes experiências das interlocutoras.

Desta forma, o tratamento escolhido para o texto final foi o da transcrição o mais literal possível, que é o registro escrito, com todos seus detalhes, da entrevista gravada²¹. Esta técnica de transcrição permitiu relacionar o que estava sendo perguntado com as reações das entrevistadas, ao ser um recurso que permite reconhecer e registrar na transcrição as entonações, ênfase, dúvidas, rapidez ou lentidão nas reações, risos, repetições, etc. Estas reações se percebem na pesquisa, por exemplo, quando MF se descreve como “lésbica”, as palavras que usa para fazer tal retrato, mostram a força de sua expressão, a convicção de suas palavras, tal como no caso de outras entrevistadas como RA, RQ, LB, CR, CF, MB, onde, em diferentes momentos, é possível reconhecer, pela forma em que elas narram suas histórias, pela forma em que se colocam na entrevista, a potência de sua voz, seus momentos de irritação, frustração.

No processo de transcrição também se optou pela mínima interferência no texto, seja enquanto a “redução das defluências e redundâncias típicas da língua falada; a regularização da gramática e a redução dos elementos dialetais ou idioletais; e a contextualização da fala” (MCCLEARY, 2011, p. 16).

Ao fazer isso, procurou-se manter a forma e a expressividade com a qual as entrevistadas relataram suas memórias, também se considerou que em alguns momentos não era preciso editar o texto já que o próprio formato da entrevista facilitava a fluidez da leitura e o entendimento do contexto apresentado na narração.

Dessa forma, desenvolvi uma sistemática de organização dos temas aos quais as entrevistadas faziam referência com o intuito de gerar conteúdos sobre sua visão de mundo. Passei a identificar temas, também a partir dos objetivos da pesquisa.

Cada questão era analisada por meio do roteiro de perguntas e era nessa interação, nas falas das entrevistadas, que surgiam determinados assuntos, muitas vezes como consequência das questões abordadas. Outro recurso de análise das entrevistas está relacionado com as dimensões menores de um assunto determinado e que está ligado ao tema central, seriam como

²¹ Ver transcrição de uma das dez entrevistas, no Apêndice E da pesquisa.

subtemas, que vão se desprendendo conforme as entrevistadas vão narrando suas vivências.

Conforme as entrevistas iam sendo transcritas, suas narrativas e produção de sentidos eram organizados e localizados em categorias temáticas de sentido como, por exemplo, identidade e cultura lésbica, o perfil de lésbica masculina, gênero, orientação sexual, corpo e estética lésbica, estereótipos, preconceito e diferença, performatividade, entre outros. Estas categorias constituem assim um recurso de análise e apreciação sobre as experiências subjetivas que as entrevistadas narraram.

Logo, foi preciso organizar tais categorias temáticas em núcleos menores, facilitando assim a análise e proporcionando um entendimento mais preciso das questões abordadas. Assim, agruparam-se as narrativas em dois eixos temáticos:

Gênero: como dispositivo de “construção” material e simbólica das sujeitas, criando corpos inteligíveis dentro do binarismo “homem” e “mulher”; também como fórmula sociocultural que aponta como “normal” as relações sociais heteronormativas o qual não se limita ao âmbito “sexual” senão que chega também até as práticas, as condutas, o aspecto físico, são as “marcas” da “masculinidade” e da “feminilidade” ligadas a cada sujeita.

Lésbicas: enquanto figuras que se movimentam nas margens da produção de identidades coletivas, entre o discurso e a representação. Como sujeitas nomeadas numa posição sexuada dissidente da norma heterossexual que ameaça a coerência do sistema sexo/gênero e que se expressa fora das instâncias performativas do gênero como “masculinos” e “feminino”, “homem” e “mulher”.

Estas duas categorias aglutinadoras das temáticas que serão abordadas não são herméticas, no sentido de que delas se desprendem outras questões, tais como sistema heteronormativo, processo de subjetivação, identidade, estereótipo, diferença, preconceito, masculinidade/feminilidade, corpo, divisão sexual dos banheiros, entre outros. Cada entrevistada, valendo-se das suas experiências subjetivas, fez menção destes “subtemas” ao longo das entrevistas, e apresentaram sua visão de mundo com relação a estes. Assim, a sistematização dos eixos foi cuidadosamente definida, levando em consideração os objetivos manifestados na pesquisa como também as narrações das entrevistadas. Tanto os tópicos gerais como os subtemas foram analisados com a finalidade de conhecer, por um lado, a produção de sentidos que as entrevistas instituem a essas questões/ conceitos/ ideias e, por outro, como assuntos ou questões que contribuem, de alguma forma, na configuração da percepção sociocultural sobre essas próprias categorias. Desta maneira, ao questionar as formas hoje institucionalizadas de ir ao banheiro, sua divisão sexual, binária, heteronormativa e baseada em estereótipos culturais de masculinidade e feminilidade, abordamos também os “como”, os

“para quê” e os “porquês” dessa separação. Além disso, essas formas legitimadas de dividir e de usar os banheiros ganharam outro sentido quando analisadas à luz das experiências das mulheres lésbicas, proporcionando uma nova perspectiva sobre o banheiro em si e sobre essa ideia convencional de que ir ao banheiro é um ato cotidiano, trivial e habitual, já que para diversas pessoas²² isto não é assim. Ir ao banheiro muitas vezes nem sequer é considerado um ato “normal”²³, sobretudo para aqueles e aquelas que a sociedade qualifica (e posiciona) como estando fora do “padrão”, fora dos termos e formas hétero (normais).

Assim, o debate e a problematização sobre os banheiros públicos, sua divisão sexual e a maneira como estes edificam e propagam a “heterodesignação dos corpos” (PRECIADO, 2015, p. 131) enquanto homem/mulher, não deve ser pensada como uma questão particular ou exclusiva das minorias sexuais, senão como um debate que concerne ao conjunto da sociedade, já que nele se sublinham os mecanismos sociais, vinculados à divisão sexual dos indivíduos (homo/hétero, homem/mulher, feminino/masculino) que continuam sendo centrais na organização da vida social contemporânea.

²² “Primordialmente para pessoas travestis, transexuais e transgêneros. Entre estas concepções de identidade há diferenças [...] De modo bastante rápido, defino as travestis como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio da ingestão de hormônios, quer através da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses. As transexuais são pessoas com demandas de cirurgias de mudança de sexo e de identidade civil, demandas que não encontramos nas reivindicações emancipatórias das travestis. Já as transgêneros são pessoas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nesta caracterização como o fazem as travestis e as transexuais. Como exemplo destas últimas podemos elencar as/os transformistas, as drags queens, os drag kings etc”. Segundo Peres (2009, p. 236 apud CRUZ, Elizabete Franco, 2011, p. 75).

²³ Ver notícia do jornal Extra Online, na seção “Casos de Polícia”, do dia 18/07/2018, no Município de Araruama no estado de Rio de Janeiro. Onde Dany Coluty, mulher transsexual foi retirada algemada de um banheiro público feminino: https://extra.globo.com/casos-de-policia/transsexual-retirada-algemada-de-banheiro-publico-feminino-em-araruama-22899251.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Extra [consultado 20/07/2018]. Esta é uma das tantas histórias, relatos e denúncias que se replicam diariamente no Brasil. Ver a seguir uma breve lista de notícias de jornais relatando casos de violência, expulsão e discriminação em banheiros públicos: (1) de 23/01/2015 no município de São Carlos, estado de São Paulo: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/01/jovem-transsexual-tenta-usar-banheiro-masculino-e-e-agredido-dentro-de-bar.html>; (2) de 17/07/2016 em Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco: <http://jonline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2016/07/17/mulheres-trans-acusam-vigilantes-do-ti-de-prazeres-de-agressao-em-banheiro-publico-244812.php>; (3) de 04/11/2016 no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), região Central de São Paulo: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/aluna-trans-diz-sofrer-preconceito-ao-usar-banheiro-feminino-em-faculdade.html>; (4) de 22/11/2017 em Rio Branco, capital do Estado do Acre: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/me-senti-humilhada-diz-travesti-impedida-por-funcionario-de-usar-banheiro-feminino-em-mercado-popular-no-acre.ghtml>; (5) de 26/02/2019 em Campinas, São Paulo: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/26/chefe-proibe-lesbica-de-usar-banheiro-feminino-e-a-chama-por-nome-de-homem.htm?fbclid=IwAR1XKRQaIN659lpjubZId-UFefGmG7C0LmhxLAou3eeC9uQCTE29qZJfJBE>.

3. GÊNERO NO BANHEIRO

Percebe-se que um determinado pensamento, conceito, ideia ou concepção de mundo continua em vigor quando se confirma sua capacidade de continuar produzindo efeitos no pensamento de outros (LOURO, 2003). Nesse sentido, os conceitos, as ideias e concepções de mundo vigentes no século XIX, por exemplo, com relação às mulheres (divisão sexual do trabalho), às práticas sexuais e aos papéis sociais (concepção biologicista), e às identidades políticas dissidentes da norma (concepção patologizada de determinadas práticas sexuais) continuam repercutindo fortemente nas relações sociais atuais.

Com relação à “mulher”, não só prevalece no imaginário social brasileiro uma ideia ultrapassada da “mulher”, enquanto responsável única do cuidado, dos filhos e do lar, como também essa imagem é estimulada por diferentes dispositivos de controle social, por exemplo, os meios de comunicação (orais, escritos e visuais) que propagam essa imagem estereotipada da mulher, como “bela, recatada e do lar”²⁴, e que não só mantem o imaginário coletivo ao redor do que significa “ser” mulher, mas também remarcam às práticas e papéis apropriados e previstos para cada sexo.

As representações que se fazem com relação “aos” homossexuais, de certa forma, são similares às que foram feitas nos anos 70 para categorizar a representação social “da” mulher (BUTLER, 2017b), pois se aplica o mesmo princípio do sistema heteronormativo que busca homogeneizar as diversas representações culturais por uma mesma categoria, neste caso a identidade homossexual (LOURO, 2001), para logo torná-las reconhecíveis no meio social e poder regulá-las. Isto quer dizer que, ao enquadrá-las em uma determinada categoria se estabelecem também as diferenças, por meio das quais o sistema heteronormativo será capaz de controlar e corrigir qualquer “desvio” da norma de representações culturais.

À vista disso, neste capítulo, retomam-se alguns conceitos e sentidos que são parte do entendimento contemporâneo, por exemplo, das categorias “gênero”, “identidade”, “diferença” e “preconceito” para logo continuar com a análise de outros elementos com os quais estes últimos se entrelaçam, como “sistema sexo/gênero”, “heteronormatividade compulsória”, “os corpos”, as significações e representações do binarismo “homem” e “mulher”, entre outros. O objetivo de fazer isto é compor o cenário que permita entender como estas categorias se

²⁴ Título utilizado na revista Veja para apresentar a Marcela Temer, esposa do então Vice-presidente Michel Temer. Ver link da matéria aqui <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.

tornaram dominantes e determinantes das relações sociais e como muitas delas se mantêm vigentes e são refletidas na prática do uso dos banheiros por parte das entrevistadas.

3.1. Recapitulando: o gênero como corrente de pensamento

Durante a chamada segunda onda do feminismo, muitas acadêmicas, pesquisadoras e ativistas lésbicas feministas, como Gayle Rubin (1975), Monique Wittig (1978) e Adrienne Rich (1980), indagaram sobre as categorias simbólicas, normativas, políticas e subjetivas que se instaurariam como elementos constitutivos da categoria “gênero”.

Em 1975, Gayle Rubin escreveu o ensaio *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política do Sexo”* no qual desenvolveu uma reflexão sobre questões pouco aprofundadas na época, como a “diferença de gênero, opressão de gênero e sexualidade” (RUBIN; BUTLER, 2003). Nesse ensaio, Rubin dá nome ao que ela interpreta como um novo sistema de elementos que viriam organizar as relações sociais entre os indivíduos, o chamado “sistema sexo/gênero” que é definido pela antropóloga como “el conjunto de disposiciones por el que una sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana, y en el cual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas” (RUBIN, 1986, p. 97)²⁵. Em sua análise, Rubin mostra como as relações sexuais são organizadas hierarquicamente, e que nessa organização as mulheres estão sempre abaixo, em uma situação de opressão com relação aos homens.

Ampliando o debate e à reflexão sobre as relações históricas de opressão do signifiante “mulher”, Monique Wittig publica *O pensamento Heterossexual e outros ensaios* (2006), difundido pela primeira vez em 1978. Nesta obra, Wittig apresenta um conjunto de escritos nos quais configura e define algumas das suas reflexões mais relevantes, como no caso da categoria de “sexo” enquanto categoria política, a ideia de “mulher” enquanto conceito essencialista, e a definição que deu nome à sua publicação mais célebre “*O pensamento heterossexual*”, no qual apresenta a heterossexualidade como um “régimen de dominación”²⁶ (WITTIG, 2006, p. 25).

No que diz respeito à chamada “diferença sexual”, Wittig a passa a explicar por meio de uma metáfora: “La continua presencia de los sexos y la de los esclavos y los amos provienen de la misma creencia. Como no existen esclavos sin amos, no existen mujeres sin hombres”

²⁵ O conjunto de disposições pelas quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e no qual as necessidades sexuais transformadas são atendidas (RUBIN, 1986, p. 97 tradução minha).

²⁶ “Regime de dominação” (WITTIG, 2006, p. 25, tradução minha).

(WITTIG, 2006, p. 22)²⁷. Assim, consegue dizer que a diferença entre os sexos atua na cultura como um mecanismo de censura, dado que aliena a percepção das diferenças, como se fossem naturais e não no plano da construção social:

La ideología de la diferencia sexual opera en nuestra cultura como una censura, en la medida en que oculta la oposición que existe en el plano social entre los hombres y las mujeres poniendo a la naturaleza como su causa. Masculino/femenino, macho/hembra son categorías que sirven para disimular el hecho de que las diferencias sociales implican siempre un orden económico, político e ideológico (Ibidem. 2006, p. 22)²⁸.

Desta forma, Wittig mostra que a sociedade é percebida como naturalmente heterossexual, pois a categoria de sexo é uma categoria política e assim a constitui: “La categoría de sexo es una categoría política que funda la sociedad en cuanto heterosexual” (WITTIG, 2006, p. 26)²⁹.

Wittig explicitou os elementos que constituem esse pensamento dominante em *Modem Language Association Convention*, em 1978 afirmando:

Las categorías de las que se trata funcionan como conceptos primitivos en un conglomerado de toda suerte de disciplinas, teorías, ideas preconcebidas, que yo llamaría ‘el pensamiento heterosexual’. Se trata de ‘mujer’, ‘hombre’, ‘sexo’, ‘diferencia’ y de toda la serie de conceptos que están afectados por este mareaje, incluidos algunos tales como ‘historia’, ‘cultura’ y ‘real’ (Ibidem. 2006, p. 51)³⁰.

E conclui com a seguinte afirmação:

No puedo sino subrayar aquí el carácter opresivo que reviste el pensamiento heterosexual en su tendencia a universalizar inmediatamente su producción de conceptos, a formular leyes generales que valen para todas las sociedades, todas las épocas, todos los individuos. Esta tendencia a la universalidad tiene como consecuencia que el pensamiento heterosexual es incapaz de concebir una cultura, una sociedad, en la que la heterosexualidad no ordenara no sólo todas las relaciones humanas, sino su producción de conceptos al mismo tiempo que todos los procesos que escapan a la conciencia (Ibidem. 2006, p. 52)³¹.

²⁷ “[a] presença contínua dos sexos e a dos escravos e amos provêm da mesma crença. Como não há escravos sem amos, não há mulheres sem homens” (Ibidem, p. 22, tradução minha).

²⁸ “A ideologia da diferença sexual opera em nossa cultura como uma censura, na medida em que esconde a oposição que existe no nível social entre homens e mulheres, colocando a natureza como sua causa. Masculino / feminino, macho / fêmea são categorias que servem para disfarçar o fato de que as diferenças sociais sempre implicam uma ordem econômica, política e ideológica” (Ibidem, p. 22, tradução minha).

²⁹ “[a] categoria de sexo é uma categoria política que cria a sociedade como heterossexual”. (Ibidem, p. 26, tradução minha).

³⁰ “As categorias em questão funcionam como conceitos primitivos em um conglomerado de todo tipo de disciplinas, teorias, ideias preconcebidas, que chamaria de ‘pensamento heterossexual’. É sobre ‘mulher’, ‘homem’, ‘sexo’, ‘diferença’ e de toda uma série de conceitos que são afetados por esta mensagem, incluindo alguns como ‘história’, ‘cultura’ e ‘real’”. (Ibidem, p. 51, tradução minha).

³¹ Não posso deixar de enfatizar aqui o caráter opressivo do pensamento heterossexual na sua tendência a universalizar imediatamente a produção de conceitos, a formular leis gerais que se apliquem a todas as sociedades, todos os tempos, a todos os indivíduos. Essa tendência à universalidade tem como consequência que o pensamento heterossexual é incapaz de conceber uma cultura, uma sociedade, na qual a heterossexualidade não ordene não apenas todas as relações humanas, mas também sua produção de conceitos, ao mesmo tempo em que todos os processos que escapam à consciência (Ibidem, p. 52, tradução minha).

Cabe aqui também mencionar que, quando Wittig passa a analisar as relações sociais em termos heteronormativos, também aponta na sua obra uma ruptura da norma heterossexual, ao separar o conceito “mulher” e “lésbica”. Wittig compreende que a base do regime heterossexual está nas categorias sexuais “homem” e “mulher”, e nas práticas sociais e sexuais de opressão que estas categorias fixam para cada sujeito, e declara: “las lesbianas no son mujeres” (Ibidem. 2006, p. 57).

Lesbiana es el único concepto que conozco que está más allá de las categorías de sexo (mujer y hombre), puesto que el sujeto designado (lesbiana) no es una mujer, ni económica, ni política, ni ideológicamente. Lo que hace a la mujer es una relación social específica con el hombre, una relación a la que ya nos hemos referido como “servidumbre”, una relación que implica obligación personal y física, tanto como una obligación económica (residencia forzada, trabajo doméstico, deberes conyugales, producción ilimitada de niños, etc.) una relación de la que las lesbianas escapan al rechazar seguir siendo o convertirse en heterossexuales (Ibidem. 2006, p. 43)³².

Desse modo, Wittig transforma a figura da “lésbica” em um enclave privilegiado da dissidência do sistema heterocentrado. Esta reflexão e pensamento de Wittig irá auxiliar o desenvolvimento do Capítulo III, no qual se analisa o significante “lésbica”, entre o discurso e as representações.

Seguindo com a genealogia do gênero, em termos teóricos, políticos e sociais, em 1980 Adrienne Rich, na mesma perspectiva que Wittig, também fez uma importantíssima contribuição ao cunhar o termo “Heterossexualidade Compulsória”, assinalando a existência de uma obrigatoriedade nas relações sexuais, sendo estas exclusivamente entre um “homem” e uma “mulher”. Rich propôs pensar o caráter político da heterossexualidade, como “algo que teve que ser imposto, gerenciado, organizado, propagado e mantido pela força” (RICH, 2001, p. 65). A heterossexualidade se espalha assim como o pensamento dominante, como um sistema capaz de “universalizar conceitos e formular leis que valem para toda a sociedade, para todas as épocas e para todos os indivíduos” (RICH, 2010).

3.2. Gênero como mudança de paradigma

Em 1995, Joan Scott, no texto *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*, sinaliza

³² Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias de sexo (mulher e homem), uma vez que o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente. O que faz a mulher é uma relação social específica com os homens, uma relação que já nos referimos como “servidão”, uma relação que implica obrigação pessoal e física, bem como uma obrigação econômica (residência forçada, trabalho doméstico, deveres conjugais, produção ilimitada de crianças, etc.) uma relação que as lésbicas escapan por se recusarem a seguir sendo ou se tornarem heterossexuais (Ibidem, p. 43, tradução minha).

que tudo tem uma história, desde as palavras até as ideias, em seguida faz um levantamento histórico das mudanças de concepções da categoria “gênero”, desde a concepção clássica ou tradicional de “gênero” como campo de “estudos das mulheres”, passando pela concepção dada pelas Feministas Americanas³³ que enfatizavam o caráter social das distinções entre os sexos (SCOTT, 1995).

Na sua utilização recente mais simples, ‘gênero’ é sinônimo de ‘mulheres’. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das ‘mulheres’ substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo ‘mulheres’ por ‘gênero’ (SCOTT, 1995, p. 75).

Esta substituição de palavras, lembra a historiadora, implicou em uma quebra de paradigma em termos acadêmicos, ao dar uma maior “legitimidade” para tratar de assuntos que, antes, não eram possíveis com o uso da terminologia “mulheres”: “[...] o uso do termo ‘gênero’ visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (Ibidem. 1995, p. 75). Essa substituição fez também com que o “gênero” emergisse agora enquanto “categoria de análise” (SCOTT, 1995).

Ao mesmo tempo desta quebra de paradigma com relação ao gênero, enquanto “chave de leitura” das relações sociais, surge no meio dos Estudos Gays e Lésbicas a teoria *queer*³⁴. Com o advento desta nova corrente de pensamento, as análises e reflexões acadêmicas deixaram de se focar só nas representações que marcavam as diferenças entre “homens” e “mulheres” (os comportamentos), e começaram a colocar atenção nos discursos que criam essas representações, nos rótulos, nas dicotomias, e principalmente na heteronormatividade. Passa-se então das teorias tradicionais às teorias críticas (SILVA, 2017)³⁵.

La crítica poscolonial y queer responde, en cierto sentido, a la imposibilidad del sujeto subalterno para articular su propia posición dentro del análisis de la historia del marxismo clásico. El locus de la construcción de la subjetividad política parece haberse desplazado desde las tradicionales categorías de clase, trabajo y división sexual del trabajo hacia otras constelaciones transversales como pueden ser el cuerpo, la sexualidad, la raza; pero también la nacionalidad,

³³ A expressão Feministas Americanas, também conhecida como o Feminismo da segunda onda, é comumente empregada para se referir a luta das mulheres durante os anos 1960-1970 nos Estados Unidos contra a discriminação de gênero. (BURKETT, 1998). Uma das principais bandeiras da época foi o slogan “o pessoal é político”, quebrando assim as fronteiras entre o público e o privado. ver Carol Hanisch em <http://carolhanisch.org/>

³⁴ Nome proposto em "Teoria Queer: Sexualidades Lésbicas e Gays". Uma Introdução "de Teresa de Lauretis, 1991), ver (MISKOLCI, 2009, p. 151). Obras como *Problemas de gênero*, de Butler (1990), junto com *A Epistemologia do armário*, de Eve Kosofsky Sedgwick (1998), tornar-se-iam em referências clássicas da teoria queer.

³⁵ “É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas [...] As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: ‘teorias’ neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder”. Silva, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo, 3ª ed.; 9. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, P.16, 2017.

la lengua, el estilo o, incluso, la imagen (PRECIADO, 2007, p. 383)³⁶.

Numa entrevista ao *Núcleo de Estudos de Gênero Pagu* da Unicamp, Paul B. Preciado (2007), explica que a palavra *queer* deriva de um insulto e conotação de desvio sexual (homossexual) e é hoje considerada como um campo de produção discursiva e política:

Los movimientos queer representan el desbordamiento de la propia identidad homosexual por sus márgenes: maricas, bolleras, transgénero, putas, gays y lesbianas discapacitados, lesbianas negras y chicanas, y un interminable etcétera. [...] los movimientos queer denuncian las exclusiones, los fallos de la representación y los efectos de renaturalización de toda política de identidad (Ibidem. 2007, p. 378–379)³⁷.

Nesse sentido o termo *queer* funciona, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2017), “como uma declaração política de que o objetivo da teoria *queer* é o de complicar a questão da identidade sexual e, indiretamente, também a questão da identidade cultural e social” (SILVA, 2017, p. 105).

Dentro das referências clássicas da teoria *queer*, encontra-se a obra de Judith Butler, “*Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*” (1990). Neste livro, Butler (1990) traz uma análise crítica sobre as políticas identitárias, questionando, em primeiro lugar, as concepções de uma identidade definida no interior do movimento feminista, delimitada na categoria de mulheres. Propõe também a necessidade de subverter essa noção da “identidade de mulher” e, para isso, passa a problematizar a categoria da diferença sexual, rejeitando a ideia de sexo como algo dado pela natureza e do gênero como marca da cultura, e desenvolve a teoria da performatividade do gênero: “[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero” (BUTLER, 2017b, p. 56).

E ainda acrescenta que:

Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum, pois não há nenhuma “essência” que ele expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire, bem como não é um dado de realidade. Assim, o gênero é uma construção que

³⁶ “A crítica pós-colonial e queer responde, em certo sentido, à impossibilidade do sujeito subalterno de articular sua própria posição dentro da análise da história do marxismo clássico. O lugar da construção da subjetividade política parece ter mudado das categorias tradicionais de classe, trabalho e divisão sexual do trabalho para outras constelações transversais como o corpo, a sexualidade, a raça; mas também a nacionalidade, a língua, o estilo ou mesmo a imagem” (PRECIADO, 2007, p. 383 tradução minha).

³⁷ “Os movimentos queer representam o transbordamento da identidade homossexual por suas margens: veados, sapatão, transgêneros, putas, gays e lésbicas deficientes, lésbicas negras e chicanas e uma eternidade de eteceteras. [...] os movimentos queer denunciam as exclusões, as falhas das representações e os efeitos da renaturalização de todas as políticas de identidade” (Ibidem. 2007, p. 378–379 tradução minha).

oculta normalmente sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções – e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade (Ibidem. 2017b, p. 241).

Desta forma, a filósofa norte-americana questiona a ideia da existência de traços sexuais e de gênero como sendo expressões resultantes de uma essência natural, biológica ou ontológica da identidade e, ao contrário disso argumenta que, o conjunto de signos que um determinado sujeito produz são, em termos gerais, performativos: “no sentido de que a essência ou identidade que por um lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (Ibidem. 2017b, p. 235).

Por outro lado, Butler (1990) não se limita a problematizar as categorias de sexo e gênero e os mecanismos culturais por meio dos quais são fabricados, mas também reflete sobre as possibilidades de mudança que trazem consigo os atos performático de gênero.

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são construídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017b, p. 244).

Enquanto ação performativa, o gênero requer repetição (BUTLER, 2017b) e é aqui onde se abre uma oportunidade para subverter as identidades de gênero normativas, cada vez que essa ação é reencenada se produzem novas experiências, as quais levarão a alterar o caráter naturalizado da diferença sexual, e depois da ideia de “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino”.

Embora os atos performativos de gênero motivem e promovam diferentes e múltiplas possibilidades para representar os gêneros ainda prevalece no imaginário social da modernidade ocidental um pensamento dicotômico, que está fundado numa série de binarismos (mulher/homem, homossexual/heterossexual, feminino/masculino) que domesticam os espaços públicos com o objetivo de marcar, diferenciar e tornar naturais as diferenças que a este lhe pertencem, para logo, por meio de um dispositivo de disciplinamento, isto é o banheiro, fortalecer as hierarquias e as relações de poder que dão suporte a heteronormatividade compulsória. Nesse sentido é válido perguntar: será que fomos socialmente “programados” para escolher um banheiro ou o outro? Ou, ao contrário disso, são os símbolos nas portas dos banheiros os que “programam” nossa escolha? Qual é o “modelo” que essas figuras simbolizam ou no qual se espelham? Como se “decodificam” os símbolos das portas dos banheiros? Será

que para “decodificar” esses símbolos antes foi preciso que “os códigos” fossem ensinados? E se assim fosse, por meio de que “dispositivos”? E ainda, quais são as instituições que lhe dão “suporte”, em termos de reconhecimento e legitimidade? Como as pessoas se identificam, em termos dos códigos do dito “masculino” ou “feminino”, para ingressar num banheiro de uso público? E o que acontece quando uma pessoa não se identifica, ou não é identificada com uma dessas duas categorias?

Além disso, fazer-se estas perguntas, não é um exercício banal, dado que nos leva a enfrentarmos com questões que fazem parte da nossa cotidianidade e que por isso passam a ser consideradas como “normais”, mas que ao questiona-las não somos capazes de conhecer e entender quais são as relações de poder que se estruturam no e ao redor dessa prática de ir ao banheiro.

3.3. Representações sociais, Agência e Poder

As categorias “representação, agência e poder” se refletem, particularmente, nos banheiros públicos. Estas três categorias serão analisadas abaixo termos de mecanismos sociais, culturais e políticos vinculados com a divisão sexogenérica das sujeitas e que se localizam como centrais na organização da vida social contemporânea.

3.3.1. Identidade e Diferença

Segundo o senso comum, a identidade é uma coisa simples a ser definida, já que basta anunciar o que se é para que uma identidade seja estabelecida: “a identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro, sou negro, sou heterossexual, sou jovem, sou homem” (SILVA, 2009, p. s/n). Por outro lado, essa enunciação também traz à tona o fato da diferença, a qual segundo Tomaz Tadeu da Silva (2009), seguiria a mesma perspectiva que a identidade, no sentido de ser uma “entidade independente” a qual é constituída através daquilo “que o outro é”: “da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe” (SILVA, 2009, p. s/n).

Desde uma perspectiva pós-estruturalista, em primeiro lugar, e da teoria *queer* em segundo lugar, desloca-se a teorização baseada nas diferenças em termos de características naturais de um sujeito absoluto e estável e se passam a abordar os processos de diferenciação nas relações sociais “A diferença não pode ser concebida fora dos processos linguísticos de

significação. A diferença não é uma característica natural: ela é discursivamente produzida” (SILVA, 2017, p. 87). Quer dizer, analisam-se os processos de normalização que regem a sociedade e por meio dos quais se estabelecem as relações de poder, gerando concepções fixas, definidas e homogêneas de sujeitos “[...] o processo de significação que produz a ‘diferença’ se dá em conexão com relações de poder” (Ibidem. 2017, p. 87).

Dentro desta conjuntura, a perspectiva *queer* será quem buscará contestar a produção e reprodução das “diferenças” avançando no questionamento das relações de poder que as legitimam e para isso propõe uma “multiplicação das diferenças que podem subverter os discursos totalizantes, hegemônicos ou autoritários” (MISKOLCI, 2009, p. 175) .

É importante ressaltar aqui, que nem sempre a diferença é utilizada para marcar uma hierarquia ou sujeições dos sujeitos, mas sim “é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p. 374). Desta forma, a teoria *queer* passa a analisar e ressaltar que dentro da noção de diferença existem questões identitárias e que estas se apresentam múltiplas. Segundo Avtar Brah (2006) a identidade se manifesta em termos de “uma multiplicidade relacional em constante mudança” (Ibidem. 2006, p. 371). Isto quer dizer, que dentro do processo de identificação “as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas” (Ibidem. 2006, p. 371).

Judith Butler (2017) observa também essa peculiaridade nos processos de identificação e descreve que esse processo de subjetivação se dá através da associação direta entre as categorias sexo, gênero e desejo, sendo estes sempre entendidos em termos dicotômicos e heterossexuais. Butler vai chamar esse processo de “normas de inteligibilidade” (BUTLER, 2017b, p. 43), e vai argumentar que a sociedade é organizada através deles, o qual implica que se passe a interpretar tanto a pessoa quanto a identidade destas através de “conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade” (Ibidem. 2017b, p. 43). Isto indica que a matriz de inteligibilidade cultural vai operar através da designação de características de gênero “inteligíveis” nas pessoas, que “[...] instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Ibidem. 2017b, p. 43).

Assim, as pessoas que não sejam inteligíveis, nos termos preestabelecidos pela matriz, são alocadas na categoria de “descontínuos”:

[...] a própria noção de pessoa se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero e “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (Ibidem. 2017b, p. 43).

O estabelecimento e, eventualmente, a luta pela manutenção da matriz de inteligibilidade dá lugar a que as sociedades continuem a se estruturar em termos da diferença, onde o reconhecimento do “outro” se dá, inicialmente, em forma de sanção. Tal como o expressa YOUNG (1988, apud BUTLER, 2017b, p. 231) “[...] o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade”.

3.3.2. Nomear, representar e classificar

O processo de formação da identidade também está intimamente ligado a ação de nomear as formas de representação da corporalidade:

Hasta mediados del siglo pasado, innumerables hombres y mujeres transgénero cayeron entre las grietas de los sistemas de clasificación diseñados para explicar su difícil situación y se encontraron atrapadas en innumrables ámbitos de corporalidad (HALBERSTAM, 2018a, p. 21)³⁸.

Contudo, o ato de nominar não se limitou exclusivamente para pessoas que até então estavam num limbo ou na indefinição (como as pessoas transgênero), pelo contrário tal prática passou a ser incorporada na linguagem como processo de categorização das pessoas segundo a variação de gênero: “[...] los términos que usamos hoy para describir y explicar el género y la variación sexual se introdujeron en el lenguaje en 1869 y en la primera mitad del siglo XIX” (HALBERSTAM, 2018a, p. 22)³⁹.

De acordo com Lucila da Silva (2019), o debate contemporâneo com relação as identidades se divide em dois sentidos, por um lado está a vertente mais tradicional, em termos de sexo e gênero, que acredita que há uma “relación de continuidad entre los genitales de una persona, su fisonomía y capacidades, y sus vínculos sexoafectivos y que las opciones son sólo dos: ‘hombre’ y ‘mujer’ ”; por outro lado a visão mais vanguardista é aquela que também entende que há só duas opções de sexo, mas que percebe que “es legítimo que cada “uno/a” decida qué ‘identidad de género’ asumir (gay, lesbiana, trans, etc.)” (DA SILVA, 2019, p.

³⁸ Até meados do século passado, inúmeros homens e mulheres transexuais caíram nas rachaduras dos sistemas de classificação destinados a explicar sua condição e se viram presos em inúmeras áreas de corporalidade. (HALBERSTAM, 2018a, p. 21 tradução minha).

³⁹ “Os termos que usamos hoje para descrever e explicar o gênero e a variação sexual foram introduzidos na linguagem em 1869 e na primeira metade do século XIX” (Ibidem. 2018a, p. 22 tradução minha).

134)⁴⁰.

Desta forma, hoje nas sociedades contemporâneas, não só há nomes para tudo aquilo que o sujeito é, senão que não há lugar, no campo social, para quem queira ficar inominável: “hoy tenemos una gran cantidad de nombres para lo que somos y algunas personas desean activamente ese espacio de lo innombrable nuevamente” (HALBERSTAM, 2018a, p. 21)⁴¹.

Esta última perspectiva levantada por Da Silva (2019) e Halberstam (2018a), a que cada sujeito possa decidir livremente como se identificar em termos de sexo e gênero, desdobra-se no campo social contemporâneo, por exemplo, na Argentina a mídia social Facebook disponibilizou em 2014, uma ferramenta de gênero personalizado com mais de 50 opções de gênero⁴² para suas usuárias e usuários.

Com relação ao catálogo de gêneros que Facebook disponibilizou, Halberstam (2018a) observa e analisa dois aspectos. O primeiro deles entende que, tais termos resultam do seu uso cotidiano por sujeitos múltiplos: “todos estos términos han surgido dentro de comunidades que buscan formas de nombrar y explicar su multiplicidade (...) son términos que surgen por ensayo y error, por un uso cotidiano y por conveniencia política” (HALBERSTAM, 2018a, p. 27)⁴³. O segundo aspecto do surgimento desses novos termos tem a ver com o fato de que ter uma maior variedade de termos não descarta que estes não sejam concebidos por normas reguladoras: “las formas coloquiales de expresión y definición no son necesariamente menos reguladores o están menos comprometidas con las normas que otros modos de clasificación” (Ibidem. 2018a, p. 31)⁴⁴.

Nesse sentido, o ato de se nominar dentro da matriz de inteligibilidade social se transformou num processo de produção de conhecimento e de categorização das pessoas, já que “con el reconocimiento viene la aceptación, con la aceptación viene el poder, con el poder viene la regulación” (Ibidem. 2018a, p. 37)⁴⁵.

⁴⁰ “Relação de continuidade entre os genitais de uma pessoa, sua fisionomia e capacidades, e seus laços afetivos de sexo e que as opções são apenas duas: 'homem' e 'mulher' ... é legítimo que cada “um/a” decida que ‘identidade de gênero’ deve assumir (gay, lésbica, trans etc.)” (DA SILVA, 2019, p. 134 Tradução minha).

⁴¹ “Hoje temos muitos nomes para o que somos e algumas pessoas querem ativamente esse espaço do inominável novamente” (Ibidem. 2018a, p. 21 tradução minha).

⁴² Ver mais em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/08/facebook-passa-ter-mais-de-50-opcoes-de-generos-na-argentina.html>

⁴³ “Todos esses termos surgiram em comunidades que buscam maneiras de nomear e explicar sua multiplicidade (...) são termos que surgem por tentativa e erro, para o uso cotidiano e para conveniências políticas” (HALBERSTAM, 2018a, p. 27 tradução minha).

⁴⁴ “As formas coloquiais de expressão e definição não são necessariamente menos reguladoras ou estão menos comprometidas com a norma do que outros modos de classificação” (Ibidem. 2018a, p. 31 tradução minha).

⁴⁵ “Com o reconhecimento vem a aceitação, com a aceitação vem o poder, com o poder vem o regulamento” (Ibidem. 2018a, p. 37 tradução minha).

Estas ideias com relação à aceitação, ao reconhecimento e a regulação social se expressam no poema “Reivindico mi derecho a ser un monstruo y que otros sean lo normal”, da artista trans sudaca Susy Shock.

[...] Yo, reivindico mi derecho a ser un monstruo
ni varón ni mujer
ni XXI ni H2o
yo monstruo de mi deseo
carne de cada una de mis pinceladas
lienzo azul de mi cuerpo
pintora de mi andar
no quiero más títulos que cargar
no quiero más cargos ni casilleros a donde encajar
ni el nombre justo que me reserve ninguna Ciencia
Yo mariposa ajena a la modernidad
a la posmodernidad, a la normalidad
Oblicua, Vizca, Silvestre, Artesanal
Poeta de la barbarie
con el humus de mi cantar
con el arco iris de mi cantar, con mi aleteo:
Reivindico: mi derecho a ser un monstruo,
que otros sean lo Normal [...] ⁴⁶

3.3.3. Estereótipo de gênero

Como uma consequência da categorização social, isto é, os processos de nominar, classificar e de definir os comportamentos e as relações humanas, aparecem os “estereótipos sociais e de gênero” (NOGUEIRA; SAAVEDRA, 2007, p. 12). O papel social dos estereótipos é, por um lado, o de ser um meio que leve adiante a uniformização das representações sociais, e também de muitas vezes ser a forma para fazer distinções, em termos de segregação ou preconceito:

Poder-se-ia dizer que os estereótipos sociais são generalizações acerca dos membros de certos grupos e que derivam predominantemente, ou são uma instância do processo cognitivo da categorização. (...) Os estereótipos servem, de uma forma geral, para fazer ilações acerca de grupos baseados na idade, nacionalidade, etnicidade, raça, gênero, classe social, profissão, estatura física, orientação sexual, entre outras. O primeiro objectivo dos estereótipos é o de simplificar e organizar um meio social complexo, tornando-o menos ambíguo. (...) Mas eles servem também para justificar a discriminação de grupos e gerar preconceitos (Ibidem. 2007, p. 13).

⁴⁶ Susy Shock. Poemario Trans-Pirado: Que otros sean lo normal. Ed. Nuevos tempos. Buenos Aires. 2011. Poema completo no Anexo A da pesquisa.

Por outro lado, os estereótipos de gênero, segundo expõem Nogueira & Saavedra (2007), seguindo as análises de Fiske & Stevens (1993), representariam os estereótipos no sentido prescritivo, quer dizer, teriam relação com os atributos culturais que lhe são assignadas as pessoas, em termos tanto de práticas e papéis sexuais.

Existe uma certa consensualidade entre os autores de que os estereótipos têm simultaneamente uma componente descritiva e prescritiva. A primeira é constituída pelos atributos, ou traços de personalidade, que as pessoas geralmente acreditam como caracterizando os membros de um determinado grupo; a componente prescritiva seria composta pelos comportamentos considerados adequados para esse grupo, isto é, papéis do gênero (FISKE & STEVENS, 1993, apud NOGUEIRA; SAAVEDRA, 2007, p. 13).

Os estereótipos de gênero então são fundados em um conjunto de pensamentos e ideias com relação as características que representariam os homens e as mulheres, mas que tanto podem ou não condizer com à realidade, tal como salientam Nogueira & Saavedra (2007). Desta forma, os estereótipos sociais e de gênero estão embasados nas relações sociais e vão produzindo diversos sistemas de crenças por meio das quais a sociedade passa a se organizar. Estes estereótipos, como foi apontado acima, muitas vezes podem não representar ou retratar a diversidade de agentes sociais ou, caso contrário também, de forma geral, há uma tendência por apresentar, em termos descritivos e prescritivos, certas representações culturais de forma positiva -aquelas sujeitas que mais se enquadrem dentro do esperado socialmente em termos de papéis sociais e de gênero- versus uma imagem negativa daquelas que se apresentem como dissidentes desse quadro de representação social e cultural.

Tendo em vista que tanto se nomeiam as pessoas quanto suas práticas sociais e sexuais, não deveríamos nos surpreender que também se regulem, em termos de nomear, representar e classificar os espaços públicos que os sujeitos frequentam ou fazem uso, dando lugar assim a “fronteras sociales y urbanas” (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 28)⁴⁷.

Seguindo por esse ângulo, diversos lugares e espaços da sociedade foram (e alguns ainda são) segregados por classe social, raça, por deficiências⁴⁸ e também por sexo e gênero. O banheiro, pode servir como um exemplo da construção de fronteiras não só de gênero, mas também sociais e urbanas, já que é um espaço onde convergem todas essas categorias acima

⁴⁷ “Fronteiras sociais e urbanas” (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 28 tradução minha).

⁴⁸ Deficiência é utilizada aqui a partir da perspectiva da “teoria crip” (MCRUER, 2006) que oferece um modelo cultural de reapropriação da deficiência, não mais associado ao modelo médico enquanto diagnóstico e patologia nem ao modelo social de “inclusão”, mas sim uma perspectiva que busca questionar o modelo de normalidade dos corpos e para isso se serve da teoria *queer*. Assim, ambas teorias procuram desconstruir, desde uma perspectiva interseccional, os modelos de aceitabilidade dos corpos e dos gêneros. Para mais informação ver Kafer, Alison. 2013. *Feminist, Queer, Crip*. Bloomington: Indiana University Press; McRuer, Robert. 2006. *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press.

mencionadas. Segundo Sempol & Montano (2018), uma das primeiras barreiras para acessar nos banheiros se deu por meio da diferença de classe social:

[...] los baños de negocios y servicios comerciales en muchos países son exclusivos para los clientes y socios, lo que implica la necesidad de ser consumidor para poder acceder a ellos. Formal o informalmente, diferentes tipos de empleados (porteros, mozos, guardias de seguridad) ponen en acción reglamentaciones y restricciones al acceso a los baños de los negocios, operativizando así criterios clasistas e ideas de peligrosidad asociadas a la clase social (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 28)⁴⁹.

Logo, a essa segregação por classe social soma-se também a separação por questões raciais e étnicas: “Estados Unidos es uno de los casos más conocidos y documentados debido a la aplicación durante décadas de formas de segregación de los baños (como en casi todo el resto de los espacios públicos) para blancos y para afroamericanos” (Ibidem. 2018, p. 29)⁵⁰.

Ainda na perspectiva de analisar como a sociedade se organiza por meio destas categorias, Sempol & Montano (2018) ressaltam a segregação que vivenciam as pessoas com deficiência: “Lo más común es que los baños suelen no considerar la posibilidad de que existan personas con discapacidad, omisión que constituye una importante limitación para frenar la participación de estas personas en el espacio público” (Ibidem. 2018, p. 29)⁵¹.

Por último, descrevem-se a separação binária, por sexo e por gênero, nos banheiros públicos onde se produz um controle e regulamento de todos aqueles corpos que não apresentem os signos de inteligibilidade social esperados para “homens” e “mulheres”. Para explicar esta segregação binária, Sempol & Montano (2018) servem-se do termo “pânico de gênero” de Sheila Cavanagh (2010), que o descreve como: “miedo intenso producido antes que nada por la desorientación y confusión sobre la propia identidad e incluso cierto miedo al contagio ante un otro diferente” (CAVANAGH, 2010, p. 63, apud SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 30)⁵².

Deste modo, é possível constatar como, por meio de todos estes processos de

⁴⁹ Os banheiros de negócios e de serviços comerciais em muitos países são exclusivos para clientes e sócios, o que implica a necessidade de ser um consumidor para acessá-los. Formal ou informalmente, diferentes tipos de empregados (zeladores, garçons, seguranças) colocam em ação regulamentações e restrições de acesso aos banheiros das empresas, operacionalizando assim critérios de classe e ideias de periculosidade associadas à classe social (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 28 tradução minha).

⁵⁰ “Estados Unidos é um dos casos mais conhecidos e documentados devido à aplicação durante décadas de formas de segregação de banheiros (como em quase todos os outros espaços públicos) para brancos e afro-americanos” (Ibidem. 2018, p. 29 tradução minha).

⁵¹ O mais comum é que os banheiros geralmente não consideram a possibilidade de haver pessoas com deficiência, a omissão é uma limitação importante para impedir a participação dessas pessoas no espaço público (Ibidem. 2018, p. 29 tradução minha).

⁵² “Medo intenso produzido em primeiro lugar por desorientação e confusão sobre a própria identidade e até mesmo um certo medo de contágio diante do diferente” (CAVANAGH, 2010, p. 63, apud SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 30 tradução minha).

estereotipificação, representação e classificação social, as relações sociais e de poder vão organizando a vida em sociedade. Portanto, incidem não só nos sujeitos e nas suas práticas e papéis sociais, mas também determina os espaços e lugares públicos, em termos de desenhos e arquitetura das cidades, definindo por meio deles quem pode e quem não pode fazer uso deles.

3.4. Agência como ação

Ao estudar os processos de estereotipificação é importante falar da capacidade de ação, em termos de agência, das sujeitas que são estereotipadas pelo meio social.

O conceito de agência é utilizado aqui nos termos de Saba Mahmood (2006), quem nos chama a pensar na agência “não como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (MAHMOOD, 2006, p. 123). Assim, quando Mahmood (2006) elabora este conceito, deixa de lado a agência nos termos de “resistência” e passa a compreendê-la em termos da “ação”, distanciando-se da concepção feminista e pós-estruturalista de agência, onde se procura “entender as formas como as mulheres resistem à ordem dominante masculina através da subversão dos significados hegemônicos das práticas culturais e da sua reinterpretação em função dos seus próprios interesses e agendas” (Ibidem. 2006, p. 126). E ao contrário disso, busca romper com as narrativas estereotipadas que recaem sobre as mulheres, em termos de obediência e submissão à uma autoridade patriarcal, por considerar que “este enquadramento não só continua carregado com os termos binários de resistência e subordinação mas também é insuficiente na atenção as motivações, desejos e objetivos que não são necessariamente captados por esses termos” (Ibidem. 2006, p. 127).

Desta forma, Mahmood (2006) levanta a questão de que a agência, enquanto conceito e conjunto de ideias, não pode ser definida ou fixada de antemão, mas deve surgir “através de uma análise dos conceitos específicos que propiciam modos de ser concretos, responsabilidades e efetividades” (Ibidem. 2006, p. 131). Ao extrapolar essa concepção de agência e aplica-la as experiências narradas das mulheres lésbicas no banheiro feminino, quando estas são confundidas com “homens”, pode-se perceber que estas não respondem numa lógica apenas de “resistência” as normas sociais heteronormativas, mas sim a uma “forma concreta de ser”, tanto no sentido simbólico e representativo, enquanto sujeitas que ocupam esse espaço, como também no sentido material, corpóreo, visível e real.

Assim, a agência desde esta perspectiva de ação e não só de resistência permite alterar o binarismo de “opressor/oprimido” (FREIRE, 1974) e diversificar as formas como as sujeitas

se posicionam no espaço social, como também torna visível como o próprio espaço social define e impõe as formas como as sujeitas devem se posicionar (agência).

No capítulo 3, ao abordar as experiências em primeira pessoa das entrevistadas, nos aproximaremos mais ao conceito de agência e as formas nas quais as interlocutoras criam modos concretos de ser.

3.5. Poder como processos de disciplinamento e regulação

Diante do que foi exposto acima fica claro que a constituição do processo de subjetivação das pessoas perpassa as mais diversas esferas sociais, indo desde a ideia de identidade, passando pelas representações sociais, a diferença e o processo de classificação e estereotipificação, resultando em processos de disciplinamento e poder.

O filósofo francês Michel Foucault (2012), através do conceito de bio-poder (FOUCAULT, 2012, p. 152) passa a descrever e analisar as mudanças, em termos de poder, entre uma sociedade comandada por um soberano, onde o poder era exercido através do “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos, e finalmente, da vida” (Ibidem. 2012, p. 148) e as sociedades da época clássica que, segundo ele próprio argumenta, passam a desenvolver outros mecanismos de poder, desta vez, destinado a “produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (Ibidem. 2012, p. 148).

De acordo com Foucault (2012), a partir do século XVII, a sociedade passa a ser regulada e organizada através de duas grandes “tecnologias de poder”: (1) as “disciplinas do corpo”, que compreendem “o corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e económicos” (Ibidem. 2012, p. 151), e (2) através da “regulação da população” que inclui “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade” (Ibidem. 2012, p. 152). Assim, o bio-poder foi se instituindo na sociedade através de diversos mecanismos de vigilância e controle e para isso serviu-se de diferentes “*técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades)” (Ibidem. 2012, p. 153).

Desta maneira, e através do bio-poder, o corpo se torna um objeto de análise “já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (Ibidem. 2012, p. 157). Entretanto, Foucault (1999) por meio do seu livro “*Vigiar e Punir*” (1979), passa a analisar as técnicas de controle disciplinar exercidas sobre os

corpos dentro das prisões, utilizando para isto a figura arquitetônica do panóptico do filósofo Jeremy Bentham (1785).

O panóptico propicia uma imagem perfeita de mecanismos de vigilância onde os prisioneiros estão sob uma constante observação dos guardas ou vigilantes. Este modelo de controle permite que os vigilantes observem constantemente os prisioneiros sem que estes saibam o momento exato em que estão sendo observados (vigiados). Quer dizer, o poder devia ser exercido de forma visível e inverificável: “Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 225).

De acordo com Foucault (1999) o panóptico se torna assim um dispositivo importante de poder, já que o fato de os prisioneiros não saberem se estão ou não sendo observados acaba por torná-los dóceis, dado que eles mesmos se convertem em seus próprios vigilantes e acabam por regular seus comportamentos. O panóptico é um

Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. (...) O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder (Ibidem. 1999, p. 225–226).

O filósofo francês ressalta também o carácter multifacetado e versátil do panóptico, enquanto esquema de vigilância e controle social que pode ser usado em diversas instituições:

[...] serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões (Ibidem. 1999, p. 229).

Observando o carácter polivalente do panóptico, no sentido de que pode ser aplicável em diferentes partes e espaços do meio social, é possível fazer uma conexão entre este último e os banheiros públicos, pois os banheiros são um espaço desenhado e caracterizado por técnicas de controle e disciplinamento, onde se impõe uma fronteira de sexo e de gênero para poder fazer uso dele. Nessa perspectiva, encontramos o trabalho de Paul B. Preciado (2006), quem através do seu texto “*Basura y Género. Mear/Cagar. Masculino/Femenino*” [Lixo e Gênero. Mijo/Merda. Masculino/Feminino] (2006), vai considerar os banheiros públicos femininos como “mini-panópticos de género” (PRECIADO, 2006, p. s/n).

De acordo com Preciado (2006) o esquema panóptico nos banheiros públicos acontece através de controle do gênero e se exerce através do olhar público, quer dizer, do olhar e fiscalização das demais usuárias do banheiro. Segundo descreve Preciado (2006), no caso dos banheiros femininos, a vigilância e o controle sobre os corpos advêm da concepção da feminilidade em termos heterossexuais, quer dizer, enquanto norma, pelo que qualquer desvio de gênero deve ser corrigido ou, eventualmente, a pessoa deve ser disciplinada.

Aquí, el control público de la feminidad heterosexual se ejerce primero mediante la mirada, y sólo en caso de duda mediante la palabra. Cualquier ambigüedad de género (pelo excesivamente corto, falta de maquillaje, una pelusilla que sombrea en forma de bigote, paso demasiado afirmativo...) exigirá un interrogatorio del usuario potencial que se verá obligado a justificar la coherencia de su elección de retrete: “Eh, usted: se ha equivocado de baño, los de caballeros están a la derecha.” Un cúmulo de signos del género del otro baño exigirá irremediamente el abandono del espacio mono-género so pena de sanción verbal o física. (Ibidem. 2006, p. s/n)⁵³.

Desta forma, por meio do controle e da vigilância exercidas através de um esquema panóptico nos banheiros públicos se passa não só a domesticar os corpos e as expressões de gênero, mas também se naturaliza tal vigilância o que acaba por tornar os banheiros públicos em “auténticas células públicas de inspección en las que se evalúa la adecuación de cada cuerpo con los códigos vigentes de la masculinidad y la feminidad” (Ibidem. 2006, p. s/n)⁵⁴.

Assim, a partir do controle sobre o corpo mediante o bio-poder e desde o esquema de vigilância panóptico disperso em diversos níveis da vida cotidiana, só certos corpos são valorizados, ou seja, reconhecidos social e culturalmente como também, só certos padrões estéticos.

⁵³ Aqui, o controle público da feminilidade heterossexual é exercido primeiro através do olhar, e somente em caso de dúvida através da palavra. Qualquer ambigüidade de gênero (cabelos excessivamente curtos, falta de maquiagem, um penugem que se sombreie na forma de um bigode, um passo afirmativo demais ...) exigirá uma interrogação do usuário potencial que será forçado a justificar a coerência de sua escolha de banheiro: ‘Eh, você: você confundiu o banheiro, os de cavalheiros está à direita’. Um aglomerado de sinais do sexo do outro banheiro irremediavelmente exigirá o abandono do espaço do mono-gênero sob pena de punição verbal ou física (PRECIADO, 2006, p. s/n tradução minha).

⁵⁴ “Autêntica célula de inspeção pública na qual a adequação de cada corpo é avaliada com os códigos atuais de masculinidade e feminilidade” (Ibidem. 2006, p. s/n tradução minha).

Figura 1: Placas de banheiros em aeroportos⁵⁵

3.5.1. O poder na dicotomia do privado e do público

Existe um amplo campo de produção teórica e acadêmica ao redor das temáticas do que se define como espaço público/privado. Muitos dos trabalhos concentram-se em áreas como a medicina e a saúde pública, analisando o impacto do discurso médico e do higienismo nas práticas urbanas (BRESCHIANI, 2002; COSTA, 2013; MARQUES, 1995; PAIVA, 2000; SILVA, 2007); outros abordam o impacto que a divisão sexual do trabalho produz na maneira como as pessoas dispõem e utilizam os espaços da urbe (BRUSCHINI, 2007; HIRATA, 2002; MÉNDEZ, 2004; RAGO, 1985; SANTOS ALVES, 2013); e também encontram-se trabalhos que falam sobre como as cidades são planejadas, em termos de urbanismo e arquitetura e problematizam a intersecção entre classe social, raça, sexualidade e gênero (HARVEY, 2014; PEREIRA SARAIVA GIL ANTUNES, 2016; PERLONGHER, 2008; PRECIADO, 2010; ROLNIK, 2017; SUMI, 2018).

Para iniciar a análise do espaço público/privado é preciso saber de onde provém estas distinções e conhecer as disputas e conflitos que permeiam o espaço social na modernidade.

⁵⁵ Imagens de banheiros em Aeroportos Nacionais e Internacionais. De esquerda à direita: Aeroporto de São Paulo, Congonhas, Brasil, 2018, foto Josefina Cicconetti; Aeroporto Internacional de Paris, França, 2018, foto cedida por Ana Massochi; Aeroporto Heathrow, Inglaterra, 2019, foto cedida por Jessica Morris.

De acordo com Sofia Aboim (2012), existe um amplo debate ao redor dos limites e divisas entre o público/privado como também, existe uma multiplicidade de conceitos ao redor destas categorias:

Por vezes (...) o público restringe-se ao político, inclua-se nele, ou não, a esfera civil ou apenas o estado; o privado, por outro lado, é conotado com o mercado, com o interesse individual, com o não coletivo. Outras vezes, sobressai uma distinção mais vasta que opõe o político, a sociedade civil e o mercado à família, ao espaço doméstico, à intimidade. Outras vezes ainda, o privado é entendido como expressão do Eu, por oposição a uma ordem pública da interação (ABOIM, 2012, p. 96).

Segundo Paul B. Preciado (2010), a oposição entre o espaço público e privado resulta da concepção burguesa do século XIX de que o espaço social estava dividido em duas esferas e que estas duas esferas se regiam por uma forte divisão de gênero que: “definía el espacio público, exterior y político como campos de batallas propios de la masculinidad, haciendo del espacio doméstico, interior y privado lugares naturalmente femeninos” (PRECIADO, 2010, p. 35)⁵⁶.

Sob outra perspectiva, cabe mencionar as críticas desenvolvidas pelos movimentos feministas com relação a essa distinção entre a esfera pública – como espaço exclusivo dos homens – e a esfera doméstica – como destino inquestionável das mulheres – e começaram a marcar que eram justamente estas distinções as responsáveis pelas desigualdades de gênero na sociedade. Neste sentido, Aboim (2012) destaca duas grandes contribuições do feminismo (da primeira e segunda onda):

Em primeiro lugar, o feminismo contribuiu largamente para desconstruir visões do público e do privado como esferas neutras. Em segundo lugar, para além de descobrir o carácter generificado do binómio público– privado, um dos pontos fortes da argumentação feminista consistiu em chamar a atenção para a forma como o privado foi desvalorizado na construção política das sociedades. Por conseguinte, fazer do privado um assunto público é tarefa essencial no processo de obtenção de igualdade social (Ibidem. 2012, p. 106).

Assim, o feminismo da segunda onda, passou a incorporar na sua agenda as questões do cotidiano e começou a problematizar as relações de poder que traspassam as esferas do que era compreendido como público e privado, nesse momento ganha destaque a afirmação “o pessoal é político”.

Veio daí a afirmativa ‘o pessoal é político’, questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar,

⁵⁶ “Definiu o espaço público, externo e político como campos de batalha da masculinidade, tornando o espaço doméstico, interior e privado naturalmente feminino” (PRECIADO, 2010, p. 35 tradução minha).

na vida ‘privada’. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias (SARDENBERG, 2018, p. 18).

Percebe-se assim que, a separação do espaço social nos termos de público/privado se alinhava na década de 1970 com a teoria da divisão sexual do trabalho, que atribui não só práticas sociais e papéis sexuais para “homens” e “mulheres” como também, lugares definidos dentro da metrópole.

Contudo, essa segregação antes de ser por sexo e gênero foi racial e étnica. No sul dos Estados Unidos se implementaram normas e leis⁵⁷ para separar o uso do espaço social entre pessoas brancas e pessoas racializadas. As áreas e locais segregados incluíam os locais de trabalho, os supermercados, as praias, os hotéis, os restaurantes, as cafeterias e cinemas, como também os serviços oferecidos pelo Estado, como as escolas, as universidades, o transporte público, os bebedouros e claro os banheiros públicos (CAVANAGH, 2010; MOLOTCH; NORÉN, 2010).

Atualmente, muitos dos lugares descritos acima como exclusivos para pessoas de uma determinada classe social ou limitados a pessoas brancas, ou específicos para pessoas de um determinado sexo e gênero, eliminaram ou removeram essas restrições discriminatórias e agora não são mais assim utilizados. Apesar disso, ainda existe um lugar na sociedade contemporânea que insiste em manter divisões e distinções, em termos de sexo e gênero, entre as pessoas: o banheiro público. O banheiro público é um dos espaços onde é possível descortinar e reparar o acionar da segregação sexual e de gênero, como também se podem observar e analisar ali as marcas da desigualdade que estes produzem.

A imagem abaixo, foi utilizada pelo pastor Norte-americano, Andre E. Johnson durante um sermão na sua igreja onde as pessoas debatiam e questionavam o uso de banheiros públicos por pessoas transgênero. Johnson mostrou a fotografia à congregação e destacou dois pontos, primeiro, que exigir hoje um banheiro restrito para pessoas transgênero equivale a mesma exigência que se fazia durante a segregação racial implementada, por exemplo no sul dos Estados Unidos, em diferentes lugares e espaços do meio social. Segundo, apontou para a descrição das placas dos banheiros, e o que poderia ser um simples “detalhe” da fotografia se torna um elemento central de análise, dado que contribui para problematizar o gênero e a

⁵⁷ Jim Crow law, in U.S. history, any of the laws that enforced racial segregation in the South between the end of Reconstruction in 1877 and the beginning of the civil rights movement in the 1950s ... The term came to be a derogatory epithet for African Americans and a designation for their segregated life. [“A lei de Jim Crow, na história dos EUA, qualquer uma das leis que impunham a segregação racial no Sul entre o fim da Reconstrução em 1877 e o início do movimento pelos direitos civis na década de 1950. O termo passou a ser um epíteto depreciativo para afro-americanos e uma designação para sua vida segregada”] (UROFSKY, 2010 tradução minha).

própria ideia de segregação sexual: “As the picture indicates, black people were not ‘ladies’ or ‘men’ just ‘colored’. ‘Ladies’ and ‘men’ were reserved only for white people”⁵⁸.

Figura 2: Segregação racial no sul dos Estados Unidos

Considerando o exposto até aqui, é importante indicar que não existe uma forma universal de ir ao banheiro ou uma forma que seja comum a todas as pessoas, já que estas são atravessadas por uma convergência de marcadores sociais da diferença os quais impactam de maneiras diferentes as pessoas. Portanto, tem que se abandonar a ideia dos banheiros públicos enquanto espaços neutros e despojados de poder e começar a abordá-los e analisá-los como espaços edificados para regular e controlar os corpos das pessoas.

⁵⁸ Como a imagem indica, pessoas negras não eram “senhoras” ou “homens” apenas “gente de cor”. “Senhoras” e “homens” eram reservados apenas para pessoas brancas. Foto de Andre E. Johnson. 2016. Link: <https://www.patheos.com/blogs/rhetoricraceandreligion/2016/04/when-black-people-were-not-ladies-or-men.html>

3.5.2. O banheiro: a construção do privado, do público e do comum

De acordo com Sheila Cavanagh (2011), são poucas as pessoas que sabem a história de quando os banheiros começaram a ser divididos por sexo, além disso, a maioria ignora também outra série de particularidades associadas a esse espaço, como por exemplo:

Few people know that the first gender-segregated toilets were assembled in a Parisian restaurant for a ball held in 1739. Or that portable urinettes were made for women in London in the 1700's, and that they were made in the shape of an erect penis and testes. The first sociological studies of prostitution were conducted by a Parisian sanitary engineer, but what I call the sex-elimination linkage is under-theorized. Little has been written about the otherwise unisex bidet made famous by sex-workers in France and Italy. We may never know how many of the racially segregated restrooms in the segregated South were unisex and how African-Americans negotiated the unjust Jim Crow laws. It is also of interest that the first public facilities for women were built in shopping areas so that women could shop for longer periods of time. Timothy Eaton of Toronto built what he called the "Ladies Gallery and Waiting Room" to cater to female customers in his department store in 1886. Simpson's in Toronto, the Colonial House in Montreal, and Bloomingdale's in New York City all followed suit (CAVANAGH, 2011, p. s/n)⁵⁹.

Estes "pormenores" que Cavanagh (2011) relata com relação ao banheiro contribuem, para problematizar o banheiro enquanto espaço culturalmente construído e para romper com o status quo do sistema heterossexual e visibilizar que o banheiro representa, nos termos de Cavanagh (2011), uma "política de excreção": "It is high time we questioned the silence surrounding the gendered and sexual politics of the toilet because they are not only inaccessible to trans folks and people with physical disabilities, but heterosexist as well" (CAVANAGH, 2011, p. s/n)⁶⁰.

O banheiro enquanto pretensão espaço de equidade, em termos de sua disposição e

⁵⁹ Poucas pessoas sabem que os primeiros sanitários segregados por gênero foram montados em um restaurante parisiense para um baile realizado em 1739. Ou que urinóis portáteis foram feitos para mulheres em Londres em 1700, e que eles foram feitos na forma de um pênis ereto e testículos. Os primeiros estudos sociológicos de prostituição foram conduzidos por um engenheiro sanitário parisiense, mas o que eu chamo de ligação de eliminação do sexo é sub-teorizado. Pouco foi escrito sobre o bidê unissex tornado famoso por trabalhadoras do sexo na França e na Itália. Podemos nunca saber quantos dos banheiros racialmente segregados no sul segregado eram unissex e como os afro-americanos negociavam as leis injustas de Jim Crow. Também é de interesse que as primeiras instalações públicas para mulheres foram construídas em áreas comerciais, para que as mulheres pudessem fazer compras por períodos mais longos. Timothy Eaton, de Toronto, construiu o que chamou de "Galeria das Senhoras e Sala de Espera" para atender clientes do sexo feminino em sua loja de departamentos em 1886. Simpson's em Toronto, a Colonial House em Montreal e a Bloomingdale's em Nova York seguiram o exemplo (CAVANAGH, 2011, p. s/n tradução minha)

⁶⁰ Chegou a hora de questionarmos o silêncio em torno da política sexual e da política sexual do banheiro, porque eles não são apenas inacessíveis para pessoas trans e pessoas com deficiências físicas, mas heterossexistas também (Ibidem. 2011, p. s/n tradução minha).

concepção, é uma construção social e, diante disso, não se pode dizer que é neutro. Contrário disso, a designação de um sanitário para “homens” e um para “mulheres” foi pensada, em princípio, como uma forma de trazer à tona as diferenças biológicas entre os sexos, evocando e rememorando por sua vez que homens e mulheres teriam também diferentes necessidades funcionais. Além disso, cabe dizer que, a divisão sexual dos banheiros também foi um arranjo e disposição do sistema capitalista, já que as mulheres se deslocaram do lar as fábricas, em plena revolução industrial, pelo que as fábricas deviam agora incorporar normas e leis direcionadas a cuidar e proteger as mulheres e também montar banheiros e espaços de higiene separados dos homens (KOGAN, 2007).

Public restrooms are an omnipresent feature of our lives, identified by the ubiquitous labels “Men” and “Women”. Presenting the appearance of absolute equality, each architectural space is entered through a door of identical size, shape, and material, with identical handles. Each door has signage of identical size and location, using the same font or similarly designed logo. This appearance of architectural equality suggests a benign justification for separating public restrooms by sex, one based perhaps on inherent biological differences between men and women that result in different functional needs (KOGAN, 2007, p. 9–10)⁶¹.

O bio-poder nos banheiros públicos, servem-se dos letreiros (feminino/masculino) e das imagens (mulher/homem) suspensas nas portas de cada sanitário para implementar, sistematicamente, técnicas disciplinares e reguladoras sobre os corpos das pessoas. O bio-poder se institucionaliza assim quando ganha legitimidade, quando encontra meios (banheiro) e agentes (outras pessoas) para reproduzi-lo.

Nas portas de cada sanitário há frequentemente uma única imagem ou figura simbolizando os gêneros legitimados pelo sistema heterossexual (“masculino” / “feminino”). Estas placas operam, em primeiro lugar, para deixar expostas determinadas diferenças que serão percebidas antes de ingressar no banheiro e que buscam, por meio desses signos, não só que as diferenças sejam compreendidas, mas também a reprodução de um modelo de comportamento para “mulheres” e para “homens”.

O mundo em que vivemos é constituído de imagens, não apenas as visíveis, mas igualmente as representacionais carregadas de valores, de hierarquias, de posições, de normas nas quais a vida individual se desloca, decodificando, analisando e adequando-se, com maior ou menor pertinência, aos perfis preestabelecidos (SWAIN, 2004, p. 69).

⁶¹ Os banheiros públicos são uma característica onipresente de nossas vidas, identificados pelos rótulos onipresentes "Homens" e "Mulheres". Apresentando a aparência de igualdade absoluta, cada espaço arquitetônico é inserido através de uma porta de tamanho, forma e material idênticos, com alças idênticas. Cada porta tem sinalização de tamanho e localização idênticos, usando a mesma fonte ou logotipo similarmente projetado. Essa aparência de igualdade arquitetural sugere uma justificativa benigna para separar banheiros públicos por sexo, baseado talvez nas diferenças biológicas inerentes entre homens e mulheres que resultam em diferentes necessidades funcionais (Kogan, 2007, 9-10 p., tradução minha).

Tal a operacionalização das imagens, enquanto técnicas disciplinares e reguladoras, podem se perceber ao pesquisar em Google a frase “placas de banheiros públicos”, e aparecem, por exemplo, os seguintes modelos⁶²:

Figura 3: Placas de banheiros⁶³

Estas placas simbolizam uma fronteira sexogenérica, considerando que as imagens nelas contidas, na maioria dos casos, acentuam tanto as características e estereótipos tidos como particulares de cada sexo e, ao mesmo tempo, impõem uma materialidade a esses espaços, já que passam a exibir diferenças físicas, principalmente a diferença sexual.

Para compreender melhor como se dá essa determinação sobre as sujeitas, os objetos e os espaços, é importante falar da arquitetura e de sua capacidade de instituir relações de poder.

Desta forma, e partindo do entendimento de que a arquitetura não é neutra e que esta contribui a manter as relações de poder e desigualdade entre as pessoas, os banheiros públicos são também lugares planejados e estruturados para reforçar os papéis de gênero, a sexualidade

⁶² Muitas destas imagens apareceram de forma aleatória na busca em Google, mas na página Rockntech: crânios unidos contra a monotonia, aparecem junto com outras 34 placas de banheiros com título de “40 Placas de banheiro criativas que existem em bares pelo mundo afora”, escrito por Simon Ferreira, no dia 22 de março de 2016, link <https://rockntech.com.br/placas-de-banheiro-criativas/>. A seleção destas seis placas pretende ser ilustrativa, por um lado, enquanto a diversidade de imagens utilizadas como placas de banheiros públicos e também apontar a forma em que são divulgadas (“as placas mais criativas”), sem sequer refletir sobre o controle e a repressão que essas mesmas placas simbolizam para todas aquelas pessoas não-binárias ou pessoas trans e travestis.

⁶³ Seleção de 6 placas de banheiros da publicação: “40 Placas de banheiro criativas que existem em bares pelo mundo afora”, escrito por Simon Ferreira no dia 22/03/2016.

hegemônica e as relações de poder.

De acordo com Lucila Da Silva (2019) ao debater sobre a natureza dos objetos arquitetônicos e a influência destes na sociedade é preciso se perguntar se: “la arquitectura refleja o representa los cuerpos y las formas de habitar o, por el contrario, si los produce y en algún punto los constriñe” (DA SILVA, 2019, p. 138)⁶⁴. Através desta pergunta, Da Silva (2019) abre o debate sobre a neutralidade dos objetos e dos lugares da cidade, ao mesmo tempo que aponta para o papel ativo da arquitetura na organização da vida social. Além disso, também destaca o caráter performativo da arquitetura e a distância das perspectivas que a enquadram como detentora apenas de um poder simbólico e defende a ideia da arquitetura como: “[a] capacidad de simultáneamente portar y producir distintos órdenes o regímenes de saber-poder” (Ibidem. 2019, p. 138)⁶⁵.

Com relação a este último, Sempol & Montano (2018) entendem que para conseguir mudar a concepção contemporânea dos banheiros públicos, em termos de localização e desenho, é preciso antes abordar a arquitetura a partir de uma perspectiva política e assim, começar a entendê-la como: “un proceso de producción cultural de los cuerpos y las identidades sociales, al establecer formas de acceso y encierro, al definir cuáles son las miradas permitidas y cuáles no y al pautar las formas de relacionamiento y circulación en los espacios” (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 24)⁶⁶.

Assim, ao tornar a arquitetura uma questão política “se busca modificar las fronteras a efectos de provocar una renegociación de los términos actuales de interacción en el espacio público de diferentes corporalidades e identidades sociales” (Ibidem. 2018, p. 24)⁶⁷.

Como exemplo do que foi abordado acima, as seguintes sequências de desenhos podem contribuir para compreender a relação mútua entre arquitetura e gênero. As charges são feitas pela cartunista transgênero, Laerte Coutinho, que no ano 2010 deu início ao processo de transição de gênero e utiliza parte da sua produção artística⁶⁸ para visibilizar sua transição como também para mostrar como o controle social opera sobre os corpos, desejos e performatividade de gênero.

⁶⁴ “Arquitetura reflete ou representa os corpos e formas de habitar ou, ao contrário, se os produz e em algum momento os constriñe” (DA SILVA, 2019, p. 138 tradução minha).

⁶⁵ “[A] capacidade de transportar e produzir simultaneamente diferentes ordens ou regimes de conhecimento-poder” (Ibidem. 2019, p. 138 tradução minha).

⁶⁶ “Um processo de produção cultural de corpos e identidades sociais, estabelecendo formas de acesso e confinamento, definindo quais são permitidas e quais não são permitidas e regulando as formas de relacionamento e circulação nos espaços” (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 24 tradução minha).

⁶⁷ “Procura-se modificar as fronteiras para provocar uma renegociação dos atuais termos de interação no espaço público de diferentes corporalidades e identidades sociais” (Ibidem. 2018, p. 24 Tradução minha).

⁶⁸ Mais cartoons em Tirinhas de Laerte <http://www2.uol.com.br/laerte/tiras/>

Figura 4: Cartoon de Laerte Coutinho⁶⁹

Desta maneira, esta charge resume o que tenho buscado problematizar e analisar neste capítulo. Através destes desenhos se pode observar que: (1) a utilização das placas dos banheiros públicos indica para quem está reservado tal espaço (divisão por sexo), mas também representa qual é a corporalidade congruente ou adequada (em termos de expressão de gênero) para ingressar nesse banheiro; (2) os banheiros públicos são o lugar onde as dúvidas ou ambiguidades sexogenéricas não são permitidas, pelo que a vigilância e o controle sobre os corpos se manifesta de forma acentuada e marcante (sobretudo nas representações culturais dissidentes da norma heterossexual); (3) a segregação binária e heterossexual dos banheiros públicos exige e demanda que todas as pessoas que desejem utilizar tal espaço, preliminarmente, demonstre uma coerência e nexo “lógico” entre sexo, gênero e orientação sexual, o que, em outras palavras, significa dizer que o banheiro público funciona como um sistema opressor, autoritário, discricionário que sujeita, força e impõe uma única forma de ser e estar no mundo para através desta poder utilizar o banheiro.

⁶⁹ Cartoon de Laerte Coutinho. URL Curta: jornal.usp.br/?p=96418.

4. “LÉSBICAS ENTRE DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES”

O homoerotismo entre mulheres – quer dizer relações eróticas-afetivas e sexuais entre mulheres – costuma ser associado, nos estereótipos culturais atuais, com qualificativos preconceituosos apoiados, na maioria das vezes, em dogmas religiosos (ideia de pecado, perversão, crime), em obsoletas doutrinas e protocolos médicos (patologias) e também com construções sociais e culturais que estereotipam as práticas homoeróticas entre mulheres como mal-amadas, mulher macho, sapatão, fancha, caminhoneira, entendidas, entre outras. Estas últimas denominações culturais estereotipadas não são as únicas que se fazem quando se fala de lésbicas, elas variam segundo o momento histórico, cultural, político e claro geográfico.

No presente capítulo propõe-se, em primeiro lugar, apresentar uma síntese histórica do homoerotismo entre mulheres no âmbito internacional e nacional (o qual servirá como marco contextual) para então adentrar na análise da categoria lésbica no período contemporâneo. O propósito de dar este contexto se sustenta na multiplicidade de sentidos que as entrevistadas foram atribuindo às relações e práticas homoeróticas entre mulheres no momento do desenvolvimento da pesquisa, como também, pela variedade de significações e nomes que estas relações foram ganhando com o passar do tempo e em diferentes culturas e contextos sociais e geográficos. Além disso, esta síntese se desenvolverá a partir dos aportes do Feminismo (em especial do feminismo lésbico), da teoria Pós-estruturalista, dos Estudos Culturais e *Queer*, buscando com isso indicar como dialogam estas perspectivas teóricas ao redor da categoria “lésbica”, visibilizando os diversos significados e sentidos que lhe foram atribuídos a estas sujeitas e como alguns deles ainda persistem atualmente fazendo assim um cruzamento com as perspectivas trazidas pelas entrevistadas.

Em um segundo momento, o capítulo é dividido em dois tópicos. O primeiro aborda a questão da “Masculinidade Feminina” (Halberstam, 2008), problematizando, por um lado, como a masculinidade em termos hegemônicos, ou seja heterossexuais, é empregada para policiar e regular as masculinidades sem homens (como ocorre com a masculinidade das mulheres), e em especial quando esta se concretiza nas representações culturais lésbicas. O segundo é uma reflexão sobre as “Lésbicas ‘masculinas’ no banheiro”, buscando analisar como são localizadas e representadas as lésbicas masculinas nos banheiros públicos femininos, considerando para isso as concepções das entrevistadas com relação a aspectos como orientação sexual, expressão de gênero, performatividade e passabilidade. Ainda neste tópico, busca-se incorporar os pontos de vista e as análises que as entrevistadas fizeram com relação a

ideia de banheiros mistos, unissex ou banheiros com gênero neutro, como também as ideias de manter o modelo contemporâneo dos banheiros públicos que são divididos por sexo e gênero. Em ambas perspectivas, analisam-se alguns dos argumentos, pressupostos e justificativas que as entrevistadas enunciaram durante as entrevistas como sendo, algumas delas, condições ou exigências presentes na cultura paulistana e que atuam tanto de forma favorável à continuidade do modelo atual de banheiros públicos, citando para isto questões de segurança e proteção da integridade física e moral das mulheres e das crianças; assédio sexual e violência contra mulheres; diferenças entre a higiene e limpeza e o comportamento dos “homens” e das “mulheres” nos banheiros; e também se analisam aqueles pontos de vista e comentários que operam de forma contrária à separação dos banheiros públicos, defendendo que este último se apresenta como um espaço de controle social, de discriminação e de manutenção do *status quo* do sistema normativo e heterossexual.

4.1. Em (con)texto: o homoerotismo entre mulheres

Nas próximas seções, apresenta-se uma síntese contextual da produção teórica, no âmbito internacional e nacional (Brasil), sobre o homoerotismo entre mulheres, tentando desta forma contribuir com a análise das multiplicidades de sentidos que são atribuídos às relações e práticas homoeróticas entre mulheres.

4.1.1. No contexto internacional

Para dar um panorama resumido da história do movimento lésbico no âmbito internacional tomo por base o livro “*Breve reseña de algunas teorías lésbicas*” [Breve resenha de algumas teorias lésbicas] de Jules Falquet (2004), que é tido como referência no campo dos estudos lésbicos. Neste livro, Falquet (2004) faz uma narrativa histórica do movimento lésbico em diferentes partes do mundo, abordando diversos aspectos do movimento lésbico, homossexual e feminista (da segunda onda). Enfatiza sua análise no contexto dos Estados Unidos e da França a partir dos 1960 e começo dos anos 1970. Quando Falquet (2004) analisa os aspectos por meio dos quais as relações homoeróticas entre mulheres vão se organizando enquanto movimento social a mesma não deixa de lado a influência do contexto social, cultural e político mediante o qual o movimento lésbico surgiu:

Nace [movimiento lésbico] en una atmósfera de prosperidad económica y de profundos cambios sociales y políticos que incluyen tanto el desarrollo de la sociedad de consumo y la "modernidad" triunfante, como la descolonización y

un auge de las más variadas perspectivas revolucionarias (FALQUET, 2004, p. 23)⁷⁰.

Por outro lado, Falquet (2004) também descreve como e porque o movimento lésbico foi cada vez mais se “soltando” do movimento feminista e foram surgindo diversas correntes no interior do movimento lésbico: “movimento lésbico radical, movimento lésbico separatista e movimento lésbico feminista” (Ibidem. 2004, p. 30).

[...] muchas lesbianas contribuyen muy activamente a la construcción del movimiento feminista, del cual al principio se sienten totalmente parte, ya sea como personas o como grupos lésbicos. Sin embargo, se van dando cuenta con el tiempo que algunas feministas las perciben como un cuestionamiento amenazador a su posición heterosexual o a su lesbianismo "de clóset" [...] buena parte del movimiento feminista se deja intimidar por el mensaje social que exige al feminismo silenciar, invisibilizar y postergar al lesbianismo para ser mínimamente respetado. [...] Algunas lesbianas empiezan entonces a buscar una vía propia, generando espacios autónomos de quehacer político lésbico (Ibidem. 2004, p. 24–25)⁷¹.

Dentro das variadas perspectivas revolucionárias que foram se revelando a partir do entrecruzamento do movimento feminista (de segunda onda) e do movimento lésbico despontam análises políticas e reflexões teóricas sobre o homoerotismo entre mulheres, o qual tem como consequência imediata a crítica à lesbofobia e ao heterofeminismo (FALQUET, 2004, 2012; LORDE, 1984; RICH, 2010; SWAIN, 1999, 2000, 2004, WITTIG, 1993, 2006), que se referem, respectivamente à discriminação por orientação sexual (lesbofobia) e a invisibilidade lésbica dentro do próprio movimento feminista (heterofeminismo) levando a que muitas lésbicas criem seus próprios espaços de reflexão e produção teórica e política.

A mesma experiência se dá em outros lugares do mundo, abrindo assim possibilidade de um quebre de paradigma na maneira de abordar, analisar e produzir pensamento crítico ao redor das categorias sexo (homem/mulher); gênero (masculino/feminino) e sexualidade (heterossexual/homossexual).

⁷⁰ “Nasce em uma atmosfera de prosperidade econômica e profundas mudanças sociais e políticas que incluem tanto o desenvolvimento da sociedade de consumo e a ‘modernidade’ triunfante, como a descolonização e o boom das mais variadas perspectivas revolucionárias” (FALQUET, 2004, p. 23 tradução minha).

⁷¹ “Muitas lésbicas contribuem muito ativamente para a construção do movimento feminista, que no começo eles se sentem totalmente parte, seja como indivíduos ou como grupos de lésbicas. No entanto, eles notam ao longo do tempo que algumas feministas os percebem como um questionamento ameaçador de sua posição heterossexual ou do seu lesbianismo de ‘closet’ [...] boa parte do movimento feminista se deixa intimidar pela mensagem social que exige ao feminismo silenciar, invisibilizar e adiar o lesbianismo para ser minimamente respeitado. [...] Algumas lésbicas começam então a procurar seu próprio caminho, gerando espaços autônomos para atividades políticas lésbicas” (Ibidem. 2004, p. 23, 24 tradução minha).

Dentro dessa conjuntura, há dois artigos⁷² de acadêmicas lésbicas que marcaram (e ainda marcam) tendência e contribuíram enormemente na crítica ao patriarcado, à heterossexualidade enquanto sistema político e à invisibilidade do homoerotismo entre mulheres. O artigo “*The Straight Mind and other Essays*” [O pensamento heterossexual e outros ensaios] da francesa Monique Wittig (1978) e o artigo “*Compulsory heterosexuality and lesbian existence*” [Heterossexualidade compulsória e existência lésbicas] da norte-americana Adrienne Rich (1980). Estas duas obras provocaram um boom vanguardista no movimento lésbico e feminista de ocidente e junto com outras acadêmicas, pesquisadoras e ativistas do movimento lésbico assentam as bases do que hoje conhecemos como a teoria lésbica, que é a junção entre prática política e produção de conhecimento, que inclui reflexões de Gayle Rubin, Monique Wittig, Adrienne Rich, Glória Anzaldúa, Judith Butler, Rosi Braidotti, Donna Haraway, Teresa de Lauretis; Audre Lorde, Tânia Navarro Swain, Jules Falquet, Ochy Curiel, Jack (Judith) Halberstam; Gracia Trujillo, Paul (Beatriz) Preciado, entre muitas outras.

4.1.2. No contexto nacional

O movimento lésbico brasileiro esteve imbricado- da mesma forma que nos Estados Unidos e que na Europa- com o movimento feminista e homossexual. Porém o contexto social, cultural e político brasileiro no meio do qual este se gesta é diferente daqueles mencionados anteriormente.

A organização do movimento LGBT no Brasil, especialmente do movimento de lésbicas, dá-se a partir do final do regime de exceção e de violação de direitos, com o processo inicial da anistia em 1979, da assembleia constituinte e com a promulgação da Constituição Federal, a chamada constituição cidadã em 1988 (BACCI, 2016, p. 82).

Num primeiro momento, início dos anos de 1970, o movimento homossexual brasileiro se organizava de forma mista (lésbicas e gays), e o coletivo mais conhecido da época é o *Grupo Somos* (BACCI, 2016; FACCHINI, 2002). Após divergências políticas com relação à crítica sobre o machismo, misoginia e heterofeminismo velados dentro do próprio coletivo, grande parte das lésbicas saiu do *Grupo Somos* e criou em 1980 o *Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)*⁷³. Desde então, o movimento lésbico brasileiro desenvolveu diversas estratégias de

⁷² Sem querer generalizar nem tampouco simplificar demais, destacam-se estas duas obras entre tantas outras devido a força e influência que tiveram tanto na criação do movimento lésbico como também na constituição da teoria lésbica.

⁷³ O GALF, esteve ativo por 10 anos, levando adiante a pauta dos direitos humanos das mulheres lésbicas no Brasil. Para mais informação das ações do grupo ver <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>.

incidência política e de ocupação do espaço público, trabalhando em questões de cidadania, políticas públicas, acesso a saúde e participação social como também, ampliando suas redes no nível nacional e organizando, por exemplo, o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). Este encontro acontece até hoje e é considerado o maior evento deliberativo para e de lésbicas do Brasil, tal como mostra o trecho abaixo:

Podemos destacar então o início dos SENALE's como um marco histórico da consolidação da politização e organização do movimento de lésbicas no Brasil, bem como espaço de empoderamento das lésbicas e fortalecimento dos grupos espalhados pelo Brasil, através da construção de um espaço autônomo construído por lésbicas e para lésbicas (MESQUITA, 2008, P.15, apud CAMPOS, 2014, p. 145).

Por outro lado, cabe aqui mencionar o aspecto da invisibilidade, do preconceito e da violência referente a relações homoeróticas entre mulheres no contexto brasileiro. Apesar de todos os avanços em termos de “cidadania sexual” (SABSAY, 2018) e direitos civis, o Brasil ainda é um país perigoso para pessoas LGBT. Segundo o relatório de 2017 (publicado em 2018) do *Grupo Gay da Bahia* (GGB) “445 LGBT+⁷⁴ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil, em 2017 vítimas da homotransfobia [...] um aumento do 38% em relação a 2016, quando registraram-se 343 mortes (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018, p. 1). No que diz respeito especificamente às mulheres lésbicas, o *Grupo de pesquisa em Lesbocídios: As histórias que ninguém conta*⁷⁵, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), reporta que em 2017 foram registradas 54 mortes de mulheres lésbicas no Brasil, representando um aumento nos números de casos de mais de 237% de 2014 para 2017 (período que abarcou a pesquisa).

Como se este cenário já não fosse o suficientemente perverso e desumano para a comunidade LGBTQ+, a atual conjuntura política e social do Brasil e a eleição de Jair Bolsonaro a presidência da República, representam um recrudescimento da violência, do ódio, do preconceito, da discriminação e das ameaças⁷⁶ para esta comunidade, como também para as

⁷⁴ Utiliza-se o signo “+” no final da sigla LGBT ou LGBTQ com a intenção de deixar em aberto os espectros de gêneros e sexualidades que as letras não representam. Jack Halberstam (2018a) também se serve de um recurso gráfico quando acrescenta o sinal de asterisco (*) à palavra trans e explica que dessa forma se “mantém aberto o significado do termo ‘trans’ e se recusa a oferecer uma certeza no ato de nomear” (HALBERSTAM, 2018a, p. 19 tradução minha). Mais informação sobre o uso de signos gráficos no link: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/sigla-lgbtq-cresce-para-ecoar-amplidao-do-espectro-de-genero-e-sexo.shtml>.

⁷⁵ Grupo de pesquisa em Lesbocídios: As histórias que ninguém conta. Mais informação em <https://www.lesbocidio.com>

⁷⁶ Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Jean Wyllys, não assume terceiro mandato e deixa o Brasil por ameaças de morte <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>

mulheres, negros e povos indígenas, uma vez que o presidente eleito se apresenta contrário a todos estes segmentos que integram a população brasileira⁷⁷.

Para melhor compreender como funcionam estas dinâmicas de poder é preciso conhecer a pluralidade de representações lésbicas, e um ponto de partida é se perguntar o que é que compreende e representa o “ser” lésbica?

4.2. Quem são “as” Lésbicas?

Com base nas contribuições do Feminismo lésbico, da teoria Pós-estruturalista, dos Estudos Culturais e *Queer*, é possível afirmar que não existe um conceito que englobe, que defina ou mesmo que dê conta, em termos da pluralidade de expressões sexogenéricas não heteronormativas, da diversidade de representações lésbicas na modernidade. Assim, para começar este marco contextual vou remontar-me a Idade Média e desta forma ir localizando quem são as sujeitas chamadas de lésbicas.

As primeiras referências escritas de relações entre mulheres aludem a poetisa Safo, quem nos séculos V e IV a. C., na ilha de Lesbos, narrava seus sentimentos de desejos e amor por outras mulheres. A partir desse registro, as relações sexo-afetivas entre mulheres passam a ser conhecidas como “práticas sáficas ou lésbicas” (SWAIN, 2004, p. 33).

Em diferentes partes do mundo, segundo Falquet (2004) sempre existiram relações entre mulheres (práticas sáficas) e estas ao longo do tempo foram ganhando também diferentes nomes e designações socioculturais “En muy diferentes culturas y épocas, han existido mujeres que se relacionan sexualmente, amorosamente y/o afectivamente con otras mujeres” (FALQUET, 2004, p. 13)⁷⁸.

A presença de diferentes nomes e significados para retratar relações ou práticas lésbicas se observa ainda hoje. Por exemplo, distinguem-se nos relatos das entrevistadas, que ao serem indagadas sobre o que é “ser” lésbica para elas, fazem menção a:

[...] se eu tivesse que chegar para ela e falar, ‘sabe o que que é ser lésbica?’ ... eu diria ‘olha, lésbica é uma mulher que se relaciona, que ela gosta de mulher’
[...] se tivesse que dar essa explicação em 1983, quando eu tive a minha primeira experiência lésbica, eu falaria de um jeito, até porque eu era de um

⁷⁷Declarações públicas de Jair Bolsonaro durante campanha presidencial https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html;
Assassinato de mestre de capoeira – Moa do Katendé- em Salvador após divergências políticas https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html.
Durante a escrita desta dissertação, o Superior Tribunal Federal (STF) do Brasil julga em audiência pública se deve tornar ou não crime atos de homofobia e a transfobia, ao que o presidente do país se pronunciou contrário https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/14/politica/1550152297_535331.html

⁷⁸ “Em culturas e tempos muito diferentes, houve mulheres que se relacionam sexualmente, amorosamente e / ou afetivamente com outras mulheres” (FALQUET, 2004, p. 13 tradução minha).

outro jeito, o mundo era de um outro jeito, para falar sobre mulheres que se relacionam com mulheres, né RQ.

[...] ser lésbica é normalmente uma mulher, não sei se é cis⁷⁹ ou trans, não importa, que tem atração por outra mulher cis ou trans [...] é, uma mulher que gosta de mulheres! Aí também depende de com quem você está falando, você vai modificando um pouco a definição para ficar mais simples ou completa do jeito que tem que ser. Mas ser lésbica, de acordo com a sociedade é isso, mas é muito mais encima disso [...] CR.

Sou lésbica [...] eu me identifico com a cultura lésbica, sei lá. Eu acho que quando eu criei essa identidade lésbica ainda era um mundo que não tinha muitas opções, enfim, não existia ainda o queer. Mas sim eu me identifico [...] mas eu acho que ser lésbica também é uma cultura, uma identidade que sei lá, eu convivo desde os meus 18 anos e me identifico muito [...] desde a forma de se expressar, de falar, os ambientes em que [...] desde as músicas que se ouvem, na lesbianidade sei lá, e por conviver muito com lésbicas, sei lá, minhas melhores amigas, o mundo que eu construí está nesse mundo DC.

Nestas três narrativas é possível perceber uma sintonia entre os relatos, em todos eles ao caracterizar o “ser” lésbica se enfatiza a ideia de uma prática amorosa tanto quanto a de uma manifestação cultural e identitária. Simultaneamente, cada uma das interlocutoras também remete a influência do contexto no qual a explicação ocorre, já seja em questão de espaço e de tempo, como coloca RQ, passando por quem é a interlocutor/a, como coloca CR, e deslocando-se pelos ambientes ou círculos que fazem parte de suas vidas, como relata DC.

Esta multiplicidade de interpretações sobre as práticas sexuais e amorosas entre mulheres se deve, segundo Falquet (2004) ao papel que cada cultura exerce sobre concepções do que é ser “mulher” ou “homem”: “[...] cada sociedad construye e interpreta estas prácticas sexuales y amorosas entre mujeres de forma diferente, y su visibilidad y legitimidad varían enormemente según la concepción que cada sociedad tiene de lo que es ser mujer u hombre [...]” (Ibidem. 2004, p. 14)⁸⁰.

Por outro lado, a forma em que CR narra seu ponto de vista também aponta à essa ideia da concepção social que se faz presente na cultura brasileira com relação a identidade cultural lésbica, eu é definida, segundo ela, nos termos da masculinidade heterossexual. Isso quer dizer que se espera observar nas mulheres lésbicas uma performatividade igual à dos homens heterossexuais, tanto em comportamentos, expressões estéticas, visuais e inclusive

⁷⁹ Cis é a abreviatura de ciscênero, utilizado para indicar que a identidade de gênero de uma pessoa coincide com o gênero que lhe foi assignado ao nascer. O prefixo Cis quer dizer, em latim, do mesmo lado, logo mulher cis ou ciscênero diz respeito a pessoa que se reconhece com o gênero que lhe foi assignado ao nascer. Para saber mais sobre o termo ver “Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos” Jaqueline Gomes de Jesus (2012).

⁸⁰ “Cada sociedade constrói e interpreta essas práticas sexuais e amorosas entre as mulheres de uma maneira diferente, e sua visibilidade e legitimidade variam enormemente de acordo com a concepção que cada sociedade tem do que é ser mulher ou homem [...]” (FALQUET, 2004, p. 14 tradução minha).

características físicas.

[...] muitas vezes o que é esperado de uma mulher não é uma coisa esperada de nós lésbicas, porque esperasse um grão de masculinidade diferente, esperasse que a gente tenha atitudes ou uma lésbica que chora talvez não é a lésbica mais ideal, digamos assim ... de acordo com a sociedade que acha que lésbica é uma mulher masculinizada, né, que não necessariamente é! Mas também você tem muitas lésbicas que vivem nesse mundo heteronormativo onde você tem a mulher, femme mesmo, você tem a outra que já é mais masculina, então elas vão seguir esse mesmo padrão. Então, tem diversas definições do que é ser lésbica na verdade, né. Porque depende de como, e de onde você está mesmo CR.

Além disso, a narrativa e explanação de MF, também desenvolve ideias vinculadas aos efeitos da cultura no meio social através da incidência da “heteronormatividade compulsória”. Para MF entender-se como lésbica foi uma “descoberta”, dado que antes essa ideia encontrava-se escondida baixo o manto da heterossexualidade imposta e obrigatória.

Eu acho que ser lésbica é uma coisa maravilhosa, né. É um mundo que a gente, na maioria das vezes descobre, né, como sendo uma mulher lésbica, né por causa da heteronormatividade compulsória, né MF.

Ainda sobre a questão das práticas sáficas, no artigo “*Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres*” Toledo, Livia Gonsalves, Fernando Silva Teixeira Filho (2010) afirmam que não só ao longo do tempo e em diversos contextos se falava das relações e práticas afetivas e sexuais entre mulheres, mas também se utilizavam (e ainda utilizam) diversos sentidos para representa-las, o qual abarca desde a ideia de uma “prática sexual” até “uma forma de viver”:

[...] uma prática (mulheres que faziam sexo com outras mulheres); um sentimento (mulheres que se atraíam romanticamente por outras mulheres); um crime/pecado (mulheres sodomitas); uma doença (mulheres invertidas ou homossexualismo feminino); uma identidade e um modo de viver (lésbica, lesbianidade e/ou homossexualidade de mulheres), formas, dentre outras, que se transformaram e/ou se sobrepuseram formando hoje a ideia de lesbianidade (TOLEDO; FILHO, 2010, p. 42).

Desta forma, evidenciam-se que as relações homoeróticas entre mulheres tanto se representam como se nomeiam de diferentes maneiras, e muitas vezes tais representações e nomes vão além da produção teórica e acadêmica feita ao redor da palavra “lésbica”, enquanto categoria de análise.

4.2.1. Lésbicas: expressões de um nome próprio

Várias das concepções ou sentidos acima analisados foram também utilizados pelas interlocutoras durante as entrevistas. Muitas das interlocutoras entendem, por exemplo, que o “ser” lésbica envolve tanto a ideia de um sujeito político como de um ato político, e o explicam como:

[...] primeiro tem isso né, uma questão de ser um sujeito político, e de que com isso eu já tenho uma série de reivindicações que eu trago né com essa pequena palavra né, “lésbica”. [...] Por isso que eu digo que tem um sujeito político que está por trás, que reivindica políticas públicas, direitos, que se manifesta né, que ocupa os espaços também RA.

[...] é um ato político ser lésbica hoje, porque é muito fácil você ter passabilidade heterossexual, andar na rua e ninguém perceber e você faz tudo dentro do armário, escondido. Tem muita gente que ainda faz isso, talvez a maioria. Agora, você assumir a postura de ser sapatão, e andar na rua de cabeça erguida e pegar na mão da tua companheira, pegar na mão da tua namorada, pegar na mão da tua ficante, pegar na mão só para causar, isso é um ato político, porque você vai receber olhar, você vai receber xingo, vão correr atrás de você e [...] só que a sua presença é necessária em todos os lugares fazendo isso porque senão as pessoas nunca vão se acostumar, nunca vão se acostumar a olhar duas mulheres juntas CF*.

Eu acho que ser lésbica já é um ato político de ser, de estar. Toda vez que eu pego a mão da minha namorada, eu faço um ato político e tal DC.

Mas também há entrevistadas que compreendem o “ser” lésbica como uma prática sexual e afetiva e indicam isto nas suas falas:

[...] ter a capacidade de me envolver afetiva e sexualmente com uma outra mulher [...] fica uma coisa muito técnica né? Mais é isso, amar outras mulheres né e poder viver também esse amor por uma mulher RA.

Também há entrevistadas para quem o “ser” lésbica está mais vinculado com uma expressão cultural e identitária do que com outras categorias e indicam tal concepção marcando questões como:

[...] mas com certeza tem uma cultura lésbica, uma identidade, desde a literatura, música, como se vestir, como se comportar, até expressões, gírias, falas [...] DC.

[...] tem toda uma cultura lésbica que está envolvida no ser lésbica, que é a maneira em que você se porta, a maneira em que você se veste, a maneira que você fala com as pessoas, a maneira que você olha para as pessoas [...] CR.

Sobre este último ponto (lésbica enquanto expressão cultural e identitária) é importante mencionar a análise de Tânia Navarro Swain (1999) sobre “*Feminismo e lesbianismo: a*

identidade em questão”. Swain analisa, entre outras coisas, a construção da categoria lésbica enquanto identidade e começa sua análise questionando, quem é a lésbica? “[...] Mulheres que amam mulheres? Que fazem sexo com outras mulheres? Que se sentem atraídas mas não ousam o sexo? Que amam outras mulheres e fazem sexo com homens?” (SWAIN, 1999, p. 111).

Ao fazer estes questionamentos, Swain nos permite refletir sobre o poder das representações no discurso social, já que ao apontar em forma de pergunta “quem é a lésbica?” ela não só está semeando uma dúvida no inconsciente coletivo mas também está deixando em evidência que há uma infinidade de “representações” do homoerotismo entre mulheres e logo, ao ter tantos “tipos” de representações não é possível enquadrar ou definir o que é aquela prática. Este último ponto fica ainda mais claro quando ela diz: “o lesbianismo não pode ser um definidor de identidade já que não pode nem ao menos ser definido enquanto categoria” (Ibidem. 1999, p. 111). Assim, há um desencontro entre a concepção social e estereotipada sobre as representações culturais lésbicas e as ideias do que é “ser” lésbica para aquelas sujeitas que levam adiante relações homoeróticas entre mulheres.

Algumas das entrevistadas coincidem com a perspectiva de Swain e manifestaram durante as entrevistas que não seria possível definir ou mesmo outorgar um significado acabado e duradouro sobre o que é “ser” lésbica.

[...] eu acho que não dá para ser uma coisa só, não dá para definir. Toda vez que você define aí vai mudar, né. Toda vez que você define assim um campo semântico tipo “é assim”, com certeza vai mudar isso. E eu acho que ser lésbica mudou muito também e muda DC.

Desta forma, é possível constatar que a categoria lésbica irá alcançar relevância ou importância social de acordo com a rede de sentidos no qual tal categoria está inserida. Quer dizer, o “ser” lésbica ganha essa multiplicidade de sentidos dependendo de como esteja moldada a chamada “matriz de inteligibilidade” (BUTLER, 2017b, p. 44), que é, entre outras coisas, a forma em que a sociedade (patriarcal e heterossexual) passa a conceber, descrever e estruturar, de maneira permanente, as práticas sexuais, os papéis sociais e os lugares que as pessoas irão ocupar no meio social. Tal estrutura de sentidos, ao estabelecer papéis, práticas e lugares fixos para as pessoas não deixa brechas ou espaços para pensar a própria estrutura e muito menos para questioná-la e eventualmente modificá-la. “[A]s matrizes de sentido que balizam nossa interpretação do mundo impedem-nos de perceber a construção social e linguística do que consideramos inevitável, natural e biológico” (SWAIN, 1999, p. 111).

Nesse sentido, o quadro de inteligibilidade social é também aquele que demarca os limites entre aquilo que se enquadra “dentro” da norma e é considerado natural e normal, e aquilo que

se considera como estando “fora” dos padrões do sentido estabelecidos pela matriz, sendo definidos como desviados, anormais e invertidos. O quadro de inteligibilidade social diz respeito a todas as pessoas e se aplica de forma que produz um sistema de classificação, de catalogação e claro, de controle social.

Não são muitas as pessoas que podemos ouvir afirmando ‘eu sou heterossexual’, porque esse é o grande pressuposto. Mas dizer ‘eu sou gay’; ou ‘eu sou lésbica’; significa fazer uma declaração sobre pertencimento, significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes (WEEKS, 2000, p. 51).

Por outro lado, este sistema de classificação e controle social não só fixa no meio social a ideia de normal e anormal, mas também liga o conceito de anormal com as categorias de fracasso primeiro e de diferença depois “[...] ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ela produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos” (Ibidem. 2000, p. 45). Assim, através da ideia de fracasso o sistema patriarcal e heterossexual irá marcar toda relação ou pessoa que se distancie da norma como perdida e fracassada, e isto se verifica também quando se fala do movimento lésbico “o lesbianismo aparece também como o fracasso de uma sexualidade “normal”, último refúgio das mulheres cujo físico ingrato não atrai os homens” (SWAIN, 1999, p. 113).

Além disso, quando se faz referência a sujeita das relações homoeróticas [lésbicas], enquanto protagonista principal de tal relação também se acode a referências de fracasso:

Lesbiana está irremediavelmente vinculada al fracaso de muchas formas. De hecho, según Heather Love ‘el deseo por las personas del mismo sexo está marcado por una larga historia de asociación con el fracaso, la imposibilidad y la pérdida... La homosexualidad y las personas homosexuales sirven de cabeza de turco de los fracasos y las imposibilidades del deseo mismo’ (LOVE, 2009, p. 21, apud HALBERSTAM, 2008, p. 105)⁸¹.

A noção de diferença aparece também ao falar de quadros de representações, enquanto sistema que vem a afirmar uma norma que é heterossexual e binária (homem/mulher) como também a produzir a categorização das pessoas (normal/anormal) e a marginalização e exclusão dos “diferentes” (em termos de classe social, raça e etnia, sexo, gênero, sexualidade, corpo – deficiência, teoria crip –, etc.).

⁸¹ “A lésbica está irremediavelmente ligada ao fracasso de várias maneiras. De fato, de acordo com Heather Love, o desejo por pessoas do mesmo sexo é marcado por uma longa história de associação com fracasso, impossibilidade e perda ... Homossexualidade e homossexuais servem como bodes expiatórios para fracassos e impossibilidades do desejo em si” (LOVE, 2009, p. 21, apud HALBERSTAM, 2008, p. 105 tradução minha).

Como se verifica nos argumentos e reflexões acima narradas, o discurso que se produziu (e ainda produz) com relação ao “ser” lésbica é marcado por rótulos e ideias que se apoiam em concepções heteronormativas e, portanto, estereotipadas das relações entre pessoas.

Por outro lado, cabe mencionar, que esta não é a única identidade cultural que é estereotipada ou reservada ao fracasso, ao contrário, são todas aquelas identidades e representações culturais dissidentes da norma heterossexual. A respeito disto, o seguinte poema escrito por Susy Shock, traz à tona o fracasso enquanto ideia e como lugar, aborda os estereótipos heterossexuais amalgamados na cultura e na sociedade e que, compulsoriamente se impõem como normal e natural e faz uma crítica ao processo de nomear.

Entonces, la única certeza es el fracaso,
ese es nuestro punto de encuentro,
desde ahí estallarán los nuevos hallazgos.
“¡Porque tenemos un cementerio entero en la cabeza!”,
grita la Wayar en su furioso desencanto.
Hemos perdido todo sin haber empezado,
y esa es la mejor de las odiseas,
porque no tenemos más nada que perder,
¿O en serio piensan que nos preocupa
que no nos dejen entrar en sus baños?
¿En serio piensan que el matrimonio es el encanto Hamelin que
nosotras buscamos?
¿En serio piensan que queremos
sentarnos en sus mesas y aprender cómo se almuerzan
y se cenan esas vidas de espanto?
A nosotras nos matan
aunque en el documento diga que nos llamamos Diana Sacayán.
Y el tema no es negar las viejas luchas,
sino gritarles en la cara eso mismo:
¡que a nosotras nos matan sin ninguna nueva sutileza!
Mientras ustedes se casan,
mientras inventan una nueva palabra que les define,
mientras el Banco Mundial sortea becas
y programas para que en el mundo todos y todas seamos afines,
¡pero resulta que a nosotras nos matan por travas!⁸²

4.2.2. *Butch e Femme*

Dentro da análise sobre quem são “as” lésbicas é importante apontar que existem, principalmente, no interior do movimento lésbico certas denominações, expressões culturais e gírias que se utilizam para caracterizar e nomear tipos de lésbicas, como os termos *butch* e

⁸² Susy Shock. Hojarascas, poesía urgente para esta humanidad. Ed. Muchas Nueces. Buenos Aires. 2017. Link: <http://feminacida.com.ar/hojarascas-poesia-urgente-para-esta-humanidad/>.

femme. Estes termos constituem, entre outras coisas, posições e estéticas lésbicas distintas. Muitos destes termos são utilizados também como categorias parodísticas, e segundo aponta Judith Butler (2017) ao serem usados dessa forma ajudam a desnaturalizar o sexo nos termos da heterossexualidade “[o]s termos *queens*, *butches*, *femmes*, *girls*, e até a reaparição parodística de *dyke*, *queer* e *fag*, redesdobram e desestabilizam as categorias sexuais e as categorias originalmente derogatórias da identidade homossexual” (BUTLER, 2017b, p. 212).

A identidade *femme* é comumente associada à feminilidade e isso se reflete em parte, por exemplo, nos nomes que se utilizam para fazer referência a estas. No Brasil as lésbicas *femme* são também chamadas na linguagem informal de sapatilha, lady ou girl. As identidades *butch*, por outro lado, são associadas com a masculinidade, e como nas identidades *femme*, estas possuem denominações próprias, no Brasil, as *butch* são chamadas de sapatão, caminhoneira, tomboy, *dyke*.

Muitas vezes associa-se estas identidades culturais (*butch* e *femme*) ao cenário das relações heterossexuais, e se faz essa divisão em termos heteronormativos.

A ideia de que *butch* e *femme* são, em algum sentido, ‘réplicas’ ou ‘cópias’ da interação heterossexual subestima a significação erótica dessas identidades, que são internamente dissonantes e complexas em sua ressignificação das categorias hegemônicas pelas quais elas são possibilitadas (Ibidem. 2017b, p. 214).

Tendo em conta que esta categorização das identidades se dá em termos masculinistas, costuma acontecer que as lésbicas *butch* são “reconhecidas” como lésbicas nos espaços públicos e no meio social, enquanto muitas lésbicas *femme* não são “perfilhadas” como lésbicas. Este quadro, onde a pessoa transita entre ser ou não “reconhecida” enquanto lésbica no meio social é chamado de passabilidade. O termo passabilidade começou a ser utilizado para descrever o quanto um homem ou uma mulher trans “passam por” um homem ou mulher cisgênero. Logo, dentro do próprio movimento LGBTQ+ passou a ser utilizado também para ilustrar esse “passar-se por” dentro das demais identidades culturais.

Assim, a passabilidade diz respeito, neste caso específico das identidades lésbicas, que as lésbicas *femme*, por exemplo, “passariam por” mulheres cis. Estas então não seriam “reconhecidas” socialmente enquanto lésbicas, já que a sociedade normativa criou um modelo social do “ser” lésbica, e se a pessoa não encaixa nesse modelo *passa por* uma mulher heterossexual. O contrário verifica-se com as lésbicas *butch*, que não *passam por* uma mulher heterossexual pois são reconhecidas como lésbicas nos espaços sociais. Mas, mesmo que as identidades culturais *femme* tenham uma expressão de gênero e uma performatividade que se referencie as relações hétero não quer dizer que esta identidade *femme* também não contribua

no deslocamento do entendimento da matriz heterossexual: “em certo sentido, as lésbicas *femmes* podem evocar o cenário heterossexual, por assim dizer, mas também o deslocam ao mesmo tempo” (Ibidem. 2017b, p. 214).

Esta diferenciação entre as lésbicas *femme* e *butch* atende também a esse sistema de representação social e construção “positiva” ao redor de certas representações de lésbicas, em termos de aceitação, inteligibilidade e passibilidade social (lésbica *femme*) e, por outro lado, uma construção “negativa” que enquadraria aquelas lésbicas que fogem ao modelo da feminilidade heteronormativa e que são percebidas pelo meio social como um fracasso e uma imitação dos homens (lésbicas *butch*).

Sobre estas duas representações culturais (*butch* e *femme*) volta a aparecer a ideia da diferença e do fracasso, sobretudo na identidade lésbica *butch*, quem é associada de maneira constante com o fracasso da feminilidade:

Pero la butch es presentada como anacrónica, como el fracaso de la feminidad, como un modelo antiguo, melancólico, de lo queer que ahora ha sido actualizado y transformado en un tipo de mujer deseable, es decir, deseable en un modelo de mirada hetero. Pero la lesbiana butch es un fracaso no solo en las descripciones queer contemporáneas del deseo; representa el fracaso en la cultura dominante de consumo porque su masculinidad supone una barrera al deseo heteronormativo del hombre. Mientras que las lesbianas femeninas [...] son utilizadas en la cultura de los anuncios para vender de todo, desde cerveza hasta pólizas de seguro, la lesbiana masculina supone un anatema para la cultura de consumo (HALBERSTAM, 2018b, p. 106)⁸³.

A reputação e a figura que foi (e ainda é) construída e difundida ao redor das identidades lésbicas é profunda e compulsoriamente heterossexual, uma vez que se busca ajustar identidades culturais dissidentes à norma tanto em estética e aparência como em comportamento e desejo sexual: “de hecho la cosificación como proceso depende totalmente de un escenario heteronormativo de expectativas eróticas y visuales” (Ibidem. 2018b, p. 106)⁸⁴.

Deste modo, a classificação das pessoas nos termos heteronormativos é o que dá lugar a regulação binária da sexualidade e desta forma não só se controla o sexo, o gênero e a

⁸³ “Mas a butch é apresentada como anacrônica, como o fracasso da feminilidade, como um modelo antigo e melancólico de queer que agora foi atualizado e transformado em um tipo de mulher desejável, isto é, desejável em um modelo de olhar hétero. Mas a lésbica butch é um fracasso não apenas nas descrições queer contemporâneas do desejo; representa o fracasso da cultura dominante do consumo porque sua masculinidade supõe uma barreira ao desejo heteronormativo do homem. Enquanto as lésbicas femininas são usadas na cultura publicitária para vender tudo, desde cerveja a apólices de seguros, a lésbica masculina é um anátema para a cultura do consumo” (HALBERSTAM, 2018b, p. 106 tradução minha).

⁸⁴ “De fato, a reificação como um processo depende inteiramente de um cenário heteronormativo de expectativas eróticas e visuais” (Ibidem. 2018b, p. 106 tradução minha).

sexualidade da população, mas também se passa a suprimir a multiplicidade de identidades culturais dissidentes da norma heterossexual.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2017b, p. 53).

A diferenciação entre masculino e feminino é o resultado dos atributos de inteligibilidade social (marca do gênero) culturalmente assignados pelo sistema heterossexual para serem desenvolvidos de forma exclusiva por homens e mulheres. Com base na reprodução deste sistema de classificação e regulação das pessoas é que se dá lugar depois, no imaginário social, ao modelo de vida sustentado no paradigma heterossexual, o qual é tido como natural e normal.

4.2.3. “Masculinidades femininas”

Como uma forma de contribuir aos debates sobre masculinidades nos estudos culturais no contexto euroamericano, Jack Halberstam (2008) escreveu o livro “*Masculinidade feminina*” [Female masculinity, 1998]. Para introduzir os leitores e leitoras ao mesmo, o teórico *queer* norte-americano começa por analisar o conceito de masculinidade e argumenta que não existe uma definição concreta e absoluta com relação a masculinidade, mas que pelo contrário, há uma diversidade de ideias e sentidos para representa-la ou mesmo para descreve-la. Também salienta na sua introdução, que apesar de existir essa multiplicidade de sentidos atribuídos a masculinidade, a sociedade, de maneira geral, não encontra dificuldades na hora de diferenciar, fixar e de retratar um tipo específico de masculinidade:

[...] a pesar de que parece que nos cuesta mucho definir la masculinidad, socialmente tenemos pocos problemas en reconocerla, y de hecho invertimos mucho tiempo y dinero ratificando y consolidando las versiones de la masculinidad que nos gustan y en las que creemos. Muchas veces estas ‘masculinidades heróicas’ se basan fundamentalmente en la marginación de las masculinidades alternativas (HALBERSTAM, 2008, p. 23)⁸⁵.

Nesse sentido, e dando seguimento ao argumento acima, o que se torna difícil de reconhecer na sociedade não é a masculinidade hegemônica ou heterossexual, mas sim

⁸⁵ “[...] embora pareça que temos dificuldade em definir a masculinidade, socialmente temos poucos problemas em reconhecê-la e, na verdade, investimos muito tempo e dinheiro ratificando e consolidando as versões da masculinidade de que gostamos e nas quais acreditamos. Muitas vezes, estas masculinidades heroicas baseiam-se fundamentalmente na marginalização das masculinidades alternativas” (HALBERSTAM, 2008, p. 23 tradução minha).

reconhecer que existam outros tipos de masculinidades que não se vinculam nem aos homens, nem a heterossexualidade.

Na sua análise sobre a masculinidade dominante, Halberstam (2008) também leva em consideração os fatores ou elementos com os quais esta é associada:

[...] valores de poder, legitimidad y privilegios; a menudo se la vincula, simbólicamente, al poder del Estado y a una desigual distribución de la riqueza. La masculinidad parece difundirse hacia fuera en el patriarcado y hacia dentro en la familia; la masculinidad representa el poder de heredar, el control del intercambio de las mujeres y la esperanza del privilegio social (Ibidem. 2008, p. 24)⁸⁶.

Assim, através desta primeira análise e aproximação sobre a concepção da masculinidade e os elementos com os quais esta é vinculada, Halberstam (2008) consegue mostrar e problematizar o fato de que apesar de haver múltiplas representações da masculinidade, a sociedade se refere habitualmente àquela que ressalta os homens e o poder, em termos viris e dominantes respectivamente. E, por outro lado, enfatiza também o tipo de masculinidade que prevalece no imaginário social e aquele que representa o privilégio social.

Diante desses modelos e padrões de masculinidade (heroica, hegemônica, heterossexual e proprietária), Halberstam (2008) desenvolve a ideia de uma masculinidade que é vivenciada por mulheres, a chamada: *masculinidade feminina*. Para se referir a masculinidade feminina Halberstam faz um relato em estilo quase autobiográfico, e ressalta no texto introdutório do livro não só suas intenções ao escrever sobre este tema, mas também parte de sua experiência pessoal com a masculinidade feminina:

Espero que este libro abra un debate sobre la masculinidad de las mujeres, de manera que las chicas y mujeres masculinas no tengan que vivir su masculinidad como un estigma, sino que puedan darle un sentido de orgullo o incluso de poder. [...] Yo era una chica masculina, y soy una mujer masculina. Durante la mayor parte de mi vida, las críticas a mi ambigüedad de género han convertido mi masculinidad en algo vergonzoso (Ibidem. 2008, p. 19)⁸⁷.

A partir daí, começa a indagar se existem no âmbito acadêmico estudos vinculados às masculinidades alternativas, quer dizer, estudos que levam em consideração outras formas de representar a masculinidade que não sejam produzidos a partir das categorias de homem,

⁸⁶ “[...] valores de poder, legitimidade e privilégios; está frequentemente ligada, simbolicamente, ao poder do Estado e a uma distribuição desigual da riqueza. A masculinidade parece se espalhar para fora no patriarcado e para dentro na família; a masculinidade representa o poder de herdar, o controle da troca de mulheres e a esperança do privilégio social” (Ibidem. 2008, p. 24 tradução minha).

⁸⁷ “Espero que este livro abra um debate sobre a masculinidade das mulheres, para que as meninas e mulheres não tenham que viver sua masculinidade como um estigma, mas elas possam dar-lhe um sentido de orgulho ou mesmo de poder. [...] eu era uma garota masculina, e eu sou uma mulher masculina. Durante a maior parte da minha vida, as críticas à minha ambiguidade de gênero transformaram minha masculinidade em algo vergonhoso” (Ibidem. 2008, p. 19 tradução minha).

virilidade e heterossexualidade. Em outras palavras, Halberstam busca que os estudos que interpelem a masculinidade não sejam feitos com base na “[...] relación naturalizada entre virilidad y el poder [...]” (Ibidem. 2008, p. 24)⁸⁸, mas, que ao contrário disso seja possível mostrar que existe um desinteresse e um desprezo por abordar – cultural e academicamente – as masculinidades de mulheres:

Por medio de esta introducción expongo las diferentes maneras en que la masculinidad femenina ha sido ignorada descaradamente, no sólo en la cultura en general sino también en los estudios académicos sobre la masculinidad. Creo que esta indiferencia generalizada hacia la masculinidad femenina tiene claras motivaciones ideológicas y ha servido de apoyo a las complejas estructuras sociales que vinculan lo masculino a la virilidad, el poder y la dominación (Ibidem. 2008, p. 24)⁸⁹.

Assim, o termo masculinidades femininas é “[...] un modo de ser marcado por el género, más que una identidad [...]” (Ibidem. 2008, p. 10)⁹⁰. Por meio desta primeira limitação, o conceito de *masculinidades femininas* revela que, a vivência da masculinidade por parte de mulheres (enquanto marca do gênero) está presente em diferentes culturas e não é necessariamente, como se crê, um atributo ou característica exclusiva dos homens, ao contrário disso, Halberstam (2008) utiliza o ideia de masculinidade feminina como um contraponto ao modelo hegemônico de masculinidade:

[...] lejos de ser una imitación a la virilidad, la masculinidad femenina, en realidad, nos da una pista de cómo se construye la masculinidad como tal. En otras palabras, las masculinidades femininas se consideran las obras despreciables de la masculinidad dominante, con el fin de que la masculinidad de los hombres pueda parecer como lo verdadero (Ibidem. 2008, p. 23)⁹¹.

Desta forma, a definição de masculinidades femininas não só coloca em evidência que existem formas diversas de representar o gênero, para além das noções ou categorias preexistentes (heteronormativas): “[...] utilizo el tema de la masculinidad femenina para explorar una posición de sujeto queer que puede desafiar con éxito modelos hegemónicos que

⁸⁸ “[...] relação naturalizada entre a virilidade e o poder [...]” (Ibidem. 2008, p. 24 tradução minha).

⁸⁹ “Através desta introdução, exponho as diferentes maneiras pelas quais a masculinidade feminina tem sido ignorada de maneira tão descarada, não apenas na cultura em geral, mas também nos estudos acadêmicos sobre masculinidade. Acredito que essa indiferença generalizada em relação à masculinidade feminina tem motivações ideológicas claras e tem servido de apoio às complexas estruturas sociais que vinculam a masculinidade à virilidade, ao poder e à dominação” (Ibidem. 2008, p. 24 tradução minha).

⁹⁰ “Um modo de ser marcado pelo gênero, mais do que uma identidade” (Ibidem. 2008, p. 10 tradução minha).

⁹¹ “[...] longe de ser uma imitação da virilidade, a masculinidade feminina, na realidade, nos dá uma pista de como a masculinidade é construída como tal. Em outras palavras, as masculinidades femininas são consideradas as obras desprezíveis da masculinidade dominante, a fim de que a masculinidade dos homens possa parecer a coisa real” (Ibidem. 2008, p. 23 tradução minha).

determinan cómo deben ser los géneros” (Ibidem. 2008, p. 31)⁹². Mas também, Halberstam visibiliza a existência de “masculinidades sem homens” ou “masculinidades queer”, temáticas estas que até então não tinham sido abordadas nos debates sobre masculinidades “[E]ste proyecto sobre la masculinidad femenina está diseñado para generar más de dos respuestas a esta cuestión e incluso para defender el concepto de ‘preferencia de género’, en lugar de binarismo de género obligatorio” (Ibidem. 2008, p. 51)⁹³.

Esta análise quebra assim com o arquétipo social e convencional que entende a masculinidade em termos da virilidade e da “clasificación de la conducta marcada por el género” (Ibidem. 2008, p. 67), como também rompe com a ideia de que só existem dois géneros, e que estes se apresentam como dispositivos sólidos e seguros.

Além desses aportes para repensar os papéis e as práticas atribuídas aos corpos sexuados, o conceito de masculinidade feminina traz à tona também uma nova semântica com relação ao rígido sistema binário de sexo-gênero, abrindo espaço a uma desassociação entre uma prática sexual determinada (homossexual-bissexual-heterossexual) e uma identidade sexual definida (lésbica-gay-bissexual-trans*). Com isto, torna-se possível imaginar outros espaços de produção do gênero sem que as pessoas consideradas dissidentes da norma heterossexual sejam interpretadas ou abordadas como anormais ou monstruosas pela forma como representam o gênero.

Si el género se ha convertido en un campo de batalla en esta época, merece la pena preguntar: quién está luchando en estas batallas, quién recibe las heridas y queda marcado por cicatrices, y quién muere. La lucha del género es una forma de colapsar el género y la sexualidad, porque para los fugitivos del género, su género desviado a menudo se interpreta como el signo externo de una sexualidad aberrante (Ibidem. 2008, p. 143)⁹⁴.

Assim, a partir dessa desassociação entre prática e identidade sexual, Halberstam (2008) busca separar o entendimento social e cultural com relação as *masculinidades femininas* e as identidades culturais lésbicas, onde o gênero pode deixar de ser restrito a condutas e atos dos corpos sexuados.

Por supuesto, un discurso sobre los actos por sí mismo realmente no va a resolver el problema del heterosexismo o el de la homofobia rampante. Ni

⁹² “[...] uso o tema da masculinidade feminina para explorar uma posição de sujeito queer que pode desafiar com sucesso modelos hegemônicos que determinam como os géneros devem ser” (Ibidem. 2008, p. 31 tradução minha).

⁹³ “Este projeto sobre a masculinidade feminina é projetado para gerar mais de duas respostas a essa pergunta e até para defender o conceito de ‘preferência por gênero’, em vez do binarismo obrigatório por gênero” (Ibidem. 2008, p. 51 tradução minha).

⁹⁴ Se o gênero se tornou um campo de batalha neste momento, vale a pena perguntar: quem está lutando nessas batalhas, quem recebe as feridas e tem cicatrizes e quem morre. A luta de gênero é uma maneira de colapsar o gênero e a sexualidade, pois, para os fugitivos do gênero, seu gênero desviante é frequentemente interpretado como o sinal externo de uma sexualidade aberrante (Ibidem. 2008, p. 143 tradução minha).

tampoco nos va a apartar del mundo de las identidades sexuales. Sin embargo, puede mostrar escenas sexuales y prácticas sexuales e identificaciones de placer que a menudo son invisibilizadas por ese *continuum* homosexual-heterossexual (Ibidem. 2008, p. 141)⁹⁵.

Desta forma, Halberstam (2008) e seu conceito de “masculinidades femininas” nos encoraja a repensar a lógica normativa e homogeneizadora em que se passa a definir uma identidade sexual em função das práticas e desejos sexuais que as pessoas expressem, tal como acontece, por exemplo, com as relações homoeróticas entre mulheres.

4.2.4. Lésbicas ‘masculinas’ nos banheiros públicos

As noções de masculinidade dominante também são utilizadas para fazer referência ao movimento lésbico e para descrever as relações lésbicas em si. Isto quer dizer que, muitas vezes, a masculinidade também é utilizada para indicar uma conduta, retratar algum tipo de trabalho, como também caracterizar questões de classe social e claro questões de gênero:

[...] ‘marimacha’ o ‘machona’ captan perfectamente la idea de la fusión de una conducta masculina con un cuerpo de mujer. Sin embargo, otros términos como, ‘bombero/a’ y ‘camionera’, implican una masculinidad relacionada con el trabajo, o una noción de clase social ligada a la normatividad de género; y otros como ‘chicazo’ (*tomboy*), implican una noción de la diversidad de género basada en la edad (Ibidem. 2008, p. 7)⁹⁶.

Em particular, o vínculo entre a masculinidade e a lesbianidade se dá, como descrito acima, porque se utiliza a masculinidade hegemônica para retratar modelos de práticas e papéis sociais e com isso determinados modelos de representações lésbicas que são retratadas de forma estereotipada: “[...] historicamente, dentro de lo que llamamos lesbianismo, la masculinidad há desempeñado um papel importante. La masculinidad, a menudo, define la versión estereotipada del lesbianismo [...]” (Ibidem. 2008, p. 144)⁹⁷.

De certa forma, foram essas versões estereotipadas das lésbicas – enquanto masculinas – que deram maior visibilidade ao movimento lésbico:

⁹⁵ “É claro que um discurso sobre atos por si só de fato não resolverá o problema do heterossexismo ou da homofobia desenfreada. Nem vai nos separar do mundo das identidades sexuais. No entanto, pode nos mostrar cenas sexuais e práticas sexuais e identificações de prazer que muitas vezes são invisibilizadas por esse *continuum* homossexual-heterossexual” (Ibidem. 2008, p. 141 tradução minha).

⁹⁶ “[...] ‘Marimacha’ ou ‘machona’ capturam perfeitamente a ideia da fusão de um comportamento masculino com o corpo de uma mulher. No entanto, outros termos como ‘bombeiro/a’ e ‘caminhoneira’, implicam uma masculinidade relacionada ao trabalho, ou uma noção de classe social ligada às normas de gênero; e outros como ‘moleque’ (*tomboy*), implicam uma noção de diversidade de gênero baseada na idade” (Ibidem. 2008, p. 7 tradução minha).

⁹⁷ “[...] historicamente, dentro do que chamamos de lesbianismo, a masculinidade tem desempenhado um papel importante. Masculinidade geralmente define a versão estereotipada do lesbianismo [...]” (Ibidem. 2008, p. 144 tradução minha).

La bollera hipermasculina, de hecho, ha dado visibilidad al lesbianismo y ha logrado que se interprete como una especie de confluencia entre in género subversivo y una orientación sexual. Precisamente porque la masculinidad parece haber desempeñado un papel importante e incluso crucial en algunas autodefiniciones lesbianas, tenemos una palabra para la masculinidad lesbiana: butch (Ibidem. 2008, p. 145)⁹⁸.

Por outro lado, as expressões estereotipadas das lésbicas também podem ser analisadas desde a perspectiva das chamadas “marcas de diferenciação”, as quais se dão:

Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, consequentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam (LOURO, 2000, p. 8–9).

Assim, as marcas da identidade ou de diferenciação também se tornam agentes responsáveis pela forma em que associamos culturalmente determinadas práticas sexuais com certas identidades sexuais, ou seja, as pessoas são treinadas a vincular e fixar certas representações de gênero com certas práticas sexuais.

Este processo de classificação, identificação e interpretação dos sujeitos suscita o “reconhecimento do ‘outro’” (Ibidem. 2000, p. 9), dado que ao classificar e relacionar determinadas representações culturais com certas práticas e expressões sexogênicas instantaneamente também se erguem distinções, limites e fronteiras entre as pessoas: “[...] contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens” (Ibidem. 2000, p. 9).

Desta forma, o processo de reconhecer e diferenciar o outro traz consigo todo um imaginário estereotipante e policialesco das identidades culturais não-binárias. Os estereótipos vêm acompanhados geralmente de um ideal normativo sobre “o que é uma mulher” e “o que é um homem”. Estes ideais são compostos por determinadas características que a sociedade passa a compreender como “normais” e logo as naturaliza. Assim, qualquer identidade de gênero que não se apresente nos moldes binários, determinados por sua cultura, será marcada (estereotipada como a lésbica masculina) e situada nas margens da sociedade.

Consequentemente, as relações sociais passam a ser programadas de forma que cada corpo evoque ou represente traços sexuais (heterossexuais), e assim o reconhecimento do

⁹⁸ “A lésbica hipermasculina, na verdade, deu visibilidade ao lesbianismo e conseguiu ser interpretada como uma espécie de confluência entre um gênero subversivo e uma orientação sexual. Precisamente porque a masculinidade parece ter desempenhado um papel importante e até crucial em algumas autodefinições lésbicas. Temos uma palavra para masculinidade lésbica: butch” (Ibidem. 2008, p. 145 tradução minha).

“outro” baseia-se nas diferenças percebidas entre os sexos. Logo, as pessoas são abordadas conforme os parâmetros estabelecidos para diferenciar cada sexo. Nesse sentido, mulheres trans, travestis ou mulheres fora do parâmetro heteronormativo da feminilidade (por exemplo as lésbicas *butch*, caminhoneira, dyke, sapatão, tomboy) podem encontrar-se em situações de discriminação ou preconceito, já que não “representam” acertadamente os papéis e as práticas sexogenéricas que lhe foram atribuídas culturalmente: “El género ambiguo, aparezca donde aparezca, se transforma inevitablemente en desviación, en algo inferior, o en una versión borrosa del hombre o de la mujer” (HALBERSTAM, 2008, p. 43)⁹⁹.

O aspecto exterior, a maneira em como nos “apresentamos” se confronta com a maneira em que somos “lidos” pelo meio social, onde a possibilidade de que existam corpos com gêneros que excedam a representação de homem e mulher é menosprezada e renegada, como expressa YA no relato abaixo:

[...] Quando eu raspei meu cabelo, a primeira vez, eu sofri lesbofobia. Eu não tinha sofrido lesbofobia diretamente até então! [...] Eu raspei também né no zero! Eu raspei, atravessei a rua, em frente a parada do ônibus, um cara disse, bem baixinho... eu passei por ele, ele estava sentado na parada do ônibus, ele disse “sapatão” [...] e aí eu fiquei pensando, poxa, para o mundo eu sou uma sapatão! [...] por conta da feminilidade, que não é a padrão né, que não é a que eu expresso. Para mim, eu acho que tudo isso é muito fluido, que eu o tempo inteiro tenho feminino e masculino dentro de mim circulando YA.

O relato de YA expõe de maneira clara como se colocam em ação as marcas da diferenciação social, e também como esta diferenciação dá lugar a que se exerçam dinâmicas de poder com a finalidade não só de marcar a diferença, mas também de colocá-la no seu lugar periférico e fora da norma. No final do relato, é possível ver como YA não só reconhece, como também indica que a demanda social e cultural com relação a sua aparência física deve coincidir com suas práticas sociais e sexuais provêm da “feminilidade padrão”, a qual ela não expressa.

Finalmente, a última parte da narrativa sinaliza em primeiro lugar, um conhecimento de si própria, e em segundo lugar, um exemplo de agência-ação, já que ao identificar quais são as normas que a oprimem, YA é capaz de responder a elas, de se opor e divergir delas, o que por fim faz com que ela afaste de qualquer determinação ou imposição sobre ela.

⁹⁹ “O género ambíguo, onde quer que apareça, inevitavelmente se transforma em desvio, em algo inferior, ou em uma versão desbotada do homem ou da mulher” (HALBERSTAM, 2008, p. 43, tradução minha).

4.3. Interpelação de gênero em etapas

Nas próximas subseções se busca aproximar as problematizações com relação ao sistema sexo/gênero, as práticas e papéis sexuais (homem/mulher) e as relações de poder e controle que se inscrevem nos corpos ao usar ou pretender usar os banheiros públicos. Especificamente se analisam aqui, por meio das narrativas das entrevistadas, como estas categorias perpassam a arquitetura dos banheiros públicos, deixando em evidência que a manutenção da divisão sexual dos banheiros obedece à preservação do status quo e às regras do sistema heteronormativo.

Durante o processo de análise das entrevistas, foi possível agrupar em três etapas algumas das formas em que a interpelação de gênero no banheiro se faz presente. Tomando como base os relatos das entrevistadas, identifiquei como sendo três os momentos ou etapas as que marcam e impactam de maneira diferente tanto no uso do banheiro como no acesso a eles por parte das entrevistadas.

Em primeiro lugar, coloca-se a etapa do estereótipo; em segundo lugar está a etapa que eu chamo do questionamento, argumentação e prova; e por último a etapa da confusão e disciplinamento de gênero. Estas interpelações de gênero trabalham de forma articulada para garantir o controle sobre os corpos. Cabe ressaltar que, apesar de ter identificado três formas de questionar o gênero esta lista não é exaustiva e sim ilustrativa, podendo assim haver outras formas de interpelação aqui não listadas que possivelmente outras mulheres lésbicas podem vir a experimentar.

4.3.1. Etapa I – Estereótipos

No processo de abordagem, a exigência da identificação dentro dos moldes do sistema heteronormativo é o que vai incentivar, entre outras instâncias, a produção de características estereotipantes para cada indivíduo. Esta exigência de identificação ocorre por efeito da articulação entre os marcadores sociais da diferença, neste caso das diferenças de gênero, sexo e sexualidade, os quais se identificam em virtude dos relatos das entrevistadas. Assim, estes marcadores sociais são empregues nos banheiros públicos como “fronteiras de gênero”, que nos termos de Páez (2018) tem a ver com: “os limites, materiais ou simbólicos, que produzem ou reproduzem a divisão do mundo social em universos masculinos e femininos” (PÁEZ, 2018, p. S/N).

Desta forma, os banheiros públicos passam a controlar que quem ingressa ou quem tem

intenções de ingressar seja antes “legível” nos termos que essas categorias da diferença social predeterminam. Por outro lado, a articulação entre estas categorias, como também as dinâmicas de poder que a própria diferenciação social traz, leva a produção de uma classificação social entre as pessoas, que se expressa nos corpos, nas identidades e nas subjetividades. Em outras palavras, as relações sociais nas sociedades modernas heteronormativas se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos e as pessoas passam a ser programadas para evocar ou representar traços sexuais. Diante disso, quem tenta ingressar num banheiro público, deve antes delimitar perfeitamente os traços e características que a diferenciam do outro sexo. Nesse sentido, as pessoas são abordadas conforme os parâmetros estabelecidos pelo rígido sistema binário heteronormativo, isto é, masculino/feminino (sexo), homem/mulher (gênero), heterossexual/homossexual (orientação sexual).

If you asked someone on the street, they would probably say that gender difference is revealed through biological markers – whether or not one has a penis or a vagina. Yet in most cultures, fashions in dress, hair, make-up, and even scent, are structured and designed through reference to particularly rigid binary oppositions. Fashions are generally crafted by the social and cultural expectations assigned to each gender (CRANNY-FRANCIS et al., 2003, p. 197)¹⁰⁰.

Dentro do leque das diferenças e representações, existem muitos estereótipos culturais. No caso das identidades culturais lésbicas entrevistadas destacam estereótipos culturais com relação a “estética lésbica”, que segundo elas incluem determinados estilos ou tipos de cortes de cabelo (raspar a cabeça, o corte de cabelo chamado undercut, etc), como também a vestimenta, como tipos, cores e tamanhos de roupa (roupas largas, sem ressaltar parte do corpo, cores escuras, etc.), e que todos eles juntos, seriam próprios ou “característicos” das mulheres lésbicas.

[...] eu acho que tem vários [estilos de lésbicas], não um, mas acho que tem vários e eles vão mudando de acordo com o tempo, acho que eles não são fixos. [...] eu acho que assim, no passado era muito marcado isso de ser ou ‘femme ou a butch’, né. Então tinha essa divisão muito clara, que era uma forma de tentar reproduzir o mesmo padrão heterossexual, e eu acho que até era mais aceito no primeiro momento, né. [...] Nessa divisão de gênero você tem uma estética de como a mulher deve se vestir, o cabelo que ela tem que ter, como o homem tem que parecer DC.

No trecho acima, DC indica situações claras onde se pode perceber o nexos entre os

¹⁰⁰ “Se você perguntasse a alguém na rua, provavelmente diria que a diferença de gênero é revelada através de marcadores biológicos - se alguém tem ou não um pênis ou uma vagina. No entanto, na maioria das culturas, a moda, o cabelo, a maquiagem e até mesmo o perfume são estruturados e desenhados com referência a oposições binárias particularmente rígidas. As modas são geralmente criadas pelas expectativas sociais e culturais atribuídas a cada gênero” (CRANNY-FRANCIS et al., 2003, p. 197 tradução minha).

estereótipos culturais e o binarismo de gênero, desde as divisões muito marcadas entre “femme e butch” ou mesmo a “reprodução de um padrão heterossexual”, passando pela aparência, e pela forma em que cada corpo sexuado, enquanto homem e mulher, deve “parecer”. Desta forma, DC mostra como existem limites rígidos para a representação dos corpos sexuados, tanto que quem ultrapassa essa divisa é visto como diferente, apontado como anormal e tido enquanto cópia ou imitação (lésbicas masculinas).

Na opinião de CF* os estereótipos funcionam de forma diferente da colocada por DC. Em primeiro lugar, CF* parte do entendimento de que os estereótipos são parte da vida cultural das pessoas e que isso faz com que seja muito difícil rompê-los. Em segundo lugar, interpreta que os estereótipos são uma forma de ajuda ou guia para aquelas pessoas – ela se refere a sapatonas – que não têm muito entendimento sobre estudos de gênero e sexualidade ou não têm acesso à informação referente a estes temas e se “guiam” pelos estereótipos para assim poder expressar seu gênero e sua sexualidade. Além disso, CF* indica que é por causa desses estereótipos que muitas lésbicas “decidem” por um tipo de lésbica menos feminina.

Estereótipos é difícil a gente quebrar. Até hoje a gente, sei lá, se você pensa em baiana, o que vem na tua cabeça é a saia rodada, é ela servindo acarajé. Se você pensa em mineiro, você pensa num cara com um chapéu de paia e um palheiro na boca, sabe. São estereótipos que dificilmente são mudados numa coisa que é cultural, na minha opinião. [...] essa representação é cultural e reproduzida pelas pessoas por acreditarem que é dessa forma que se pode exercer a sua ... o seu tratamento de gênero. Entende? Tipo assim, uma sapatão que não tem estudo, não tem acesso a informação, não tem amigas, não tem vivência dentro do ativismo LGBT, para ela ser sapatão, quando ela descobre que ela tem o desejo em relação a mulheres, o que ela pensa na cabeça dela “meu, eu preciso decidir, se eu vou ser feminina ou se eu vou ser super masculina”. Na minha cabeça, pelo menos, assim que funciona. Que ela não consegue se expressar, ela tem que escolher se ela vai expressar essa sexualidade ou não, se ela vai estar dentro do armário ou não. Eu vejo que, pelos casos que eu conheço, que as sapatonas que não tem essa ... é que é difícil falar que não tem acesso à informação, que hoje em dia todo mundo tem acesso à informação, né. Mas que não tem tanto entendimento de estudos de gênero e sexualidade, elas meio que decidem por uma carreira sapatão um pouco mais ... um pouco menos feminina. Que é para se auto afirmar na sociedade. Sou sapatão! CF*

Nos relatos destas duas vozes pode-se observar certas similitudes, por exemplo, ambas interlocutoras mostram como os estereótipos, em termos gerais, são utilizados como mais um instrumento de controle do sistema heteronormativo, já que por meio destes as pessoas passam a diferenciar, interpretar, influenciar e classificar todas as relações – culturais, sexuais e políticas – que aparecem no meio social. Entretanto, também há diferenças entre estes dois relatos, por um lado, para DC os estereótipos não são fixos e eles vão se transformando e junto com essa transformação as percepções sobre os papéis e as práticas sociais também vão se

alterando. Por outro lado, para CF* os estereótipos são permanentes, definitivos e fixos.

As razões dessas posições opostas com relação aos estereótipos podem ser diversas, mas seria possível compreendê-las se as analisarmos a partir da ótica da experiência de cada narradora, como também pela forma em que estas estruturam seus relatos. Assim, para DC os estereótipos são versáteis, no sentido de que estão sujeitos a variações e se pode perceber que sustenta essa ideia quando dá o exemplo da mudança no entendimento das identidades “butch e femme”. Agora, para CF*, os estereótipos de gênero cumprem um papel social, os entende como um parâmetro cultural, onde existem dois modelos a ser representados, um mais feminino e outro mais masculino. Assim, na perspectiva e experiência de CF* o estereótipo daria a referência social e cultural do tipo de lésbica que se quer e pode ser.

Também podemos pensar os estereótipos como um dispositivo composto de vários elementos, que vão tanto se empenhar por atribuir características e atitudes a determinados sujeitos ou grupos sociais, como também, como resultado dessa designação de atributos e comportamentos, vão contribuir na categorização e rotulação desses sujeitos e grupos sociais, sempre em termos previamente legitimados e aceitos pela sociedade, como homem/mulher; masculino/feminino. Como afirma José León Crochik (1996) os estereótipos vão atribuir valor as distinções entre as pessoas:

O estereótipo retira o seu predicado principal e os derivados de distinções estabelecidas pela cultura entre sexos, ocupações, doenças, raças, povos, religiões, idade etc. e assim, de alguma maneira, as classificações culturais colaboram com ele. Mas não é somente com a nomenclatura que a cultura contribui, ela atribui também juízos de valores as suas distinções (CROCHÍK, 1996, p. 49).

Assim, é importante indicar que tanto a estereotipação da “lésbica” não só viabiliza a invenção destes sujeitos em termos absolutos e universais, mas também produz uma distinção entre aqueles que se adequam aos modelos de inteligibilidade social e aqueles que recusam ou contestam a esse modelo. Por último, a reprodução dos estereótipos contribui na manutenção do modelo normativo atual, quer dizer heteropatriarcal.

Dentro do âmbito da chamada “estética lésbica”, os tipos de corte de cabelo aparecem nos relatos das entrevistadas como signos e marcas de extrema significância. Baseados nos tipos de corte de cabelo se reproduzem os estereótipos e as relações de poder:

[...] então, aí depois que eu cortei o cabelo, aí que começou essas questões do banheiro comigo! [...] ter o cabelo curto, e principalmente aqui na região da nuca, eu não sei dizer o nome assim ... mas depois que eu cortei essa região aqui, o undercut, mudou minha vida! E até pensei por um momento de eu deixar meu cabelo crescer um pouco para deixar de ser confundida com homem, porque eu não quero ter nenhum vínculo e nenhuma referência com os homens porque eu sou uma mulher lésbica! Não tem nada a ver! É outra coisa! MF.

O tipo de corte de cabelo ganhou uma nova significação para MF, já que este excedeu a mera questão da aparência estética ou beleza e bateu de frente com as liberdades, autonomia e emancipação das pessoas. Como ressalta MF, mudar sua imagem adotando um novo estilo de corte de cabelo, o undercut, “mudou sua vida”. E por que mudou sua vida? Porque ela não refletiu, não reproduziu na sua imagem, na sua expressão de gênero, o modelo padrão de mulher e passa então a ser abordada enquanto homem. Ao mesmo tempo que MF enfatiza o momento exato a partir do qual seu dia a dia se viu alterado, após o corte de cabelo, também aponta para o fato da estereotipação cultural das mulheres lésbicas, colocando estas como equivalentes aos homens em termos de estética, comportamento e expressão de gênero. Fato este que MF, como muitas outras entrevistadas, não só negam como também recusam ser associadas com homens e destaca que “ser lésbica é outra coisa”.

Para YA a referência ao tipo de corte de cabelo aparece como uma forma de tornar evidente o momento no qual passou a vivenciar situações de estranhamento tanto nos banheiros públicos como na via pública em geral, episódios que antes, com outro tipo e estilo de corte de cabelo, não tinha experimentado.

Nos banheiros, quando eu estava com o cabelo grande, eu entrava do banheiro, saía do banheiro, tudo bem. Quando eu raspei minha cabeça ... [risos] quando eu entro, assim, agora não por que ... está curto, mas aí dependendo da roupa que eu estou ... se eu estou com uma roupa um pouco, mais descolada, tipo quando eu estou com minhas camisas. Eu gosto de camisa, com botão. Quando eu estou de camisa [risos] que eu entro, tem um olhar [...] olham para meu corpo para ver se não é um homem mesmo. Tipo as mulheres detectando assim ... eu entro, a pessoa olha nos meus olhos, e aí passa a vista rapidamente, de cima a baixo, para ver o que que é!? Se é mulher, se é homem? YA.

Desta forma, o aspecto exterior, a maneira como nos “apresentamos” se confronta com a maneira que somos “lidos” pelo meio social, onde a possibilidade de que existam corpos com gêneros que excedam a representação de homem e mulher é rejeitada.

Os relatos de MF e YA, como os de outras entrevistadas, nos permitem entender como são operacionalizadas as designações culturais de masculinidade e feminilidade ao indicar uma determinada e única configuração estética para cada corpo sexuado e certo comportamento. Assim, as lésbicas masculinas tanto quanto aquelas que se recusam a conciliar sua expressão de gênero com o padrão preestabelecido pelo sistema heteronormativo para a categoria “mulheres”, por exemplo, são abordadas com ofensas, intolerância, chamadas por nomes e apelidos preconceituosos, com antipatia e discriminação.

No relato abaixo, RA apresenta uma distinção entre ser abordada com base na sua orientação sexual (lésbica) ou com base na sua expressão de gênero (vestimenta e corte de cabelo, por exemplo).

[...] minha interpretação é que eles vêem a expressão de gênero né. E uma expressão de gênero baseada em vestimenta, corte de cabelo, eu acho que é por aí. Porque na hora eles não estão nem questionando minha orientação né, não é o ser lésbica ou se eu gosto de mulheres, ou alguma coisa assim. RA.

Através desta diferenciação entre orientação sexual e expressão de gênero RA não só descreve sua vivência, mas também explica que a ênfase do questionamento ou mesmo da confusão com homens no banheiro público feminino se dá pela forma em que ela se apresenta no meio social. Assim, o fato de RA manifestar seu gênero de uma forma singular e própria, porém “distinta” daquela que o sistema heteronormativo propaga, torna-se a razão pela qual sua passagem pelo banheiro se vê muitas vezes bloqueada, questionada ou condenada.

Entretanto, o relato de RA encontra eco em outras histórias contadas por outras entrevistadas. DC também entende que a expressão de gênero é o principal fator propulsor das interdições que ela vivencia nos banheiros públicos e aponta que sua aparência física ou o tipo de roupa que ela gosta de usar e seu corte de cabelo são considerados socialmente como masculinos, e que ao serem usados por ela geram “o choque da aparência”.

[...] eu acho que pela minha aparência física, com certeza! Cabelo curto, roupas largas, eu sempre uso roupas mais ... consideradas mais masculinas, para mim isso é roupa, eu acho bizarro roupa ter gênero mais ... como eu me sinto mais confortável são roupas que tradicionalmente seriam masculinas. Então eu acho que é o primeiro visual mesmo, é o choque da aparência. É isso, não é uma atitude [...] DC.

Por fim, no trecho abaixo narrado por RQ, ela coloca o estereótipo como um elemento “extremamente violento”, dado que é capaz de abrir ou fechar caminhos, de liberar ou negar acesso das pessoas a determinados lugares, por exemplo, os banheiros públicos.

[...] Esses códigos, esses estereótipos que nos colocam em determinados lugares e que nos dão acesso a algumas trilhas, eles são ... eles podem ser extremamente violentos, né. Quando você está, sei lá, na minha adolescência eu já tive problemas com banheiros, por exemplo. Porque assim, você vai entrar no banheiro, alguém fala assim “ei, menino” ... ou mesmo agora adulta né, depois de adulta, falam assim “moço”. Já aconteceu assim na porta, querendo entrar ... assim você vai entrando e alguém te chamar [...] aí você vira e a pessoa fala “ah desculpa” [...] Ou estando dentro do banheiro e alguém olhar assustada [...] RQ.

Assim, pode-se dizer que esta primeira etapa do processo de abordagem se caracteriza por seu uso excessivo dos estereótipos, tornando-os numa política do sistema heteronormativo. Ao longo de todos os relatos acima citados, as entrevistadas expõem situações de controle, vigilância e um patrulhamento público sobre quem pode e quem não pode usar o banheiro.

Algumas vezes essa observação e monitoramento acontece de forma dissimulada, por meio de um olhar por exemplo, e outras vezes aparece em forma explícita por meio de um bloqueio ou impedimento concreto (físico ou verbal) de ingressar ao banheiro.

Além disso, observa-se como prevalece no imaginário social a imagem estereotipada da “mulher”, em termos biológicos e heteronormativos e, por outro lado, percebe-se que apesar da maior visibilidade das mulheres lésbicas ainda predomina sobre elas a imagem em termos “positivos” e “negativos”. Ou seja, quanto mais próxima esteja a lésbica do modelo heterossexual de “mulher”, mais positiva será sua imagem e abordagem (passabilidade) e quanto mais se desvie do modelo heterossexual de “mulher”, mais negativa será sua imagem e interpelação (lésbica masculina).

4.3.2. Etapa II – Questionamento, Argumentação e Prova

Dentro da conjuntura descrita acima e dentro do que caracterizo como a fase da prova, (a segunda etapa no processo de abordagem das mulheres lésbicas nos banheiros públicos), as entrevistadas expuseram situações de estranhamento, de olhares de aprovação ou rejeição, onde como contrapartida dessas interdições socioculturais elas têm que “provar” que aquele é seu banheiro. Percebe-se que o fato delas terem que demonstrar que estão no banheiro “certo” se dá porque estas não foram imediatamente legíveis dentro dos códigos da feminilidade heteronormativa, por não apresentarem, aparentemente, certo nível de feminilidade, que é condição básica e imprescindível para ingressar no banheiro “feminino”. Por conseguinte, muitas vezes as entrevistadas foram (e são ainda) acusadas de estarem no banheiro equivocado:

Na PUC [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] o outro dia, estava no banheiro e aí a pessoa dá uma conferida na porta assim, tipo “eu entrei no banheiro certo? [...] olha para plaquinha, na hora que abre, tipo confere, sabe?
LB.

Neste caso, a acusação de estar no banheiro equivocado aconteceu sem que houvesse um intercambio verbal entre as usuárias. Mas, mesmo sem o uso da linguagem verbal, LB reparou no estranhamento da outra pessoa, ao observar as atitudes e o comportamentos realizados por esta nova utilizadora do sanitário feminino. Neste relato fica claro que o controle e a vigilância nos banheiros públicos nem sempre precisa do uso de uma palavra de ordem, já que também se aplicam as expressões corporais, gesticulações e olhares que também cumprem o seu papel regulador.

Por outro lado, existem relatos de acusações verbais e diretas de estar no banheiro errado. Nos dois trechos que seguem abaixo, uma pessoa lança uma frase reguladora: “*esse banheiro é das mulheres!*” e o que em princípio poderia ser entendido como um simples

chamado de atenção diante de uma pessoa “desatenta” as placas de identificação dos banheiros ganha outra significação quando a pessoa ao ser interpelada responde que “sabe” que banheiro está se dirigindo e por isso, o chamado de atenção se torna em verdade um controle repressor de todas as outras formas de representar o gênero fora do padrão heterossexual.

[...] já me aconteceu uma vez também que me falaram assim “esse banheiro é das mulheres” ... aí eu falei “eu sei!”. Aí fica aquela situação de “saia justa” RQ.

[...] eu fui no banheiro e aí tinha um rapaz ... e aí eu fui entrando direto no banheiro feminino, “ei, ei, ei seu banheiro não é esse daí não” RA.

Geralmente, após interpelações como essas, as mulheres lésbicas – apontadas como não pertencentes a esse espaço – devem demonstrar que aquele é seu banheiro.

Primeiro a proibição n/é? estava num shopping, fui entrar no banheiro e a pessoa que cuida da higiene do banheiro falou “opa, opa, é lá” ... aí eu olhei para ela e no que eu olhei acho que eu mostrei os peitos né, e aí ela acabou... “ah desculpa”. E aí eu entrei RA.

Para superar o momento da proibição RA decide mostrar partes do corpo, especificamente seus seios. O que poderia ser compreendido como uma “resposta” trivial diante de um questionamento improcedente ou um ato de “resistência” diante de uma imposição social e cultural, torna-se, seguindo os termos de Mahmood (2006), numa forma de agência, entendendo esta “não só em actos de resistência às normas como também nas múltiplas formas em que essas normas são incorporadas”(MAHMOOD, 2006, p. 130).

Assim, este tipo de agência – a ação de indicar os seus peitos – é um recurso comum e frequentemente acionado por lésbicas nos banheiros público femininos, sobretudo, pelas lésbicas masculinas, de identidades butch, sapatão, caminhoneiras e não-binárias, são frequentemente confundidas com homens.

Às vezes eu sinto, que às vezes a pessoa olha um pouco assim ‘o que que ele está fazendo aqui’, como se fosse um cara, mais ou menos [...] às vezes eu apontava meu peito! [...] DC.

No relato de DC, dá-se uma interseção entre o olhar acusador, aquele olhar que coloca em evidência a diferença como uma forma de apontar a suposta “falha” na representação desse “ser” mulher que pretende ingressar no banheiro público, seguida da confusão com um homem e por fim, o ato de apontar para os seios como ação de resposta direta (agência).

[...] você vai entrar num banheiro público e aí você percebe que uma pessoa vem te seguindo [...] aí a pessoa te olha e leva um susto e fala ‘não, não desculpa’ e deixa você entrar. [...] é só você mostrar o peito na verdade, aí eles me deixam entrar na hora né?, mas você tem que provar que aquele é seu banheiro de acordo com o que a sociedade acredita né?, que tem uma divisão, você tem que entrar em algum, né?! E aí você tem que mostrar, ou mostrar o

peito ou falar não, ‘sou uma mulher’ ... tenho que me apresentar CR.

À ação de mostrar os seios acrescenta-se agora o fato de se nomear e declarar como “mulher”. É preciso indicar que ambas práticas são feitas com o objetivo de reforçar a ideia de que a escolha por aquele banheiro é a correta. Para tal, as entrevistadas se valem das próprias ferramentas que o sistema heteronormativo estabelece enquanto parâmetros do “ser” mulher, assim como também das características e modelos sociais e culturais preestabelecidos para usar o banheiro feminino. Desta forma, e mais uma vez, é possível identificar o papel da agência enquanto ação direta e não só como ato de resistência. Assim, as entrevistadas fazem um uso estratégico ao incorporar nos seus argumentos as normas do sistema heteronormativo, por isso, primeiro mostram ou indicam seus peitos e depois, declaram, manifestam verbalmente que elas são “mulheres”.

Os três relatos acima indicados, mostram como as entrevistadas procediam diante da interpelação e o chamado de atenção de que aquele não seria o banheiro “indicado” para elas. É possível perceber que as entrevistadas se serviram do recurso performativo, de uma resposta performativa para se constituírem numa espécie de agência perante um discurso carregado de poder disciplinar e se apoiaram nas próprias estratégias hegemônicas heteronormativas, utilizaram as referências taxonômicas em termos de homem/mulher, masculino/feminino, que o próprio sistema propagandeia para abrir-se passo rumo ao banheiro. Desse modo, essas respostas (“sou mulher” ou “mostrar os peitos”) são ao mesmo tempo ações performativas e de agência, enquanto atitudes e práticas materiais que buscam continuar utilizando e ocupando esse espaço apesar das regulações e controles arbitrários do sistema heteronormativo sobre seus corpos e suas subjetividades. No entanto, é de ser reparar para o fato de que quando as entrevistadas narravam suas experiências e suas resposta aos bloqueios ou proibições, em termos de “sou mulher” ou “mostrar seus peitos”, em nenhum momento concediam esse tipo de respostas com o propósito ou a intenção de reforçar a concepção da diferença sexual ou de reivindicar a imagem do sujeito mulher (biologicamente falando), mas como uma ação performática de saída que lhes permite se librar da vigilância panóptica. É uma atitude que encontra nos próprios elementos do sistema uma linha de fuga diante do impedimento e da proibição de fazer uso do banheiro.

De acordo com Halberstam (2008), a acusação de estar no banheiro equivocado se dá por dois motivos, primeiro pelo fato de que não é possível associar a condição de “mulher” (sexo) com uma masculinidade visível e ativa (gênero); e segundo, porque os banheiros divididos por sexo são exclusivos para aquelas pessoas que representam de maneira exclusiva

a categoria “homem” e “mulher” e não para múltiplas categorias de gênero.

La acusación ‘estás em el servicio equivocado’ en realidad quiere decir dos cosas distintas. En primer lugar, afirma que tu género parece no coincidir con tu sexo (tu aparente masculinidad o androginia no coincide con tu supuesta condición de mujer); en segundo lugar, sugiere que los servicios con un solo género son sólo para aquellas personas que encajan claramente en una categoría (varón) u otra (mujer) (HALBERSTAM, 2008, p. 46)¹⁰¹.

Desta forma, essa incongruência ou desconexão entre a expressão de gênero (aparência) e o que o meio social espera perceber ou identificar (estereótipo) como características representativas de determinada prática ou identidade sexual (heterossexual/homossexual; LGBTQ+), é palpável nos relatos acima. Por outro lado, são estes mesmos relatos apresentados até aqui que nos mostram que a política de representação está falindo, e são as próprias vozes das entrevistadas que nos fazem aproximarmos às categorias de “multidões *queer*” (Preciado, 2003).

O que antes legitimava a ação política das chamadas minorias sociais e sexuais (“mulher”, “homossexual”) e as diferenças entre estes, agora ganha uma nova configuração e estes começam a perder relevância. O que importa agora são as multidões de corpos. Através da categoria multidões, Preciado (2003) modifica a noção de “diferença sexual” e passa a substituí-la pela ideia de uma multidão de diferenças e a partir dela se começa a pensar em multidões *queer*.

A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer (PRECIADO, 2003, p. 13).

Assim, de acordo com Preciado a categoria multidões *queer* caminha no sentido oposto à demanda da representação e do reconhecimento e problematiza como se produz o saber-poder:

Opõe-se às políticas republicanas universalistas que concedem o “reconhecimento” e impõem a “integração” das “diferenças” no seio da República. Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais” (Ibidem. 2003, p. 18).

¹⁰¹ “A acusação ‘você está no serviço errado’ na verdade significa duas coisas diferentes. Em primeiro lugar, afirma que o seu gênero não parece coincidir com o seu sexo (a sua aparente masculinidade ou androginia não coincide com a sua suposta condição de mulher); em segundo lugar, sugere que os banheiros com um gênero só são apenas para as pessoas que se encaixam claramente em uma categoria (homem) ou outra (mulher)”. (HALBERSTAM, 2008, p. 46 tradução minha).

Por fim, é possível também analisar as respostas que as entrevistadas dão ao serem interpeladas como estando no banheiro equivocado, como parte das estratégias políticas das multidões *queer*, tendo em vista que as mesmas se baseiam na:

“A ‘desidentificação’ (para retomar a formulação de De Lauretis), identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual são algumas das estratégias políticas das multidões *queer*. Desidentificação surge das “sapatas” que não são mulheres, das bichas que não são homens, das trans que não são homens nem mulheres” (Ibidem. 2003, p. 15).

Assim, as respostas dadas pelas interlocutoras vão além de uma posição de resistência, e se tornam uma forma de identificação estratégica e política para poder ingressar e ocupar o banheiro público feminino.

4.3.3. Etapa III – Confusão e Disciplinamento de gênero

Finalmente, a terceira etapa da interpelação de gênero se dá em forma de confusão e disciplinamento de gênero e ocorre, seguindo a análise das narrativas das entrevistadas, quando elas expressam seu gênero fora dos padrões e moldes preestabelecidos pelo sistema heteronormativo. Assim, dentre todas as mulheres lésbicas entrevistadas, foram particularmente aquelas identificadas social e culturalmente como masculinas ou masculinizadas as que mais relataram situações de confusão e disciplinamento de gênero. Em outras palavras, muitas das entrevistadas narram que, primeiro, são abordadas como se fossem homens, e em seguida, ao compreender que são mulheres com uma masculinidade feminina estas são disciplinadas, já que a heteronormatividade entende que para manter o status quo do sistema é preciso que a ambiguidade e desvio de gênero seja emendado, corrigido e sobretudo, disciplinado.

[...] Várias vezes assim, principalmente assim, tipo festivais assim que você tem muita segurança dentro do banheiro, então, já aconteceu várias vezes de tipo ‘estar entrando e me pararem’, sabe a segurança me pararem assim ‘não, aqui é o banheiro feminino’ e aí eu virava e falava ‘bom, eu sou mulher’ ... falar isso para poder entrar. Isso aconteceu várias vezes em festivais, mais em lugares assim em baladas e tal. Em banheiros públicos, assim, por exemplo, metrô e tal, não, nem tanto, em banheiros que não tem segurança na porta, assim, as próprias pessoas nem tanto DC.

[...] recentemente eu fui na Defensoria Pública [Defensoria Pública do Estado de São Paulo] acompanhando uma mulher e antes de ir embora, fui tomar água, aí levantei a cabeça, vi que vinha saindo uma senhora do banheiro, e eu entrei. No que eu entrei no banheiro, veio a segurança: ‘ei, ei, ei’ ... e eu estava quase entrando na cabine, aí eu estranhei aquilo, abri a porta, e falei “oi” ... ela ‘não, você errou o banheiro’ [...] Só que no que eu comecei a conversar com a segurança, veio o segurança masculino, um cara, ‘ei, está tudo bem aí?’ RA.

Como evidenciam ambos relatos acima, o disciplinamento de gênero aparece na figura do segurança ou vigilante, que de maneira geral está cumprindo o papel oficial de cuidado e controle e segurança de pessoas como também de determinados lugares, espaços ou instituições. Mas, esse mesmo segurança torna-se também responsável, de maneira extraoficial, por controlar quem ingressa no banheiro público. Assim, não só defende e garante a segurança das pessoas e dos lugares (de maneira oficial), como também protege e mantém o status quo da política de divisão sexual.

O vigilante dispõe de um poder duplo, por um lado, este é o indivíduo que de forma “oficial” exerce o papel de cuidado e controle, tratando tanto da segurança e proteção das pessoas, como também de determinados lugares, espaços ou instituições. Mas, por outro lado, esse mesmo vigilante é dotado (e favorecido) de uma autoridade extraoficial e informal, por meio da qual passa a controlar e fiscalizar questões que excedem sua função, como por exemplo, o controle sobre os corpos sexualizados que querem usar os banheiros públicos. Assim, o vigilante torna-se responsável por controlar e resguardar não só as pessoas, lugares e instituições como também, deve assegurar que o sexo e o gênero de quem deseje utilizar os serviços sanitários coincidam, em termos de coerência e uniformidade, com uma única representação cultural de homem e mulher.

Por outro lado, cabe mencionar que mesmo que esta autoridade seja desempenhada de forma extraoficial e informal, a mesma não deixa de ter uma legitimidade social e isso se deve, primeiro ao fato de que a heterossexualidade é a norma compulsória, como bem explicou Rich (2010) e em segundo lugar, por causa do bio-poder (FOUCAULT, 2007) enquanto poder coletivo sobre a vida das pessoas, que incide diretamente sobre os corpos, e que torna os sujeitos em seres autocontrolados e autorregulados. Nesse sentido, percebe-se que a ação de controle e vigilância – informal e extraoficial – a respeito de quem pode e quem não pode ingressar no banheiro é uma prática validada social e culturalmente, dado que quem exerce a função de *vigilante* é capaz de reproduzi-lo sem inibição e sem temor de receber advertências por seu comportamento. Portanto, como produto dessa “autorização” social, agora o papel de polícia é coletivo: se produz no nível micro, no cotidiano, entre uns e outros, expressa-se em cada pessoa como um “transfigurar-se” policialesco, agindo como vigilantes sem fardas, obedecendo a estruturas que estabelece o bio-poder e a heteronormatividade.

Do mesmo modo, através da alusão reiterada – por parte das entrevistadas – da figura do vigilante nos banheiros públicos também é possível compreender estes como mais um (dentre tantos) centro panóptico de controle, já que os banheiros públicos instituem na sua

arquitetura e organização que só determinados corpos e representações culturais podem ingressar ou fazer uso dele, tornando-se assim um espaço disciplinar. Em outras palavras, os banheiros públicos, na condição de “mini-panóptico de gênero” (PRECIADO, 2006, p. 3), passam a regular não só a divisão sexual dos banheiros, mas também a segregação dos corpos por gênero, marcando e regulando quem pode e quem não pode ocupar esse espaço.

De maneira similar ao narrado pelas entrevistadas na etapa dois, onde são questionadas e abordadas como se fossem homens e têm que argumentar e provar que estão no banheiro “certo”, nesta terceira etapa também é preciso que qualquer ambiguidade ou desvio de gênero seja reparada. Muitas das mulheres lésbicas entrevistadas, em especial aquelas que são lidas – social e culturalmente – como masculinas ou masculinizadas, são abordadas como se fossem homens, e em seguida, ao compreender que são mulheres com uma performatividade masculina estas são disciplinadas.

Assim, tipo, desde o momento que as pessoas acham que eu sou um homem, eu não sou, sou uma mulher! E além de ser uma mulher, eu sou uma mulher lésbica, então, eu tento reforçar essa visão de que eu tenho um visual n/é? que é considerado pela sociedade que é masculino, não! Não sou, sou o oposto disso! Então, eu tento reforçar isso para as pessoas perceberem e eu acho que a forma de eu responder ou tratar faz com que as pessoas percebam e prestem atenção [...] eu acho que a partir de um outro momento eles vão ter mais cuidado ou vão pensar que ‘ah não, é uma lésbica né, não é um homem’ MF.

No relato acima, MF enfatiza seu desconforto e rejeição de ser vista e apontada como um “homem” e com traços “masculinos”, e lembra que cada vez que isso acontece ela reforça que sua aparência não é masculina, e sim o oposto disso, ela é uma mulher lésbica. De acordo com Halberstam (2008) essa assiduidade com que as mulheres não normativas são confundidas com homens no banheiro público feminino se configura numa “represión del género” [repressão de gênero], e essa repressão acontece de forma diferente no banheiro público masculino:

La frecuencia con la que ‘mujeres’ de género desviado son tomadas por hombres erróneamente en los servicios [baños] significa que un gran número de mujeres femeninas pasan mucho tiempo e invierten mucha energía vigilando a las mujeres masculinas. Por supuesto, algo muy distinto ocurre en los servicios de caballeros, donde es más probable que el espacio se convierta en una zona de ligue que en un lugar para la represión del género. [...] Así, mientras que los servicios de caballeros suelen funcionar como un espacio con una gran carga sexual, donde las interacciones sexuales son promovidas y a la vez castigadas, los servicios de señoras suelen funcionar como un estadio para reforzar la adecuación de género. (HALBERSTAM, 2008, p. 47)¹⁰².

¹⁰² “A frequência com que as ‘mulheres’ desviantes de gênero são tomadas erroneamente por homens nos banheiros públicos significa que muitas mulheres femininas gastam muito tempo e investem muita energia no monitoramento de mulheres masculinas. É claro que algo muito diferente acontece nos banheiros dos homens, onde é mais provável que o espaço se torne uma zona de ligação do que um lugar para a repressão do gênero. [...]”

Após a confusão com os “homens” o disciplinamento de gênero aparece para “reforçar a adequação de gênero”. Neste ato de adequação, também se poderia pensar que o próprio enquadramento, confusão ou leitura das mulheres enquanto “homens” é uma ação de disciplinamento e de normalização, já que se a pessoa apresenta determinadas características ou traços que são julgados como masculinos no banheiro “feminino”, as demais usuárias tentarão automaticamente colocá-la em seu lugar, que, claramente com essa expressão de gênero não é no banheiro de “mulheres”.

Por outro lado, nenhuma das entrevistadas se autodefine ou apresenta como masculina ou masculinizada, mas entendem que estes são atributos estereotipados que de forma cultural a sociedade utiliza para representar as mulheres lésbicas. Consta-se também pelos relatos das entrevistadas, que o adjetivo “masculina” ou “masculinizada” quando atrelado às mulheres lésbicas cumpre o papel de acusação ou notificação pública de que aquela representação cultural não tem um carácter próprio ou natural e seria sim uma imitação da masculinidade dos homens, pelo que socialmente se reprime e penaliza a expressão pública de signos e símbolos de masculinidade feminina.

Desta forma, a interpelação de gênero e três etapas até aqui apresentadas, constituem-se como invocações performativas nos banheiros públicos e contribuem para mostrar que a ideia dos banheiros públicos como espaços neutros é falsa e infundada. Primeiro porque tal lugar foi previamente planejado, quer dizer, existe um desenho arquitetônico, uma “tecnologia de poder” (FOUCAULT, 1984) por trás dessa configuração contemporânea dos banheiros; e segundo porque o banheiro também é um espaço carregado de “tecnologias de gênero”:

Allí donde la arquitectura parece simplemente ponerse al servicio de las necesidades naturales más básicas (dormir, comer, cagar, mear...) sus puertas y ventanas, sus muros y aberturas, regulando el acceso y la mirada, operan silenciosamente como la más discreta y efectiva de las “tecnologías de género” (PRECIADO, 2006, p. S/N)¹⁰³.

Assim, os banheiros públicos enquanto tecnologias de poder e de gênero estão carregados de ações performativas, já que a maneira em que estes são organizados e desenhados vai determinar também a forma em que devem ser utilizados, produzindo assim efeitos disciplinadores e coercitivos para quem não se adequa a eles.

Assim, enquanto os banheiros masculinos tendem a funcionar como um espaço com uma enorme carga sexual, onde as interações sexuais são promovidas e punidas ao mesmo tempo, os banheiros femininos tendem a funcionar como um estádio para reforçar a adequação de gênero” (HALBERSTAM, 2008, p. 47 tradução minha).

¹⁰³ “Ali onde a arquitetura parece simplesmente servir as necessidades naturais mais básicas (dormir, comer, cagar, fazer xixi ...) suas portas e janelas, suas paredes e aberturas, regulando o acesso e a aparência, operam silenciosamente como as mais discretas e eficazes de ‘tecnologias de gênero’” (PRECIADO, 2006, p. S/N, tradução minha).

Para melhor compreender os impactos da segregação sexual e de gênero dos banheiros públicos, tanto nas pessoas como nas formas de organizar a vida em sociedade, podem-se apreciar através do relato de YA.

[...] o banheiro é uma metáfora concreta do que é a hipocrisia brasileira e de outras partes do mundo, em relação ao debate sobre sexualidade e diversidade de gênero. Tudo isso. É uma metáfora concreta, digo metáfora concreta porque explica para gente o que está acontecendo e mostra na prática como acontece. É só um banheiro, né. Mas o problema não é só o banheiro, o problema é o comportamento das pessoas no banheiro. É você olhar para mim no banheiro porque eu estou de cabelo curto, e não sou um homem, provavelmente sou lésbica e vou te atacar ... não vou te atacar, não vou fazer nada, nem vou dar encima de você, no mínimo, né YA.

4.4. Banheiros sem distinção de sexo e gênero

Apesar de que nesta dissertação não se abordam, nem se analisam as classificações e rotulações dos banheiros públicos de forma direta, a temática em si se torna relevante já que as entrevistadas fazem menção a essas classificações e rotulações de maneira reiterada, tanto como uma forma de descrever suas histórias, explicar conjunturas sociais e crenças culturais, como também como uma forma de expressar suas opiniões e posições com relação a implementação de banheiros mistos, unissex ou banheiros de gênero neutro no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo. Diante disso, no seguinte segmento se analisaram os argumentos, pressupostos e justificativas que as entrevistadas enunciaram durante as entrevistas com relação a estes tipos de banheiros públicos. É importante apontar, que as três categorias aqui referidas são apresentadas de forma ilustrativas e não conclusivas, categóricas ou finais.

Como mencionado na introdução desta dissertação, nesta pesquisa não se faz uma diferenciação entre os termos utilizados pelo poder público para distinguir e classificar um “banheiro de uso público” e um “banheiro de acesso público” por entender que em ambas categorias os banheiros são separados por sexo. Contudo, é importante ressaltar aqui o papel do Estado nos banheiros públicos, já que estes passam a legislar, em termos de ordenar através de decretos e leis como se devem compor, organizar e distinguir os banheiros públicos, impondo assim uma determinada concepção dos sexos, dos gêneros e das sexualidades. Neste sentido, na cidade de São Paulo, existem projetos de lei que tanto reforçam a divisão sexual dos banheiros quanto validam a proibição do uso do banheiro do outro gênero. Por exemplo, o projeto de lei 225/2001¹⁰⁴, do Vereador Wadih Mutran: “Dispõe sobre a proibição de colocação

¹⁰⁴ PL 225/2001 <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/projeto-de-lei-camara-municipal-225-de-8-de-maio->

de símbolos específicos não usuais para identificação de banheiros públicos, e dá outras providências”; no artigo 2 diz: “Para os efeitos desta Lei compreende-se como símbolos específicos tradicionais os conhecidos como: ‘Ele’ e ‘Ela’, ‘Senhor’ e ‘Senhora’, ‘Masculino’ e ‘Feminino’. Também se encontra o projeto de lei 715/09¹⁰⁵, do Vereador Claudio Fonseca, que dispõe sobre a instalação de banheiros para uso público na cidade de São Paulo, no artigo 4º diz: “Para os estabelecimentos comerciais usufruírem os benefícios desta lei é obrigatório que os banheiros de utilização pública sejam separados por sexo e tenham acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”. A regulamentação dos banheiros públicos é um exemplo simbólico e material de como opera o “regime de verdade” de Foucault (1993), considerando que para este a *verdade* deve ser entendida como:

[u]m conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade. (FOUCAULT, 1993, p. 14).

Desta forma, a intervenção do poder público mediante a implementação de um regime de verdade heteronormativo e binário nos banheiros públicos, em termos de organização, separação e diferenciação para seu devido uso, contribui para perpetuar a ideia de que estes espaços são neutros e naturalmente divididos, deixando de lado qualquer tipo de tecnologias de poder e de gênero que o comande ou regule.

Também é importante apontar que não existe uma lei ou decreto que vise indicar, em termos de conformação, desenho e arquitetura como devem ser os banheiros mistos, unissex ou neutros. O que existem são decretos e leis nacionais e estaduais que proíbem qualquer manifestação discriminatória por razão de orientação sexual e identidade de gênero nos espaços públicos e privados. Assim, é dentro deste tipo de legislações¹⁰⁶, mais abrangentes, que se enquadra o direito ao uso e permanência de acordo com a identidade de gênero da pessoa nos banheiros públicos e privados, como estabelece a Resolução Federal no. 12, de 16 de janeiro

de-2001.

¹⁰⁵PL 715/09 <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/projeto-de-lei-camara-municipal-715-de-13-de-novembro-de-2009>.

¹⁰⁶ Decreto no. 7388 do ano de 2010 que cria o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de pessoas LGBT (CNCD/LGBT), link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm

de 2015¹⁰⁷ e no âmbito do Estado de São Paulo a Lei nº 10.948¹⁰⁸.

Figura 5: Placa de banheiros em universidades brasileiras¹⁰⁹

A segregação por sexo e gênero dos banheiros públicos atende ao ideal heteronormativo que se apoiou primeiro nas ideias de higiene e saúde pública, e depois na teoria das diferenças biológicas entre homens e mulheres. São diversas as autoras/es (COSTA, 2013; GIOPPPO, 1996; KOGAN, 2007; MARQUES, 1995; PAIVA, 2000; RODRIGUES, 2011; SILVA, 2007) que analisam e descrevem a influência do discurso médico-higienista na estrutura das cidades a partir do século XIX, mostrando, no caso de Costa (2013), como este tipo de linguagem impacta de forma simbólica e concreta na economia e na política urbanas: “a influência da linguagem médica no discurso urbano se concretiza na medicalização da sociedade e do espaço,

¹⁰⁷ Resolução Federal no. 12, de 16 de janeiro de 2015 (DOU nº 48, Seção 1, pág. 3) que “estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização”; no seu Art. 6º - “Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”, link: http://www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx

¹⁰⁸ Estado de São Paulo, lei estadual nº 10.948, versa sobre discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero e no seu Artigo 2 expressa que considera atos discriminatórios: “proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público” <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>

¹⁰⁹ De esquerda à direita: Placa de banheiro na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, ano 2017. Fotografia de Josefina Cicconetti. Placa informativa na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, Brasil, ano 2018. Fotografia cedida por Ellen Amaral.

influenciando as políticas urbanas, as formas de habitar, as práticas de higiene (COSTA, 2013, p. 67).

Desta forma, os hábitos e costumes com relação a saneamento, limpeza e asseio pessoal, em especial ao que diz respeito aos dejetos humanos, começam a ser administrados e regulados pelos Estados: “a Higiene surge como ciência de intervenção” (Ibidem. 2013, p. 67). Através do discurso médico da higiene, diversas instituições e espaços públicos e privados passam a incluir nas suas instalações lugares específicos para gerir os dejetos humanos: banheiros públicos. Contudo, a inclusão dos banheiros públicos vê-se marcada pela concepção vitoriana que primava naquele momento sobre a sociedade, que entendia haver uma diferença não só anatômica mas também de posições sociais entre os sexos, e compreendia “a” mulher através de certas virtudes, entre as quais se destacam a fragilidade e delicadeza, também entendidas como vulnerabilidade, a feminilidade e o cuidado do lar, do marido e dos cuidados dos filhos (KOGAN, 2007). Desta forma, para preservar essas “virtudes”, era preciso que as instalações sanitárias sejam feitas de forma separada entre homens e mulheres, brindando assim, tanto uma imagem de segurança como de privacidade das mulheres:

Given human biological needs, public buildings require public restrooms. Given two sexes and concerns for privacy and safety, the law needs to mandate that public buildings provide separate facilities for men and women and, in turn, that persons of one sex be prohibited from entering the restroom designated for the other (KOGAN, 2007, p. 3)¹¹⁰.

A implementação generalizada de banheiros públicos em Europa, segundo explica Preciado (2006), vai ocasionar que estes lugares redefinam e ampliem suas funções e se transformem um espaço que vai além do seu papel inicial (gerir os dejetos humanos) e se tornem também lugares de “vigilância do gênero” (PRECIADO, 2006, p. S/N).

Assim, primeiro, através de argumentos médicos e de saúde pública se passa a administrar as cidades e depois, por meio da arquitetura e da premissa do cuidado e vulnerabilidade das mulheres, passa-se a segregar o espaço público, no qual os banheiros estão inseridos. Por conseguinte, os banheiros públicos são também lugares separados por sexo e gênero. Esta divisão cria fronteiras de gênero e institui os banheiros públicos como lugares de vigilância e controle.

De acordo com relatos de algumas das entrevistadas, os banheiros mistos, unissex e

¹¹⁰ Dadas as necessidades biológicas humanas, os edifícios públicos requerem banheiros públicos. Dado que existem dois sexos e as preocupações com privacidade e segurança, a lei passa a determinar que os prédios públicos forneçam instalações separadas para homens e mulheres e, por sua vez, que as pessoas de um sexo sejam proibidas de entrar no banheiro designado para o outro (KOGAN, 2007, p. 3 Tradução minha.).

neutros não são acolhidos na sociedade paulista precisamente por esses valores da sociedade vitoriana, em termos de um discurso médico-higiênico, focado nas virtudes das mulheres e na garantia de segurança e privacidade destas. Assim, estes valores e princípios se encontram arraigados na cultura da realidade estudada, pelo que pensar em formas alternativas de administrar os espaços destinados aos dejetos humanos demanda romper com esse paradigma de pensamento.

4.4.1. Banheiros unissex: entre motivos e pretextos

Nos relatos que se seguem, é possível identificar como estas categorias se apresentam nas narrações e explicações dadas pelas entrevistadas. Por um lado, aparecem explicações que fazem referência a questões de diferenças nos hábitos de *higiene* entre homens e mulheres:

[...] porque tem várias coisas né, primeiro porque tem vários mitos, né. Um é que homens são porcos e meninas então são limpas, assim, todo mundo deveria ser limpo, mas enfim, homens são por natureza porcos, então você não pode usar porque você vai pegar doenças, porque você vai [...] tem toda uma série de imaginários em relação a isso, eu acho que essa é uma questão, a outra é que você vai ficar mais vulnerável, né RQ.

Neste trecho, RQ dá uma dupla explicação, primeiro identifica a existência de diversas crenças com relação aos banheiros unissex e logo passa a expor dois fortes mitos que coibiriam a implementação de banheiros sem distinção de sexo e gênero, um com relação a falta de higiene dos homens, pelo simples fato de serem “homens” e a outra com relação a concepção de vulnerabilidade das mulheres.

Desde a perspectiva de RA, o problema dos banheiros chegaria ao fim se as placas que identificam os banheiros em termos de masculino e feminino fossem retiradas, e além disso se que estes espaços permaneceriam limpos. Enquanto isso não aconteça, subsistirão os problemas nos banheiros públicos.

[...] eu acho que a retirada dessas plaquinhas [portas dos banheiros] e as possibilidades de que seja um banheiro, um banheiro limpo né, que todas as pessoas possam utilizar e manter aquele lugar desse jeito, pronto acabou, resolveu. Mas não, a gente, primeiro que é isso, limpo porque os homens fazem não sei o que, ou as mulheres fazem não sei o que, então fica todo um criasse né [...] RA.

Tendo em conta que ainda prevalece, na realidade estudada, a visão vitoriana, machista e paternalista sobre “a” mulher, a maioria das críticas aos banheiros unissex, mistos ou neutros apelam a essa figura da mulher, enquanto sujeito vulnerável, desprotegido e indefeso, que precisa então ser protegida, tanto em termos simbólicos (no discurso) como nos espaços

concretos (os banhos públicos) assegurando que tenham um lugar que lhes dê confiança, segurança e proteção. Desta forma, muitas das entrevistadas colocam que o aspecto do medo e insegurança que as mulheres sentem, sobretudo com relação ao assédio sexual e estupro, representa um dos fatores que as pessoas levam em consideração no momento de pensar em implementar banheiros unissex.

[...] não sei talvez a coisa mais forte para mim seja isso, a gente não se sente segura no espaço público, e o banheiro feminino acaba sendo um lugar onde pretensamente a gente acha que vai se sentir mais segura, e aí quando uma pessoa, que a gente entende como transgressora do que é ser mulher, ou seja, uma lésbica masculinizada né, com essa aparência masculinizada, ou uma mulher travesti ou transexual, enfim, uma mulher de pau, a gente acha que é uma barreira aí foi quebrada, e esse medo de estar dividindo esses espaços significa necessariamente estar se expondo ou estar disponível sexualmente para uma outra pessoa, né CF.

O trecho acima expõe que seriam o temor e a falta de segurança das mulheres no espaço público os motivos pelos que se veta a implementação dos banheiros unissex. O relato também permite perceber (mais uma vez) que o banheiro público contemporâneo é um espaço construído, e como tal, se fez baixo a premissa do sistema heteronormativo, onde seu uso é exclusivo para “a” mulher e é esse fator de exclusividade, em termos biológicos, o que o torna “seguro”. Desta forma, o banheiro público representa a última trincheira do sistema heteronormativo, já que define e aponta (por exemplo nas placas dos banheiros) quais são as representações culturais que podem ingressar, ocupar e permanecer neles e também marca e classifica a quem não se adeque às normas de inteligibilidade social heteronormativas e pretenda ingressar no banheiro, que no relato de CF, seriam as representações culturais “transgressoras do que é ser mulher”.

Num relato similar, LB atribui o medo que as mulheres sentem ao utilizarem banheiros mistos ou unissex ao fato de que estes estão inseridos no espaço público, que representa para estas um espaço de vulnerabilidade.

[...] o medo das mulheres terem dentro do seu espaço de intimidade, onde elas vão se vestir, um elemento ali que seja ameaçador para esse espaço. Que é um simples fazer xixi, mas é onde eu tiro minha calça, onde tiro minha calcinha, onde eu me sinto mais vulnerável, principalmente porque eu estou fazendo isso dentro de um espaço público. E que eu não sei quem é que está entrando ali. Inclusive pensando que boa parte das violências sexuais que as mulheres sofrem estão dentro do espaço privado de vida, então se é um espaço público isso é mais ameaçador ainda, né LB.

Assim, nestes dois relatos se confrontam visões com relação ao público e o privado como também se reforçam os papéis de gênero. É justamente porque o banheiro possibilita esse cruzamento entre os espaços, como bem assinalam Sempol e Montano (2018): “[L] os baños

públicos traen lo privado a lo público y mantienen ambas dimensiones en acción a través de su arquitectura. Por ello son un espacio importante para el reforzamiento de los roles de género, la sexualidad y las relaciones de poder” (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 23)¹¹¹.

Outro motivo pelo qual a inserção de banheiros mistos, unissex ou neutros é criticada e vetada socialmente é a concordância com tabus e preconceitos arraigados na cultura da realidade estudada. Tal é assim, que de acordo com CF, enquanto não se abordem temas como educação não sexista nas escolas ou não se discutam as relações desiguais entre homens e mulheres, as pessoas vão encontrar dificuldades em considerar e compreender o que está por trás dos banheiros unissex. CF enfatiza então, que, para poder considerar a instalação de banheiros unissex, a sociedade antes deve se questionar por que as mulheres não se sentem seguras nos espaços públicos? E qual é o papel dos homens e da educação nesse sentido?

[...] eu acho que tipo assim, é meio assim, é a gente falar sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade, né. Então se a gente não aborda, se a gente não tem uma educação não sexista nas escolas, se a gente não, se as escolas não estão preparadas para não reproduzir as relações desiguais entre homens e mulheres né, então a gente vai ter dificuldade de encarar os banheiros unissex. Eu não estou dizendo que uma coisa só pode acontecer se a outra acontecer antes, mas eu acho que uma questão importante é a gente discutir, por exemplo, a questão da violência né. Por que que as mulheres não se sentem seguras nos espaços públicos? Porque que os homens têm que ser educados num padrão agressivo e predador, de sexualidade, de vivência de sexualidade, então, aquele debate que a gente faz em relação a cultura do estupro, é o debate que a gente faz em relação a violência né, as mulheres não são objeto, o fato de a gente estar nos espaços públicos não significa que estamos disponíveis, né. Eu acho que caminha nesse mesmo sentido CF.

Além disso, o relato de DC abaixo, entende que aqueles que se opõem aos banheiros unissex se aproveitam do discurso de segurança e proteção das mulheres, colocando o foco exclusivamente no espaço físico, ao invés de indagar ou questionar quem leva adiante os atos de violência contra as mulheres. Desta forma, DC conclui que o problema da violência contra mulher não decorre do ambiente em si mesmo, e sim de uma questão cultural.

[...] a sexualidade é um tabu, eu acho que a também uma questão, que eles [grupos conservadores] se preocupam muito, que é a violência com a mulher, né. O assédio que é tão cultural e é tão comum o homem achar que ele pode abusar de uma mulher, que talvez ela esteja mais fragilizada nessa situação. O que eu acho um absurdo, porque se isso acontecer você tem que adequar a pessoa que está assediando a mulher e não é o problema do banheiro. Problema é esse cidadão que está assediando, então eu acho um argumento vazio, um argumento que não é sólido, mais que nas cabeças tradicionais assim, de pessoas que têm uma limitação para pensar em algo maior, eu acho que isso é

¹¹¹ “Os banheiros públicos trazem o privado para o público e mantêm as duas dimensões em ação através de sua arquitetura. Portanto, eles são um espaço importante para o reforço dos papéis de gênero, sexualidade e relações de poder” (SEMPOL; MONTANO, 2018, p. 23 Tradução minha).

um argumento que eles usam muito contra as políticas públicas, essa ideologia de ter um banheiro unissex DC.

Dentro desse leque de perspectivas e considerações com relação aos banheiros públicos unissex ou neutros, apresenta-se também o preconceito e o estereótipo com relação as pessoas LGBT, como evidenciam os relatos a seguir:

[...] eu acho que é pela questão do transexual, n/é? Porque eu acho que aí que pega mesmo, porque a grande razão dos banheiros hoje começarem a ficar unissex é o fato dos transsexuais poderem usar o banheiro CR.

Então elas [outras usuárias] acham que por eu sentir atração sexual por mulheres ou atração ou afetividade por mulheres, necessariamente eu vou, entendeu, vou atacar no banheiro. E é isso que inclusive rola a discussão hoje para a legislação perante banheiros unissex no Brasil. Eles não querem aprovar banheiro unissex porque eles acham que quando uma travesti entra num banheiro feminino as mulheres podem ser estupradas [...] é claro que a gente tem que tomar ... prestar muita atenção em relação a vulnerabilidade de mulheres, só que ao mesmo tempo, é do direito de quem é mulher sem buceta, fazer xixi onde quiser, não é? CF*.

Todos os relatos e narrativas acima colocadas mostram a diversidade de perspectivas e categorias que se mobilizam quando se questiona o que é considerado como “natural”: o banheiro público. Ao trazer à tona, de maneira analítica, as diferentes problematizações e ponderações que as entrevistadas fazem com relação aos banheiros sem distinção de sexo e gênero, torna-se possível aproximar-se das considerações e noções que circulam na sociedade contemporânea e com as quais elas convivem e a partir das quais criam outras formas de ser e estar nesse espaço.

4.4.2. O caso do banheiro unissex na PUC SP

Durante o trabalho de campo, ocorreu um fato simbólico e relacionado com os banheiros sem segregação sexual e de gênero. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP) instalou no campus Monte Alegre, em Perdizes, região oeste de São Paulo, um banheiro unissex e divulgou essa notícia em sua página de Facebook onde colocou:

A PUC-SP, atenta à diversidade de sua comunidade universitária, composta por alunos, professores e funcionários, buscou contemplar a todos com a implementação de um banheiro unissex. A Instituição ressalta que estes sanitários são de uso comum, não direcionados a públicos específicos¹¹².

Este fato serviu como exemplo propulsor para perguntar as entrevistadas sobre suas perspectivas e opiniões com relação a institucionalização deste tipo de banheiros.

[...] então, eu acho estranha assim essa questão do banheiro independe de

¹¹² Ver mais aqui <https://www.facebook.com/PUCSP.Oficial/posts/1817291178299225>

gênero, né. Porque depende [...] assim, às vezes a gente problematiza mas são coisas simples. Por exemplo, o banheiro da sua casa, os homens e as mulheres usam livremente. Ou por exemplo, quando você vai num bar e só tem um banheiro ou numa loja que só tem um banheiro, então são banheiros unissex. E aí, coincidentemente a PUC está criando um banheiro unissex que gerou algum problema, alguma polêmica e tal. Mais, e aí eu até achei curioso porque eu sofri esse tipo de coisa no banheiro da PUC né [risos]. Mas eu acho que as pessoas criam problemas aonde não existe porque se fosse um lugar onde só tivesse um banheiro, homens e mulheres, ou todas as categorias de gênero iam usar tranquilamente. Eu, particularmente, prefiro banheiros exclusivos para mulheres assim. Porque eu também não quero ficar interagindo com os homens MF.

De acordo com CF*, a instalação de um banheiro unissex na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) advém de uma ausência de “respeito ao gênero” das pessoas, e então ao invés da instituição resguardar e acolher a multiplicidade de identidades de gênero, cria um “terceiro banheiro”. Além disso, CF* considera que a implantação de um banheiro unissex não é a resposta nem a solução para que pessoas dissidentes da norma heteronormativa utilizem os banheiros, nem tampouco é o estabelecimento de um vagão rosa¹¹³ a solução para a violência e do assédio sexual contra as mulheres.

O que tem que ter na PUC é respeito. Não é um terceiro banheiro, é respeito ao gênero, respeito a espaços ocupados, se for assim de aqui a pouco vai ter um banheiro para preto. [...] eu acho que contribui para as pessoas que não têm o gênero respeitado, porque elas se sentem mais confortáveis indo no banheiro unissex do que, por exemplo, uma travesti entrando no banheiro feminino e sendo esculachada. Para travesti vai ser muito mais confortável mijar agora, só que é o direito de ela poder entrar no banheiro feminino. E esse direito por não ser respeitado, que surge a necessidade de um banheiro unissex. É tipo o vagão rosa, o vagão rosa não deveria existir, deveria existir respeito. Só que já que não existe, vamos botar todo mundo, todas as mulheres num vagão só CF*.

Este vínculo que CF* faz entre a criação de um banheiro unissex e a implementação do vagão rosa exclusivo para as mulheres, obedece mais a uma nova forma de segregação, tanto das “mulheres” como das pessoas trans, travestis, transgênero e não-binárias, dos espaços públicos do que uma maneira de protegê-los da violência e discriminação ou de incluí-las na vida social (FABRIS CAMPOS, 2015). Esta forma de segregação, enquanto medida e política de transição, não favorece nem contribui com a eliminação da violência e o assédio sexual contra as mulheres. Sobre esta questão, vale apontar para o trabalho de Albuquerque (2017)

¹¹³ Denominação atribuída ao projeto de lei de 2006, que estabeleceu o uso exclusivo para mulheres de vagões no serviço ferroviário e metropolitano do Estado de Rio de Janeiro. <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/8b7edb66591cb20b832571450063d55e?OpenDocument>. No Estado de São Paulo, o projeto de lei 175/2013, que buscava implementar a mesma disposição do vagão rosa do Rio de Janeiro, foi vetado após manifestação de diversos movimentos feministas. Link da lei: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1123031>. Link movimentos feministas: <https://marchamulheres.wordpress.com/tag/projeto-de-lei-1752013/>

quem ao analisar a implementação de um vagão único para mulheres diz:

Os principais argumentos, dirigidos contra a política de vagões únicos como um todo por movimentos feministas, são, primeiro, que a segregar, em si, não tem potencial para solucionar a questão, nem mesmo a longo prazo. Ao criar espaços diferenciados, deixa-se a cultura patriarcal intacta, de forma que, fora deles, as mulheres estarão sujeitas aos mesmos riscos, ou piores (ALBUQUERQUE, 2017, p. 5).

De maneira similar, o estabelecimento de banheiros exclusivos para pessoas LGBT não suprime o preconceito, a discriminação e a violência contra eles, como tampouco leva em consideração a existência de pessoas não-binárias ou *queers*, ao contrário disso, reforça a segregação do espaço público destas representações culturais e mantém no centro do discurso o modelo heterossexual.

[A] criação dos banheiros LGBT em espaços públicos como bares, restaurantes, quadras de samba e feiras agropecuárias, pautada na ideologia de uma opção a mais para um não lugar, vai por si só contra toda a proposta do que seriam os não lugares. Notou-se que essa prática se constitui como algo que, se não objetiva a segregação, acaba por contribuir com ela. Dizer que há um lugar exclusivo para a comunidade LGBT é o mesmo que dizer que essas pessoas não são como as demais e, portanto, precisam ser excluídas dos ambientes comuns aos heterossexuais (NATT; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 33).

Desta forma, este tipo de medidas tornam-se disposições paliativas, que reforçam a ideia machista e heteropatriarcal que, por um lado, entende que a melhor forma de proteção e segurança das mulheres (cis e heterossexuais) é a segregação do espaço público, historicamente ocupado por homens, e com relação a diversidade de expressões culturais o sistema heteronormativo entende que os “inclui” ao criar espaços exclusivos para estes, sem se questionar que dessa forma os situa como “diferentes” da norma e os distancia do restante da sociedade.

[...] eu acho que nenhum banheiro deveria ser [...], todos os banheiros deveriam ser unissex, na minha opinião. Porque eu acho que todo mundo vai para banheiro igual, entende? Você vai entrar num banheiro para mijar, sei lá que mais ... cagar, enfim, você está indo no banheiro como qualquer pessoa, e na minha opinião todos os banheiros tinham que ser unissex. Na sociedade machista em que vivemos, a gente tem também o perigo do banheiro ser unissex porque infelizmente os homens ainda são criados para não controlar o próprio tesão, né. Então eles são criados para mostrar que eles estão com tesão o tempo inteiro e se ele não mostra tem uma coisa errada com ele, digamos assim, né. Então, é uma questão de proteção da mulher ao mesmo tempo você ter o banheiro feminino [...] o que eu acho horrível né, porque você tem que separar para você proteger, é a pior coisa! Foi nem que a história do vagão também que apareceu que não entrou depois né, não virou lei de fato [...] o vagão rosa. Não faz sentido você me separar, você tem que ensinar, você tem que educar as pessoas a entender que o cara não pode roçar o pinto dele numa mulher, entende? Como uma mulher não vai chegar roçando, porque a mulher aprendeu

que ela tem que se controlar, o contrário, né. Ela não pode mostrar que está com tesão porque senão ela é vagabunda. O homem se ele não mostrar, ele é bicha CR.

Por outro lado, YA não tem a impressão de que o banheiro unissex na PUC-SP seja uma grande novidade ou inovação, uma vez que o mesmo a faz lembrar dos banheiros que utilizava na escola primária. Contudo, YA analisa que a falta de educação sexual como também a escassez de diálogo sobre identidade de gênero faz com que a sociedade brasileira julgue os banheiros unissex como uma afronta, sem levar em consideração que nas suas próprias casas os banheiros são unissex ou o fato de que se deve educar aos homens para respeitar as mulheres e as pessoas travestis.

Eu, super achei bacana o banheiro da PUC, fiquei até com vontade de ir nesse banheiro, ainda vou lá na PUC só para ir nesse banheiro ... achei uma iniciativa que parece super moderna mas é o mesmo banheiro de quando eu estava na 4ª série, certo? Não é uma supermodernidade assim e tal [...] nossa sociedade brasileira assim como em outros lugares do mundo, é muito hipócrita e não vem desenvolvendo discussões nas escolas, nas universidades, nos outros espaços, sobre sexualidade e sobre identidade de gênero, sobre sexo, né. E aí isso faz com que as pessoas tenham esse medo, essa afronta, se sintam 'ah eu estou sendo afrontada de ter um banheiro unissex', sendo que na casa de todas as pessoas o banheiro é unissex. Aqui em casa tem um banheiro, todo mundo tem que usar esse banheiro, né. Mas aí você pensa sempre no abusador, na violência, porque? Porque a gente nunca fala sobre sexo, a gente nunca fala sobre um homem respeitar uma mulher, ou sobre um homem heterossexual respeitar uma travesti. E essa carência desse debate, dessa discussão, dessa conversa franca, educativa, que mostre a própria diversidade sexual [...] YA.

A perspectiva de RA é similar as de CF* e YA no sentido de não considerar o banheiro unissex implementado pela PUC- SP como algo vanguardista, posto que o progressista ou revolucionário, segundo RA, seria que todos os banheiros fossem utilizados por todas as pessoas. Através do seu relato RA coloca em discussão se a implementação de banheiros unissex, neste caso em particular na PUC SP, obedece a uma política da universidade e que envolve e demanda não só a implementação de banheiro unissex, mas sim o compromisso institucional de acolher, discutir e dar respostas a questões estruturais que dizem respeito a diversidade sexual e de gênero.

[A] PUC dizer que tem um banheiro unissex né, não fui lá, mas também eu fico pensando, nossa que jogada de marketing da PUC né e que inferno fazer um terceiro banheiro, né. Porque ela não pôs todos os banheiros unissex. [...] acho que a PUC tem uma vanguarda também em algumas questões, mas isso é trazer o holofote pra si, e trazer o holofote pra si também é angariar novos clientes, clientes que estariam nesse cenário [...] diversos, cult, sei lá, mas buscando um espaço acolhedor para essa diversidade, entende? Então acho ótimo que ela

[PUC SP] está discutindo, mais para mim o revolucionário seria todos os banheiros, todas as pessoas podem usar. [...] mas é isso, se é de fato inclusiva a gente banca sabe ... se é de fato inclusão a gente vai bancar, se é uma decisão da universidade falar “aqui a gente discute diversidade, aceita e estamos juntos e lutamos em pró de tudo isso”, então tá, eu não sei como andam as questões por exemplo de uso do nome social, no tratamento do cotidiano mesmo, eu não sei como anda isso. Porque aí seria interessante se é uma política da universidade, e eu sei que algumas pessoas, conheço professoras e professores lá dentro que são muito bons e que realmente discutem isso, mas não sei se essas pessoas estão sendo ouvidas na universidade né RA.

Desta forma, fica claro que os banheiros mistos se apresentam como uma resposta de transição que apesar de questionarem em princípio a segregação sexual dos banheiros, não chegam a modificar estruturalmente as dicotomias da construção de gênero.

4.4.3. Alternativas aos dilemas dos banheiros unissex

Segundo se desprende das narrativas das entrevistadas até aqui analisadas, os principais dilemas que atravessa a realidade pesquisada, com relação a implementação de banheiros sem distinção de sexo e gênero, guardam relação com essa lista de motivos, considerações e crenças que abarcam desde questões de higiene e limpeza do espaço, passando por questões de segurança e assédio sexual, até chegar em ideias ou convicções preconceituosas com relação a multiplicidade de representações culturais presentes na sociedade. Entretanto, muitas das interlocutoras expressaram ideias e caminhos, em forma de resposta ou alternativa a este dilema que a sociedade paulista ainda não soube vencer.

Dentro da variedade de ideias e possibilidades que as entrevistadas assinalaram para abordar esta questão, a opção que teve maior destaque nas suas falas esteve vinculada, de forma geral, com a educação. A partir da educação, outras categorias e questões foram pautadas, como uma pedagogia não sexista, não heteronormativa, plural, baseada no respeito às diferenças, com atenção na linguagem e nos símbolos, enquanto estruturas que não só impõem relações de poder, mas também contribuem em manter o status quo e reforçar o machismo, a misoginia, o heteropatriarcado e a homolesbotransfobia (CAVANAGH, 2010; CRANNY-FRANCIS et al., 2003; GRIFFIN, 2009; HALBERSTAM, 2008, 2018a; KOGAN, 2007; MOLOTCH; NORÉN, 2010; RIGGLE, 2018; SKEGGS, 2001).

Assim, todos estes temas têm como eixo transversal desenvolver e potencializar, a partir da educação, espaços e lugares não segregacionistas.

[...] é uma coisa tão simples de ser resolvida [divisão dos banheiros]. É só nas escolas fundamentais você tirar gênero dos banheiros CF*

Acho que as crianças deveriam aprender na escola a usar o banheiro feminino e masculino, uma coisa só. Porque é assim, na escola você está formando, e na vida sabe, quando você chegar aqui, você entra num banheiro que está desocupado, você não precisa ficar esperando e tal, né RQ

[...] eu já pensei tanto sobre isso [divisão sexual dos banheiros públicos] ... não tenho uma opinião fechada mais, quando eu era criança, eu lembro muito bem que o banheiro era unissex ... na escola, primaria né, tipo, até 4ª série a gente usava o mesmo banheiro, meninos e meninas. A gente fazia filinha de meninos e meninas. E eu lembro que da 3ª para 4ª série a professora começou a mudar isso. Ela separava uma fila de meninos, e uma fila de meninas para usar o mesmo banheiro! [...] mas eu lembro dessa imagem das filinhas, porque antes era uma só ... aí foi separando. E a gente começou na 5ª série a usar o banheiro separado. [...] e eu gostaria que fosse assim [banheiro unissex], mas para ser assim quando a gente vai crescendo teria que, em determinado momento, não ter havido aquela divisão de filas, de meninos e meninas. Para que a gente continuasse entendendo que tem que respeitar YA

Mas a minha grande questão hoje é realmente essa questão da educação das pessoas, e principalmente das mulheres, né. Trabalhar muito com elas, com as coisas que elas falam, com as palavras usadas para se referir as pessoas ... tipo, 'não pode', mas porque que não pode? Não pode porquê ... mano, tipo porque que uma mulher não pode estar de shortinhos curtos num calor de 35º, sabe? E porque ela não pode estar com a barriga de fora? Ela está se oferecendo? Não, ela está vivendo a vida dela. Por que que a gente está falando isso dela também? Porque se a gente não modificar a nossa própria fala não tem como a gente modificar o resto, né. Então, acho que tem que começar a partir de nós e trabalhando e educando as pessoas mesmo, acho que é isso. Tem que ensinar as pessoas e principalmente agir com naturalidade, porque se a gente não agir com naturalidade e fica fingindo ou fica com medo de falar, as vezes só está dando mais ouvidos para aquilo ... reproduzindo aquilo, né. Então, a gente tem que ir modificando a nossa maneira de falar sobre nós, sobre outras mulheres, sobre homens e aí aos poucos a gente vai educando as pessoas, porque isso é cultura né, e cultura está acima da lei, né, essa que é a verdade! [...] se a gente não começar a ser educados enquanto pessoas e não como homens/mulheres nada disso muda, nada disso muda! RC

Os quatros relatos acima, conforme vão sendo lidos, eles vão se complementando. Parte-se de um conceito claro e que transmite uma impressão de ser fácil e acessível “é só nas escolas fundamentais você tirar gênero dos banheiros CF*”; logo passa-se para a ideia que entende que se se eliminassem as categorias que dividem os banheiros em termos de masculino e feminino nos banheiros nas escolas, e se passasse a unificar estes num banheiro só, logo as pessoas passariam a utilizar o banheiro que estivesse desocupado, sem importar as plaquinhas que separam “acho que as crianças deveriam aprender na escola a usar o banheiro feminino e masculino, uma coisa só RQ”; o terceiro relato se integra aos anteriores e além disso complementa com uma experiência pessoal, narrando suas lembranças escolares com relação aos banheiros e o efeito que teve nela o momento em que os banhos começam a ser divididos entre meninos e meninas, concluindo que o modelo de banheiro deveria ser aquele, onde não

havia uma separação, por que com isso se educava no respeito “até 4ª série a gente usava o mesmo banheiro, meninos e meninas. E eu lembro que da 3ª para 4ª série a professora começou a mudar isso YA”; para chegar no fechamento dessas ideias através do quarto relato, onde se há uma espécie de súmula de todas as questões, mas também outras se juntam e oferecem uma compreensão integral na qual aponta para questões culturais vinculadas com o machismo, o preconceito e o uso da linguagem, enquanto meio que leva adiante uma política de relações de poder e de gênero:

A gente tem que ir modificando a nossa maneira de falar sobre nós, sobre outras mulheres, sobre homens e aí aos poucos a gente vai educando as pessoas, porque isso é cultura né, e cultura está acima da lei, né, essa que é a verdade! [...] se a gente não começar a ser educados enquanto pessoas e não como homens/mulheres nada disso muda, nada disso muda! RC.

Finalmente, e como modo de fechamento desta parte, coloco a seguir o último trecho da entrevista de DC. Nesta narrativa, DC faz uma análise e recapitulação de tudo o que foi dialogado na entrevista. Assim, inicia seu relato a partir de uma análise de conjuntura política e social do Brasil, explicando uma disputa de poder entre duas dinâmicas que conformam a sociedade brasileira, uma voltada a uma linha mais tradicional ou conservadora, composto por pessoas que não são abertas a discutir questões como gênero e educação sexual e, uma outra vertente, neste caso mais progressistas que a anterior, que se dispõe a questionar e romper com os moldes heteronormativos preestabelecidos. Ao ir explicando como essa disputa funciona, em termos simbólicos e materiais, DC também coloca em pauta, e a partir de uma perspectiva muito otimista, os avanços que se obtiveram nos últimos anos e sua projeção com relação ao gênero fluído e ao fim dos banheiros segregados por sexo e gênero:

Bom, eu acho que mesmo nesse cenário que parece assustador, né. Eu acho que forças cada vez mais tradicionais se levantam, mas eu acho que eles se levantam como uma resposta, eu acho que eles sempre estiveram aí, quem não estava aí antes era essa discussão de gênero. Então, por mais que a gente tenha que lidar com pessoas com cabeças tão limitadas e que cospem discursos assim de séculos passados, discursos antes de Beauvoir, sabe, ainda. Eu vejo de uma maneira otimista porque eu acho que é uma resposta a algo que está acontecendo, e esse está acontecendo é a primeira vez. Então claro que tem que ter muito cuidado, mas eu acho que a gente está tendo essa discussão, a PUC está colocando o banheiro unissex, a gente está discutindo a possibilidade de ensinar gênero na escola, eu acho isso extremamente positivo, e é claro que vai ter uma resposta né, mas eu acho que toda revolução é feita primeiro, por uma minoria, nunca por uma maioria. A maioria tende a ser, não queria usar a palavra burra, mas ela tende a se ater a tradição né. Ela tem medo do novo, tem medo das ideias novas e tal, mas eu acho que do fato de ter, mesmo sendo uma minoria, falando de maneira articulada, isso não é à toa para mim. Eu acho que a gente tem estudos acadêmicos muito consolidados hoje em dia, a gente tem argumentos muito bons sobre gênero, argumentos que a gente não tinha 50 anos atrás, eu acho que esse tipo de argumento, que é muito mais inteligente, que

demonstra um avanço da capacidade humana de pensar o gênero, eu acho que ele tende a vencer. Mas eu acho que não vai ser fácil, vai ter essas cabeças retrógrada, vai ter uma luta por manter uma tradição que evidentemente está falida para mim, eu acho que estamos vivendo um gênero fluido, ele está se corroendo, ele está se acabando e eu acho que isso tem muito a ver com a liberdade das mulheres, né. Então, a partir do momento em que a mulher toma um lugar no mercado de trabalho, toma uma posição, faz coisas que teoricamente não era para ela fazer ... quer dizer, todas essas visões arcaicas de gênero começam a se quebrar, começam a não funcionar mais no dia a dia das pessoas, então eu acho que tende a vencer. Eu sou otimista em relação a isso. Eu acho que esses argumentos são muito baseados num mundo que não existe mais. Então o mundo mudou. Essas ideias de gênero não vieram à toa, não surgiram do nada, elas surgiram de uma interpretação de mundo que está aí. E as lésbicas estão aí também, então a gente vai fazer barulho, mas vai ter resposta, a tradição sempre responde. Mas eu sou otimista, eu acho que a gente vai ter banheiros unissex e isso não vai ser um grande problema no futuro DC.

Assim, como analisado anteriormente, este processo de diferenciação baseado no sexo e nas características atribuídas a estas pessoas dá lugar a estereótipos culturais, que recaem especialmente sobre aquelas representações sexogenéricas dissidentes da norma heterossexual, no sentido de que não evocam os traços sexogenêricos preestabelecidos. A diferenciação social entre os indivíduos se baseia na percepção das diferenças entre os sexos, que devem se expressar nos corpos, nas identidades e nas subjetividades. De fato, como tem sido analisado, nas relações sociais as pessoas são treinadas pelo sistema binário heteronormativo para ressaltarem traços ou características sexuais, os quais devem ser sempre legíveis e inconfundíveis dentro do binômio mulher/homem.

5. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão aqui colocada, aspira contribuir para uma visão mais plural e menos ingênua, em termos de não mais mascarar ou camuflar as reais causas e intenções da segregação sexual dos banheiros, descortinando assim as manipulações e os efeitos da política de gênero a partir das experiências das mulheres lésbicas entrevistadas. No nível teórico, busca quebrar as barreiras simbólicas, culturais e estruturais que se utilizam como justificativa sobre a divisão sexual dos banheiros. De fato, o sistema heteronormativo que atua de maneira “imperceptível” nos banheiros públicos, domesticando a diversidade de formulações de gênero, impacta no ir e vir ao banheiro daquelas significações sociais e culturais dissidentes da norma heterossexual, em outras palavras, demarca fronteiras identitárias.

Apesar de não ter sido um objetivo desta investigação, a pesquisa viu seu primeiro resultado antes de estar finalizada, quando se constituiu como uma política institucional ao interior do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, por meio da modificação da segregação dos banheiros públicos dessa casa de estudos.

Ao longo de 2018, realizei algumas viagens pessoais a Portugal, especificamente a cidade de Coimbra. Durante esse tempo, fiz uso das instalações do CES, especialmente da Biblioteca Norte/Sul. No mês de agosto, durante uma das visitas, percebi que as casas de banhos (banheiros) localizados no mesmo andar que a biblioteca eram utilizados de maneira indistinta por “homens” e “mulheres”, quer dizer, utilizava-se o banheiro que estivesse livre. No entanto, em cada porta dos sanitários havia uma placa com um símbolo que indicava que os mesmos eram divididos por sexo e gênero. Apesar desta prática de uso do banheiro independentemente do que as placas indicavam, a instituição não problematizou isto e tampouco se fez eco da persistência da simbologia binária nos banheiros. Diante disso, encaminhei uma carta ao Conselho Científico do CES¹¹⁴. Argumentei que, considerando a produção científica do centro de estudos, que é a crítica ao pensamento binário-dicotômico da modernidade ocidental, eurocêntrica, colonial, heteropatriarcal e capitalista, considerava importante chama-los e chama-las a refletir sobre os sentidos e signos que atribuímos aos espaços de uso comum. Também sinalizei que chamava a essa reflexão com base na pesquisa que estava desenvolvendo dentro do programa de Pós-graduação em Estudos Culturais na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Aderiram-se a carta, mais de 40 pessoas,

¹¹⁴ Carta ao Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais, Apêndice D da pesquisa.

entre as quais há uma diversidade sexogenérica, uma pluralidade de áreas de atuação e estudo, e de nacionalidades. Em novembro do mesmo ano, recebi por parte de uma amiga, a fotografia que segue¹¹⁵. A mesma, refere-se às portas dos banheiros do segundo andar do CES. Na fotografia, pode-se ver que as placas foram alteradas, já não há mais um signo ou figura que indique uma divisão por sexo ou gênero entre os sanitários. O que há agora é uma placa com a abreviação da palavra em inglês “Water Closet” (WC) [banheiro]. Cabe ressaltar também que, não foram só estas instalações sanitárias (do segundo andar) as que tiveram os signos modificados, também se alteraram as placas de todos os banheiros públicos do centro de estudos.

Figura 6: Banheiros do Centro de Estudos Social (CES)¹¹⁶

¹¹⁵ No dia 5 de novembro de 2018, as placas dos banheiros do CES foram alteradas, no entanto, não se obteve uma resposta por escrito, de parte do Conselho Científico da instituição, ao meu pedido.

¹¹⁶ Fotografia dos banheiros do 2º andar do Centro de Estudos Social (CES), Coimbra, Portugal, 5 de novembro de 2018. Fotografia cedida por Luciana Moreira.

Embora a finalidade da carta não tenha sido a de alterar as placas dos banheiros, mas sim convocar a comunidade acadêmica e as pessoas que transitam pelos espaços do CES, para debater e reflexionar sobre como a definição espacial dos gêneros contribuiu com a normalização da heterossexualidade e consequentemente com a manutenção do status quo heteronormativo e patriarcal, considera-se que tal ação está orientada no sentido de romper as barreiras simbólicas e as relações de poder e controle que se entrecruzam nos banheiros públicos. Assim, considerava-se um passo à frente, mas que ainda assim deve ser problematizado à luz das estruturas de poder que o sustentam.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi muito importante ter a possibilidade de colocar em diálogo as narrativas das entrevistadas com o marco teórico estudado. Elas constituem um contraponto ao silenciamento, à invisibilidade e às opressões que o sistema heteropatriarcal impõe sobre as dissidências sexogenéricas da norma. Através de suas narrações, as sujeitas entrevistadas reivindicaram seus direitos de ser e de estar no mundo, romperam tanto os moldes estéticos binários como com os imaginários heteronormativos das corporalidades, das sexualidades e dos gêneros.

A divisão sexual dos banheiros públicos é um problema cotidiano para identidades culturais lésbicas, trans, travestis, transgênero, não-binárias, intersex ou *queer*, dado que restringe suas capacidades de circular no espaço público e reforça o imaginário social com preconceitos. As entrevistadas aduzem que, via de regra, no Brasil se vê ao banheiro como um espaço neutro, negando assim qualquer tipo de efeito disciplinador que a divisão sexual carrega, bem como as formas de opressão e controle que coabitam nele e que se impõem sobre outras identidades de gêneros. Isto pode ser constatado quando as entrevistadas narram suas experiências de serem “confundidas” com homens e que elas devem provar que aquele é “seu” banheiro ou quando outras usuárias olham para elas no banheiro e imediatamente vão “conferir” as placas na porta.

A pesquisa evidência, através dos relatos das interlocutoras, que as abordagens que recebem nos banheiros públicos não se dão pelo fato de sua orientação sexual (maioria lésbicas), pelo menos numa primeira instância, mas sim por apresentar e ressaltar signos e características tidas culturalmente como exclusivas dos homens, com o qual, fica em evidência a negação social que existe em relação as “masculinidades femininas” (Halberstam, 2008). Esta negação e falta de legitimidade social permite afirmar que, no senso comum da realidade estudada, prevalece o modelo de mulher apenas em termos heteronormativo, o que acarreta o aumento do controle sobre todas as demais identidades de gênero. Isto pode ser percebido nas entrevistas quando as interlocutoras aduzem a questões do “tipo” corte de cabelo, ou o fato de que as diferenças entre os sexos devem ser percebidas. Assim, a manutenção da segregação dos banheiros públicos

exclusivamente em termos de “mulheres” e “homens” em São Paulo, prova que o marcador social *gênero* ainda está preso nos marcos da heteronormatividade, pelo que qualquer expressão sexogenérica que se “desvie” da norma reguladora será punida pela sociedade. Isto se percebe quando as entrevistadas relatam que para poder ingressar no banheiro é indispensável que os traços da “feminilidade” heterossexual sejam reafirmados e que além disso essa afirmação se torne “evidente” / “indiscutível”.

Através das vozes das entrevistadas se pode perceber que o banheiro público é o espaço onde a fiscalização do gênero intensifica as fronteiras identitárias de “ser” e “estar” no mundo. Ao mesmo tempo que sua inalteração faz com que este se torne o último bastião do sistema heteronormativo. Isto pode ser percebido a todo momento nas descrições das entrevistadas, seja nos relatos do que acontece antes do ingresso no banheiro como também sobre o que acontece quando estão dentro dele.

Ao longo desta dissertação se buscou articular o método da história oral temática com teorizações e aportes, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, dos Estudos Culturais, das teorias Feministas, Pós-estruturalistas e *Queer*. Através desta metodologia de pesquisa foi possível analisar e compreender como as entrevistadas mobilizam, ligam e acionam diferentes categorias conceituais e empíricas, sendo a maioria das vezes em forma de agência que vai além da resistência ao mandato hegemônico e se materializa através da ação concreta, as ações convergem ou são direcionadas para abordar circunstâncias ou aspectos comuns. Quer dizer, as entrevistadas mostraram como a ideia de resistência ao modelo hegemônico, binário e heteropatriarcal pode mudar e reelaborar-se, convertendo-se numa ferramenta política, que não só resiste, mas também contribui para a transformação social formal, isto é, de agência.

Quando se trata de categorias como “mulher” / “homem”, “feminilidade” / “masculinidade”, a totalidade das entrevistadas entende estas como marcadores sociais e culturais que se sustentam até hoje em virtude do sistema heteropatriarcal e da concepção da heterossexualidade como norma. De maneira transversal nas suas narrativas, apresentam-se as ideias de gênero e performatividade como eixos centrais para compreender suas vivências cotidianas nos banheiros públicos. Isto se percebe na maneira em que elas narram a forma como são vistas e tratadas nos banheiros públicos femininos.

Com relação aos marcadores sexo e gênero, a pesquisa pode constatar que estes representam o alicerce que sustenta o controle e vigilância nos banheiros públicos modernos. Tais categorias são instrumentalizadas de modo contínuo para organizar o uso e acesso ao banheiro em termos exclusivamente binários e heteronormativos, que contribui para introduzir a falsa ideia de ser um espaço de neutralidade, negando as diferentes fronteiras que estas

categorias instituem entre os múltiplos processos identitários.

Em diversos momentos, a pesquisa colocou em evidência a dicotomia entre a teoria e a prática, em outros momentos mostrou as contribuições teóricas nas práticas políticas do afazer cotidiano, através da confluência da teoria pós-estruturalista e da teoria *queer*. Consolidou-se, por exemplo, o entendimento de que não há um conceito que englobe a diversidade de representações lésbicas na modernidade, o que também se identificou nos relatos das entrevistadas. Assim, o entendimento de que as identidades são múltiplas e de que muitas vezes estas se sobrepõem, quer dizer, não são fixas nem permanentes, contribui para entender que o é “ser” lésbicas na realidade estudada está intimamente atravessado por estereótipos culturais.

Outro momento de convergência entre teoria e prática foi identificado ao analisar o vínculo que se faz em diversas sociedades, com relação “as” lésbicas e a ideia ou categoria de “fracasso”. Nesse sentido, a pesquisa permite afirmar, que esse vínculo ainda persiste, quer dizer, a junção do fracasso com as relações lésbicas não é só histórico, no sentido de um fato característico de um momento passado, ao contrário disso, essa relação e associação ainda está presente e isso é consequência da vigência do sistema heteronormativo que não reconhece ou legitima as representações culturais para além da norma heterossexual. Isto se pode constatar nos relatos das abordagens das entrevistadas, onde sua feminilidade, por exemplo, é considerada um fracasso, tanto quanto sua masculinidade feminina. Observou-se também que, apesar da persistência deste entendimento sobre relações lésbicas isso não é um reflexo da forma em que as interlocutoras vivenciam sua lesbianidade ou mesmo de como elas entendem e dão sentidos a suas relações. De fato, nenhuma delas adotou essa ideia para se referir a si mesma ou aos seus vínculos, mas o oposto disso, quando elas são interpeladas pela ideia de fracasso, no sentido de cópia ou reprodução da masculinidade dominante e heterossexual. Por exemplo, elas refutam tal associação e marcam distância desta através de outras produções de sentidos que não é a heterossexualidade hegemônica, afirmando e ressignificando que são lésbicas, sapatonas, butch, caminhoneiras, dykes, não binárias, gênero fluído, *queers*. Ao fazer isso, deixam claro que se enunciam desde outro lugar que não é aquele preestabelecido pelo sistema heterossexual normativo, capitalista e colonial, ao contrário disso, este enunciado, esta forma de ser e estar no mundo que se produz no cotidiano e se potencializa através do feminismo lésbico e *queer* e nas relações pessoais e políticas com outras companheiras. Elas reivindicam seu direito de se autoneoear, de expressar sua sexualidade e seu gênero, despojadas das amarras heteropatriarcais.

As identidades culturais *butch* e *femme* também estão associadas com a noção de fracasso, mas não só. Também há uma persistência no imaginário social de que estas

identidades culturais seriam cópias ou reproduções das relações heterossexuais. Tal entendimento mostra, mais uma vez, como a sociedade é constituída e pautada pela heterossexualidade como o “normal”, como o modelo a partir do qual as demais representações irão surgir. A pesquisa foi capaz de sinalizar que tal entendimento não condiz com a compreensão ou percepção que as entrevistadas têm de si, apontando para uma dicotomia entre a teoria e a prática. Esta pesquisa aponta, através das narrativas e experiências das entrevistadas, que *butch* e *femme* não tem como referência as relações e papéis heterossexuais, pelo contrário, essa é uma apreciação feita desde o ponto de vista de quem se coloca a si mesmo dentro da norma e por isso passa a interpretar as demais representações de gênero a partir da fronteira, da diferença, do anormal e estranho, sem questionar que seu pensamento é hegemônico e heteronormativo.

Outra dicotomia entre teoria e prática se percebeu ao analisar a produção de sentidos que as entrevistadas criam. Um exemplo dessa construção de sentido se deu através da análise do significado do que é “ser” lésbica que cada entrevistada expressou. Assim, observou-se que as interlocutoras ressignificaram o sentido social atribuído “as” lésbicas e passaram a reformular sua noção através de suas vivências pessoais e subjetivas do “ser” lésbica, fazendo com que se recoloca no campo social um outro entendimento sobre as relações homoeróticas entre mulheres, para além de visibiliza-las na linguagem, nos espaços públicos.

Esta pesquisa mostra como as interlocutoras atravessam a interpelação de gênero nos banheiros públicos femininos através de três momentos, começando com os estereótipos com relação as representações lésbicas, seguindo para os momentos de questionamento, argumentação e prova de gênero e concluindo com o momento da confusão e o disciplinamento contínuo de gênero. Através da aproximação, análise e descrição destas três etapas ou fases, conseguiu-se colocar em evidência como se instala uma agenda de relações de poder, controle e disciplinamento que se inscrevem nos corpos ao usar ou pretender usar os banheiros públicos. A análise destas categorias que perpassam a arquitetura dos banheiros públicos, indica que a manutenção da divisão sexual dos banheiros obedece às regras do sistema heteronormativo e finalmente à preservação do status quo.

No decorrer da análise destes momentos de interpelação de gênero, foi possível identificar a potencialidade, em termos de agência, que estas representações culturais subalternizadas têm. Através das formas em que as entrevistadas lidam com as interpelações de gênero, elas estão repolitizando as dicotomias, por meio de uma nova maneira de fazer política. Não mais uma política de estado, que busca institucionalizar nossos corpos, regulá-los e vigiá-los, mas uma política que é feita na forma dos feminismos lésbicos e *queers*, com

outros estilos e que não aspira em definir nem dar nome as identidades culturais, mas mostrar que existem multiplicidades de formas de viver os gêneros.

Cada sociedade constrói e interpreta de forma diferente as relações homoeróticas entre mulheres, tanto em termos de visibilidade como de legitimidade. Desta forma, existem uma infinidade de representações do homoerotismo entre mulheres, fazendo com que seja primordial deixar de discutir em termos de identidades sexuais (como se fossem fixas e permanentes) e passar a falar em termos de multidões culturais ou *queers*.

Através de Halberstam (2008) e da sua conceitualização das masculinidades femininas foi possível compreender, por um lado, que é difícil de conceitualizar a “masculinidade”, mas não é assim tão difícil identificá-la no meio social, já que apesar de não ter uma definição a sociedade não encontra dificuldades para diferenciar, fixar e simbolizar um tipo específico de masculinidade (a heterossexual) e de penalizar todas as outras formas de masculinidades não hegemônicas.

O mesmo conceito também permitiu ver que a ambiguidade de gênero é considerada como algo vergonhoso, assim pois a masculinidade feminina surge para romper com a ligação direta e por vezes naturalizada entre virilidade e poder. Esta conceitualização contribuiu enormemente na pesquisa, por mostrar que as masculinidades femininas das mulheres lésbicas não são uma cópia ou reprodução de uma masculinidade dos homens ou heterossexual, pelo contrário, é uma forma de ser marcada pelo gênero, são um contraponto ao modelo hegemônico de masculinidade. Também contribuiu mostrando que existem outras formas de representar o gênero, para além das noções heteronormativas preexistentes, já que traz à tona uma nova semântica com relação ao rígido sistema binário de sexo-gênero, abrindo espaço a uma desassociação entre uma prática sexual determinada (homossexual-bissexual-heterossexual-poliamor) e uma identidade sexual definida (lésbica- gay-travesti-transsexual-transgênero-gênero fluído-queer-não binário).

A masculinidade feminina é socialmente penalizada na realidade paulista estudada. Tal conclusão se apoia na análise dos relatos das abordagens e interpelações de gênero das entrevistadas nos banheiros públicos em São Paulo, onde resulta notório que o questionamento se dá a partir da apresentação de rasgos “masculinos”, mas num corpo de “mulher”. Assim, uma masculinidade sem “homem” é oprimida social e culturalmente na realidade estudada.

A maioria das interlocutoras não se nomeiam enquanto lésbicas masculinas, entendem que são socialmente enquadradas dentro dessa nomeação, mas nenhuma delas faz uso desse nome. Pelo contrário, ressaltam uma identidade e performatividade lésbica, que nada tem a ver com os homens nem como o modelo de masculinidade heterossexual.

Seguindo seus relatos, das abordagens e interpelações de gênero nos banheiros públicos, entende-se que existe uma pauta (no sentido de regra) prévia a interpelação nos banheiros, que faz com que identidades culturais e políticas dissidentes não sejam respeitadas e legitimadas como tais, mas sim que estas sejam penalizadas.

Evidenciou-se, através dos relatos das interlocutoras, que a realidade estudada utiliza a noção hegemônica de masculinidade para estereotipar representações lésbicas, quer dizer, vinculam-se certas representações de gênero com certas práticas sexuais. Diante desse proceder, constatou-se que a diferenciação é uma prática cotidiana e que o processo de reconhecer e diferenciar o *outro* traz consigo todo um imaginário estereotipante e policialesco das identidades culturais não binárias. Isto pode-se perceber quando algumas das entrevistadas narram situações onde são rapidamente identificadas como lésbicas enquanto outras interlocutoras relatam que não são reconhecidas o identificadas como lésbicas e atribuem tais episódios aos estereótipos binários e heteronormativos de gênero, onde só se pode ser o representar um único gênero. Tanto a ambiguidade bem como a discordância entre a aparência do corpo e o desejo da pessoa não são aceitas.

Por fim, através desta dissertação se buscou incorporar ao universo acadêmico a visão do mundo centrada nas entrevistadas, nas suas vivências cotidianas e suas subjetividades com relação aos banheiros segregados por sexo e gênero na cidade de São Paulo. Os resultados e considerações acima enunciados prometem novas contribuições para pensar e problematizar as políticas identitárias e caminhar em direção a uma multiplicidade de gêneros.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 95–117, abr. 2012.
- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ALBERTI, V. Fontes Oraís. Histórias dentro da História. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 155–202.
- ALBUQUERQUE, M. O direito à cidade e a mobilidade de mulheres: as potencialidades e as críticas às políticas de transporte exclusivo. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*, p. 12, 2017.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La frontera. The New Mestiza*. 1 ed. ed. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- BACCI, K. I. *Voices lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT*. [s.l.] Universidade de Brasília, 2016.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329–376, jun. 2006.
- BRESCIANI, M. S. Cidade e história. In: *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 295.
- BRUSCHINI, M. C. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa-Fundação Carlos Chagas*, v. 37, p. 537–572, 2007.
- BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.
- CAMPOS, N. C. A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001. [s.l.] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- CAVANAGH, S. *Queering Bathrooms: Gender, Sexuality, and the Hygienic Imagination*. Toronto: Press, University of Toronto, 2010.
- CAVANAGH, S. You Are Where You Urinate. *The Gay & Lesbian Review*, v. 18, n. 4, p. 18–20, 2011.
- COELHO, I.; SOSSAI, F. C. Aproximações entre história pública e história oral: o caso do Laboratório de História Oral da Univille. *Revista Tempo e Argumento*, v. 09, n. 19, p. 96–129, 21 dez. 2016.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, p. 99–127, 2016.
- COSTA, M. C. L. Influência do discurso médico e do higienismo no ordenamento urbano. *Revista da Anpege*, v. 9, n. 11, p. 63–73, 2013.
- CRANNY-FRANCIS, A. et al. *Gender Studies: Terms and Debates*. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2003.

- CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. *pepsic.bvsalud.org*, v. 3, p. 70, 1996.
- CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Revista Psicologia Política*, v. 11, n. 21, p. 73–90, 2011.
- DA SILVA, L. Subjetivación, arquitectura y poder: claves para un debate acerca de los sanitarios escolares sin género. *Revista de educación Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires*, v. 1, n. 29, p. 133–143, 2019.
- FABRIS CAMPOS, L. Vagão Rosa e o Banheiro Feminino segundo a População da Cidade do Rio de Janeiro: os espaços exclusivos entre discursos de proteção da mulher e mecanismos de disciplinamento da diversidade de gênero. In: *Investigando convicções morais: o que pensa a população do Rio de Janeiro sobre os direitos humanos*. Rio de Janeiro: Gramma, 2015. p. 239.
- FACCHINI, R. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 : um estudo a partir da cidade de São Paulo. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.
- FALQUET, J. Breve reseña de ALGUNAS TEORÍAS LÉSBICAS. México: Fem-e-libros, 2004.
- FALQUET, J. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbiandade como movimento social e teoria política. *Crítica Feminista. SOS Corpo*, p. 8–31, dez. 2012.
- FOUCAULT, M. Space, Knowledge and Power. In: RABINOW, P. (Ed.). . *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books, 1984. p. 239.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1999.
- FOUCAULT, M. *Nacimiento de la Biopolítica: Curso en el Collège de France (1978-1979)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1 - a Vontade de Saber*. 22ª ed. São Paulo: Graal, 2012.
- FREIRE, P. *Pedagogias do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GIOPPO, C. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. *Educar em Revista*, n. 12, p. 167–180, dez. 1996.
- GRIFFIN, C. J. Workplace Restroom Policies in Light of New Jersey’s Gender Identity Protection. *Rutgers University Law Review*, v. 61, n. 2, p. 409–436, 2009.
- GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes Violentas de LGBT no Brasil. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2018/01/18/brasil-campeao-mundial-de-crimes-lgbt-fobicos/>>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- HALBERSTAM, J. *Masculinidad femenina*. Barcelona-Madrid: Egales, 2008.
- HALBERSTAM, J. *Trans* Una guía rápida y peculiar de la variabilidad de género*. Barcelona-Madrid: Editorial Egales S.L., 2018a.
- HALBERSTAM, J. *El arte queer del fracaso*. Barcelona-Madrid: Editorial Egales S.L., 2018b.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora, DP&A, 2006.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HIRATA, H. S. *Nova divisão sexual do trabalho? : um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. 1ª ed. ed. São Paulo : Boitempo, 2002.

KOGAN, T. S. Sex-Separation in Public Restrooms: Law, Architecture, and Gender. *Michigan Journal of Gender and Law*, v. 14, n. 1, 2007.

LACOMBE, A. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu* , v. 28, p. 207–225, 2007.

LAURETIS, T. DE. *A Tecnologia do Gênero*. p. 1–30, 1987.

LORDE, A. *La hermana, La extranjera*. n. 1973, 1984.

LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.

LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª edição ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LOURO, G. L. *Um Corpo Estranho- Ensaio sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 121–158, 2006.

MARQUES, E. C. Da Higiene à construção da cidade: o Estado e o sanemaneto no Rio de Janeiro. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, v. II, p. 51–67, 1995.

MCCLEARY, L. História oral: questões de língua e tecnologia. In: MAGALHAES, V.; SANTHIAGO, R. (Eds.). *Memória e diálogo: escutas da Zona Leste e visões sobre a história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 93–125.

MCRUER, R. *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press, 2006. v. 26

MÉNDEZ, N. P. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul., 2004.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, n. 21, p. 150–182, 2009.

MOLOTCH, H. L.; NORÉN, L. *Toilet: public restrooms and the politics of sharing*. New York: New York University Press, 2010.

NATT, E. D. M.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. DE P. Criação de banheiros LGBTs: inclusão ou prática discriminatória? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 14, n. 1, p. 31–44, 30 abr. 2015.

NOGUEIRA, C.; SAAVEDRA, L. *Estereótipos de gênero: conhecer para os transformar*.

Cadernos SACAUSEF, v. 3, p. 10–30, 2007.

NUMAS. Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença. Disponível em: <<http://antropologiausp.blogspot.com/2010/10/numas.html>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, P. P. DE. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PÁEZ, J. Banheiros públicos: fronteiras do gênero | Iberoamérica Social. Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales IX, p. 94, 2018.

PAIVA, V. Teorías médicas y estrategias urbanas. Estudios del Hábitat, v. no. 7, p. 5–19, 2000.

PEREIRA SARAIVA GIL ANTUNES, L. Questões de gênero em arquitetura: história(s), Espaço(s) e experiências profissionais e arquitetônicas. Revista ex æquo, v. 33, p. 67–81, 2016.

PERLONGHER, N. O negócio do Michê: A prostituição viril em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRECIADO, B. Multitudes queer: Notes pour une politiques des anormaux. Multitudes, v. 12, n. 2, p. 17–25, 2003.

PRECIADO, B. Basura y Género. Mear/Cagar. Masculino/Femenino. Disponível em: <<http://www.hartza.com/basura.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PRECIADO, B. Entrevista com Beatriz Preciado. Cadernos Pagu, n. 28, p. 375–405, jun. 2007.

PRECIADO, B. Pornotopía. Arquitectura y sexualidad en Playboy durante la guerra fría. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

PRECIADO, B. Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

RAGO, M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RICH, A. Sangre, pan y poesía. Barcelona: Icaria, 2001.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbicas. Rio Grande do Norte, Natal.: Bagoas: Revista de Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades., 2010. v. 4

RIGGLE, E. D. B. Experiences of a gender non-conforming lesbian in the “ladies’ (rest)room”. Journal of Lesbian Studies, p. 1–14, 18 jun. 2018.

RIOS, R. R.; RESADORI, A. H. Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”. Revista Direito e Práxis, v. 6, n. 12, 4 nov. 2015.

RODRIGUES, J. L. Estereótipos de gênero e cuidado em saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais. São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, 26 ago. 2011.

ROLNIK, R. Territórios Em Conflito. São Paulo: Espaço, História e Política. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. México DF: Nueva Antropología, México, 1986. v. v. VIII,

SABSAY, L. Imaginarios sexuales de la libertad: performatividad, cuerpos y fronteras. Debate

Feminista, v. 55, p. 1–26, 2018.

SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Associação Brasileira de História Oral, v. 8, n. 1, p. 29–42, 2005.

SAMPAIO, F. D. S. O terceiro banheiro: fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade? Revista Periódicus. Salvador, Bahia: [s.n.]. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14259>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

SANTHIAGO, R. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. Tempo e Argumento, v. 10, n. 23, p. 286–309, 2018.

SANTOS, A. C. Dos direitos humanos aos direitos das minorias sexuais: regulação ou emancipação? Braga: V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, 2004

SANTOS ALVES, A. E. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. Trabalho, Educação e Saúde -redalyc, v. 11, n. 2, p. 271–298, 2013.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. Revista Inclusão Social, v. 11, n. 2, p. 15–29, 2018.

SCOTT, J. História das mulheres. In: A escrita da História: Novas perspectivas. 4ª ed. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63–96.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. v. 20, ed. Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SCOTT, J. A Invisibilidade da Experiência. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 16, n. 0, p. 297–325, 1998.

SEMPOL, D.; MONTANO, M. Baños públicos La última segregación. Baños públicos moral, género y sexualidad en Uruguay. Montevideo, Uruguay: Cebra Comunicación visual, 2018.

SILVA, M. R. B. DA. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 53, p. 243–266, jun. 2007.

SILVA, T. T. DA. Identidade e diferença : a perspectiva dos estudos culturais. In: A produção social da identidade e da diferença. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. p. 133.

SILVA, T. T. DA. Documentos de identidade : uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SKEGGS, B. The Toilet paper: Femininity, Class and Mis-Recognition. Women’s Studies International Forum, v. 24, n. 3/4, p. 295–307, 2001.

SUMI, C. M. A Cidade na perspectiva do gênero: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2018.

SWAIN, T. N. Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão. Cadernos Pagu, v. 0, n. 12, p. 109–120, 1999.

SWAIN, T. N. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário? Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., v. 8, n. 1–2, p. 47–84, 2000.

SWAIN, T. N. O que é Lesbianismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TEIXEIRA, A. B. M.; RAPOSO, A. E. S. S. Banheiros Escolares - Promotores de Diferenças de Gênero. Caxambu - MG: [s.n.].

TEIXEIRA, E. F. B. Emergência da inter e da transdisciplinaridade na universidade. In: Inovação e interdisciplinaridade na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 58–80.

TOLEDO, L. G.; FILHO, F. S. T. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. Revista de Psicologia da UNESP, v. 10, n. 1, p. 39–61, 2010.

TRUJILLO, G. De la necesidad y urgencia de seguir queerizando y trans-formando el feminismo. Unas notas desde el Estado Español. *ex æquo*, v. 29, p. 55–67, 2014.

UROFSKY, M. Jim Crow law. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Jim-Crow-law>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 0, n. 44, p. 203–220, 2014.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Ed.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Aut, 2000. p. 35–83.

WITTIG, M. One Is Not Born a Woman. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Eds.). *The Lesbian and gay studies reader*. [s.l.] Routledge, 1993. p. 103–109.

WITTIG, M. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona-Madrid: Editorial Egales S.L., 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro referências das entrevistadas

Iniciais	Data da entrevista	Idade	Estado civil	Bairro	Área de atuação	Participação social e Ativismo
CF	24/10/2017	36	Solteira	Centro	Cientista Social	Marcha Mundial das Mulheres (MMM).
CF*	23/10/2017	27	Solteira	Santa Cecília	Gastronomia	Ativista LGBTQ+; Chef de cozinha.
CR	16/09/2017	33	Solteira	Pinheiros	Educação	Ativista LGBTQ+; projeto CASA1 SP.
DC	17/10/2017	34	Relacionamento	Pinheiros	Educação	Ativista LGBTQ+.
LB	20/10/2017	32	Solteira	Centro	Cientista Social	Ativista LGBTQ+; política de drogas e redução de danos.
MF	15/09/2017	30	Solteira	Centro	Cientista Social	Ativista lésbica; Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo (CMV-PMSP).
MB	19/09/2017	55	Casada	Pinheiros	Aposentada	Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Bloco Feminista da Marcha da Maconha SP.
RA	12/7/2017	37	Relacionamento	Pinheiros	Direito	União de Mulheres São Paulo; Ativista LGBTQ+.
RQ	13/10/2017	53	Solteira	Centro	Aposentada	Ativista LGBTQ+; Partido dos Trabalhadores (PT).
YA	19/09/2017	30	Casada	Pinheiros	Cientista Social	Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); arte e dança.

Dentre as dez pessoas entrevistadas, duas delas possuem as mesmas iniciais, pelo que para diferenciar suas falas ao longo da dissertação adotei o uso do ícone asterisco (*) no final das letras iniciais de uma das entrevistadas [C.F*], desta forma suas narrativas ficam singularizadas e facilita a leitura e compreensão vozes e reflexões.

APÊNDICE B – Roteiro temático

O roteiro temático abordou nas entrevistas os seguintes temas: mulheres lésbicas; lésbicas masculinas; banheiros públicos; gênero; sexo; homossexualidade; orientação sexual; masculinidade/feminilidade; identidade; ato político; cultura; corpo; estética; performance; preconceito; relações de poder; controle; vigilância; diferença; tabus.

Roteiro:

- Apresentação: Por favor, você poderia me contar um pouco sobre você, apresentar-se?
- Como você “definiria” sua orientação sexual?
- Contextualizando: dentro da sociedade brasileira, você considera que existem padrões de comportamento diferentes para homens e mulheres? Como estes se vêm refletidos nas práticas do cotidiano?
- Existem modelos de feminilidade e masculinidade?
- Você alguma vez recebeu tratamento como se fosse um homem? Foi “confundida” com um homem?
- Você acha que existem na sociedade brasileira estereótipos sobre a comunidade LGBT? Poderia me dar um exemplo disso?
- No seu entendimento, existe na sociedade brasileira a presunção sobre o que são, como deveriam ser e se comportar as pessoas LGBT? Como isto se apresenta no dia a dia?
- Em suas palavras, como você explicaria ou descreveria o “ser lésbica”? Teria como me dar exemplos disso?
- Você considera que existem “modelos ou tipos” sociais de ser lésbica? Teria exemplo deles?
- Você conhece a expressão “lésbica masculina”? Considera que essa expressão, de uma lésbica masculina e uma lésbica não masculina, está presente na sociedade brasileira? Poderia dar exemplos disso?
- Por que você considera que se dá essa divisão entre lésbicas ditas “masculinas” e lésbicas ditas “feminina”? Ou para que se dá essa divisão?
- Você teve alguma experiência ou vivência marcante em espaços públicos, em decorrência de assumir sua orientação sexual? Poderia me relatar uma?
- Qual é sua opinião sobre a divisão dos banheiros públicos em masculino/feminino?

- Você já vivenciou situações de constrangimento no momento de entrar, estar dentro ou ao sair de um banheiro público? Você poderia me contar algumas histórias? Você já vivenciou situações de estranhamento, abordagens, olhares, em banheiros públicos femininos?
- Para entrar num banheiro “feminino” o requisito é ser mulher? Mas que tipo de mulher? Mulher trans pode?
- Você saberia identificar em que as pessoas se baseiam para lhe chamar a atenção sobre o banheiro?
- Saberia me dizer, como é que essas pessoas sabem que corpo pode entrar e que corpo não pode entrar no banheiro feminino?
- Saberia me dizer, por que um banheiro, enquanto espaço público, gera tanta repercussão?
- Você conhece casos ou histórias de outras mulheres lésbicas, que tenham vivenciado situações de restrição, limitação ou opressão nos banheiros públicos? Como elas relataram as histórias?
- Você daria alguma interpretação/ análise a esse tipo de situações? Por exemplo se perguntando o porquê elas ocorrem?
- Na sua opinião, existiria alguma maneira de superar e vencer este tipo de ocorrência?

APÊNDICE C – Cessão de entrevistas

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

São Paulo, ____ de _____ de 2017

Concordo em participar, como voluntário/a da pesquisa intitulada “Banheiros públicos como fronteiras identitárias: relatos orais de mulheres lésbicas”, que tem como pesquisadora responsável a Josefina R. Cicconetti, aluna da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, orientada pela Professora Dra. Valéria Magalhães, as quais podem ser contatadas pelo e-mail jicconetti@usp.br – vbmagalhaes@usp.br ou no telefone (11) 951585252. O presente trabalho tem por objetivos: estudar como as mulheres lésbicas são abordadas nos banheiros públicos brasileiros. Movimentando para isto certos conceitos como sexo & gênero, sexualidade & identidade, masculinidade & feminilidade por meio dos relatos orais das mulheres lésbicas nos banheiros de uso público. Minha participação consistirá em contribuir voluntariamente com a pesquisa por meio de relatos orais de vivências em banheiros públicos. Compreendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa, e que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, assegurando, assim, minha privacidade. Sei que posso retirar meu consentimento quando quiser, e que não receberei nenhum pagamento por essa participação.

Nome e assinatura

Pesquisadora responsável

APÊNDICE D – Carta ao Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais.

Coimbra, 9 de agosto de 2018

Ao Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais

“Mucha gente pequeña, en lugares pequeños, haciendo cosas pequeñas, pueden cambiar el mundo”

Eduardo Galeano.

Eu, Josefina Cicconetti, em caráter de estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo e usuária da biblioteca Norte-Sul do Centro de Estudos Sociais (CES), venho por meio desta carta sugerir ao Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais, como ente responsável pelas políticas científicas que visam democratizar o conhecimento, reformular os espaços físicos de investigação e dar resposta às necessidades da sociedade, reconsidere as identificações gráficas heteronormativas ainda presentes em algumas casas de banho da instituição.

Atendendo à produção científica do CES com relação a crítica ao pensamento binário dicotômico da modernidade ocidental eurocêntrica, colonial, heteropatriarcal, capitalista e conhecedora da existência de outras duas casas de banho dentro da instituição que já superaram o binarismo de gênero, considero importante chama-lxs a refletir sobre os sentidos e signos que atribuímos aos espaços de uso comum.

Sinalizo esta reflexão também motivada pelo aprendizado propiciado ao desenvolver minha pesquisa de mestrado intitulada: “Banheiros públicos nas fronteiras identitárias: experiências de mulheres lésbicas em São Paulo”. A mesma tem como ponto de partida, entre outras coisas, que a definição espacial dos gêneros contribuiu com “la normalización de la heterosexualidad y la patologización de la homosexualidad [...]” (Preciado, 2006: s/n). Nesse sentido, a manutenção por vezes simbólica e por vezes concreta, da divisão sexual das casas de banho torna-as: “auténticas células públicas de inspección en las que se evalúa la adecuación de cada cuerpo con los códigos vigentes de masculinidad y feminidad” (Ibidem).

O CES, enquanto espaço aberto a comunidade científica local e internacional, e ao público em geral vê-se imerso numa pluralidade de saberes, de formas de ser, de existir e de entender o mundo, poderia então incorporar esses saberes em práticas que sirvam de maneira pedagógica, não só para visibilizá-los, mas também para trazê-los ao convívio quotidiano e por meio de ações pequenas fazer mudanças tangíveis.

Diante disso, acredito no diálogo como uma alternativa possível para abordar esta questão, convocando à comunidade acadêmica bem como às pessoas que transitam pelos espaços do CES para debater e reflexionar sobre as simbologias atribuídas atualmente as casas de banho e junto com isso, pensar em possíveis modificações, tendo a salvaguarda de não reproduzir dicotomias heteronormativas.

Com os melhores cumprimentos,

Josefina Cicconetti
jcicconetti@gmail.com

Nota: somam-se a esta carta e reflexão pessoas usuárias da Biblioteca Norte-Sul e dos espaços do CES, que abaixo assinam.

Nomes	Curso/Área/Programa/Projeto
Roberta Scatolini	Doutoranda em Estudos Feministas
Júlia Zuza	Doutoranda em Materialidade da Literatura
Gabriela Rocha	Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Mark Joseph Soares	Mestre Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis
Felippe Moraes Cardoso	Doutorando em Arte Contemporânea -Colégio das Artes
Fabián Cevallos Vivar	Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Ligia Bugelli Hermano Santos	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Bruno Franco Alves	Doutorando em sociologia: cidades e culturas urbanas
Flávia Carlet	Doutoranda em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI
Verónica Yuquilema Yupangui	Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Pablo Pérez Navarro	Investigador do CES
Marina Oliveira Guimaraes	Doutoranda em Estudos Feministas
Ana Lúcia Santos	Doutoranda em Estudos Feministas
Ricardo Robles Zamarripa	Doutorando em Human Rights in Contemporary Societies
Fernanda Belizario	Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Daniel Cruz Fernandes	Doutorando em Literatura Portuguesa

Clarissa Malinverni	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Ivan Baraldi	Doutorando em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI
Joana Brilhante de Oliveria Vicente Silva	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Luiza Beloti Abi Saad	Doutoranda em Arte Contemporâneo- Colégio das Artes
Luana Xavier Pinto Coelho	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Erick Morris	Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Ana Julia Franca Monteiro	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Gaia Giuliani	Investigadora do CES FCT Project: (De)Othering
Marco Túlio Andrade	Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Luciana Moreira Silva	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Jessica Morris	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Raquel Batista de Oliveira	Doutoranda em Ciências da Educação, UC.
Isabela Bentes Abreu Teixeira	Doutoranda em Sociologia, cidades e culturas urbanas
Isabel Felix Aparecida	Pós Doutoranda em Democracia, Cidadania e Direitos
Sebijan Fejzula	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Fernando David Perazzoli	Doutorando em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI
Milena do Carmo Cunha dos Santos	Doutoranda em Estudos Feministas
Allana Lacerda	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Marcela Uchôa	Doutoranda em Filosofia Política
Isa Maria Vieira Rebelo Correia de Barros	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Begoña Dorronsoro	Doutoranda Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Marcus Erridge	Doutorando em Human Rights in Contemporary Societies
Pedro Miguel Figueiras Varela	Doutorando em Human Rights in Contemporary Societies
Daniel Sansão Simões	Designer Gráfico
Vanessa Alves Carneiro	Doutoranda em Human Rights in Contemporary Societies
Maria José Paiva Fernandes Carvalho	Coordenadora da Biblioteca Norte Sul
Monise Martinez	Doutoranda em Estudos Feministas

APÊNDICE E – Entrevista completa

Data: 16/09/2017

Lugar: Praça Roosevelt, São Paulo Brasil

Duração: 00:25:00

Nota: A entrevista foi gravada no dia 16 de setembro de 2017, no período da tarde, na Praça Roosevelt, no centro da cidade de São Paulo. CR¹¹⁷ foi a segunda pessoa a quem entrevistei.

Transcrição

Referências: Pesquisadora (JC), Entrevistada (CR)

JC: **CR**, isto aqui é para você ler e assinar, é o Termo de Consentimento da entrevista. Você pode preencher aí e colocar a data, hoje é 16 de setembro. O Termo tem informações da pesquisa, o que para que ela está sendo feita e também tem o meu e-mail, o e-mail da minha orientadora.

CR: Coloco o nome por extenso e depois assina, é isso?

JC: Sim, por favor. Eu assino uma cópia para você e já te dou de volta.

CR: Muito interessante o tópico da pesquisa!

JC: Obrigada. Então, a ideia de pesquisar este tópico, como você diz, no mestrado começou um tempinho atrás, antes mesmo de migrar para o Brasil, eu tanto na Argentina como no Brasil vivenciava situações, enquanto lésbica, cada vez que eu ia no banheiro e aí isso me despertou uma curiosidade de saber se isso era só comigo, se isso acontecia com outras mulheres lésbicas. E, aí eu falei, então vou escrever um projeto e vamos ver isso. Então agora estou na fase das entrevistas, e buscando entrevistar outras mulheres lésbicas, depois de cada entrevista geralmente acontece que uma entrevistada conhece outra menina e vai indicando e aí a amostra, digamos assim, vai se ampliando. O qual é muito legal para mim porque vou recolhendo diferentes narrativas?

CR: Sim!

JC: O objetivo do projeto é escutar as narrativas das mulheres lésbicas nessa vivência diária de ir ao banheiro.

CR: [...] tá!

JC: [...] eu tenho algumas perguntas temáticas, não são estruturadas, do tipo que eu tenho que te fazer todas essas perguntas, mas sim como guia mesmo de ter uma conversa e tentar tratar esses temas ou outros que eventualmente saem na entrevista.

CR: [...] claro, com certeza.

JC: Para começar seria legal se você pudesse se apresentar, dizer teu nome, no que você trabalha, de onde você é, contar o que você quiser, como você quiser se apresentar, vai. E depois a gente continua.

CR: Bom, meu nome é **CR**, eu tenho 33 anos, eu sou de São Paulo. Morei a maior parte ou a maior parte da minha vida na zona leste, hoje moro em Pinheiros. Eu sou professora de inglês, coordenadora de escola de idiomas, sou formada em letras pela USP também e acho que é isso.

¹¹⁷ Como mencionado no Percurso Metodológico, diante do aumento da violência e perseguição para pessoas LGBTQ+ no Brasil, optou-se por utilizar somente as iniciais dos nomes das interlocutoras, cumprindo assim com a vontade e aspiração delas de colocarem seus nomes e ao mesmo tempo, tendo o cuidado necessário nessa conjuntura para com quem se dispôs a relatar sua história.

JC: Certo. Como você definiria, entre aspas claro, sua orientação sexual?

CR: Hoje em dia essa pergunta está muito difícil na minha cabeça. Porque hoje em dia eu mais do que mulher, estou me identificando como não binária [...] e aí, ao me identificar como não binária minha orientação sexual começa a complicar a vida. Mas sempre fui interessada em mulheres, ou pode ser também em não binárias, mas assim [...] mulheres [...]

JC: Entendo. E como seria esse não binário?

CR: [...] então, aí que está todo o “X”. (risos). O não binário na verdade é gênero?

JC: é!

CR: Mas minha orientação sexual seria lésbica. Vamos falar isso que é mais fácil. Vamos deixar o “lésbica” que é mais fácil agora [...] (risos)

JC: [...] não, mais tudo bem, por mim não tem problema [...]

CR: [...] não, é que realmente eu estou num momento em que eu não sei definir isso direito porque a partir do momento em que você se considera como não binário como que você pode se identificar como lésbica também ao mesmo tempo? Ele fica meio perdido nesse aspecto ...

JC: [...] ah entendo. Acho interessante porque aí eu faço essa pergunta, lógico primeiro por uma questão de respeito até para saber como a pessoa se entende, como se identifica, mas também por uma curiosidade em saber o que você diz de você mesma quando se nomeia enquanto mulher lésbica? Como explicaria ou definiria esse ser lésbica?

CR: [...] ser lésbica é normalmente uma mulher, não sei se é cis ou trans, não importa, que têm atração por outra mulher cis ou trans. É uma mulher que gosta de mulheres! Aí também depende de com quem você está falando, você vai modificando um pouco a definição para ficar mais simples ou completa do jeito que tem que ser. Mas ser lésbica, de acordo com a sociedade é isso, mas é muito mais acima disso, tem toda uma cultura lésbica que está envolvida no ser lésbica, que é a maneira em que você se porta, a maneira em que você se veste, a maneira que você fala com as pessoas, a maneira que você olha para as pessoas é o que você, muitas vezes o que é esperado de uma mulher não é uma coisa esperada de nós lésbicas, porque esperasse um grão de masculinidade diferente, esperasse que a gente tenha atitudes ou uma lésbica que chora talvez não é a lésbica mais ideal, digamos assim, de acordo com a sociedade que acha que lésbica é uma mulher masculinizada, que não necessariamente é! Mas também você tem muitas lésbicas que vivem nesse mundo heteronormativo onde você tem a mulher, femme mesmo, você tem a outra que já é mais masculina, então elas vão seguir esse mesmo padrão. Então, tem diversas definições do que é ser lésbica na verdade. Porque depende de como, e de onde você está mesmo.

JC: Entendi. Você acha que existe um estereótipo do “ser” lésbica?

CR: [...] ah sim claro, como tudo na vida tem estereótipo. Lógico que tem. (risos)

JC: [...] e é baseado em que?

CR: [...] eu acho que é sempre aproximando a gente dos homens, em primeiro lugar. Ele sempre vai te distanciar do feminino, e te aproximar do masculino. Você vai ser mais grosseira, você vai carregar peço, vai empurrar as coisas, você vai falar talvez um pouco mais grosso com as pessoas, vai falar mais palavrão, vai [...] eu acho que esse é o estereótipo mais marcado, a mulher macho.

JC: Tendo em conta essas categorias ou estereótipos que você acabou de mencionar, você se identifica com algum? Ou as pessoas te encaixam em algum deles?

CR: [...] o da mulher macho com bastante frequência, sempre na verdade!

JC: [...] e alguém diz para você?

CR: [...] sim, porque as pessoas me confundem com homem o tempo inteiro! Assim, desde sempre e não somente no Brasil como fora do Brasil também.

JC: [...] na rua?

CR: [...] na rua e bares, eu já tive momentos ... crianças até abaixo de 5 anos acha que eu sou um cara, não tem o que fazer. (risos) e por exemplo, entrei num bar uma vez na Inglaterra que

eu percebi que eles estavam discutindo se eu era um homem ou era uma mulher, que as pessoas, eles não conseguiam definir ...

JC: [...] mas eram pessoas próximas a você? ... ou você não conhecia?

RC: [...] não, nada. Pessoas que eu não conhecia.

JC: [...] Wow!

CR: [...] e eu pedi uma cerveja, estava sentada, estava sozinha e eles começaram a discutir se eu era um homem ou se era uma mulher e aí, eu entendo inglês, eu percebi que estavam discutindo isso, aí eu levantei minha mão e falei “não, sou uma mulher”! E aí eu perguntei para eles porque que eles achavam aquilo, e eles falaram que foi por uma questão de atitude, a maneira em que eu entrei no bar, que eu pedi a cerveja e não uma outra bebida e sentei e por tudo isso eles me levaram para o “pode ser que seja um homem e não uma mulher”.

JC: [...] interessante. Então, esses seriam signos ou sinais que eventualmente a mulher lésbica, não toda mulher lésbica, essa mulher lésbica que a gente está falando, assim dita mais masculina ...

RC: [...] é! Porque se uma mulher é lésbica e não é masculina as pessoas se assustam! “Nossa, mas ela é lésbica?” “Gente, mas não parece!” “como assim parece?” isso eu me pergunto, o que que é o parecer ser lésbica?

JC: [...] teria que ser igual ao que, para ser ou para parecer? Qual que é o modelo de lésbica?

CR: [...] para parecer lésbica é isso, tem que ser masculina, tem que vestir roupa mais masculina, roupas mais largas talvez, é ... ter um andar diferente não é feminina, é difícil explicar isso!

JC: [...] é, é difícil. Então, justamente como é difícil de explicar, mas, ao mesmo tempo, você disse que você vivenciou isso ou vivência isso ...

CR: [...] diariamente! Sim!

JC: [...] diariamente, então é difícil explicar, mas, ao mesmo tempo, você tem vários exemplos disso então ...

CR: [...] sim, sim!

JC: [...] como é contraditório

CR: [...] é!

JC: [...] você sabe o que é e o como é ...

CR: [...] é porque na verdade eu sei o que que é mas é difícil não de explicar, mas, é que parece tão ... qual que seria a palavra? Tão ... não deveria fazer tanto sentido isso, entendeu?

JC: [...] entendi!

CR: [...] é essa que é a questão, por isso que ele acaba sendo difícil de ser explicado, por quê? Porque o fato de eu me vestir assim, de eu falar assim ou de eu fazer não sei o que me tira de toda [...] já me coloca exatamente no papel de mulher lésbica e como ... eles vão surpreender com uma mulher e ficar assustados ao ver uma mulher que não tem esse mesmo estereótipo se identificando como lésbica também, então é ...

JC: [...] é difícil. Então, indo para suas experiências. Você acabou de mencionar uma que foi na Inglaterra n/é? você tem experiências em espaços públicos, especificamente nos banheiros, por exemplo, aqui no Brasil, em São Paulo?

CR: [...] o exemplo, eu tenho, eu sempre tive, muitas vezes de eu estar em festas de rua principalmente, que você vai entrar num banheiro público e aí você vai entrar, e você percebe que a pessoa vem te seguindo [...] aí a pessoa te olha e leva um susto e fala “não, não desculpa” e deixa você entrar. Mas é ... tipo, teve uma vez em Minas Gerais que foi muito ... uma cidade de carnaval em Minas Gerais que a mulher quase não queria me deixar entrar no banheiro, aí eu tive que explicar para ela que não [...] e ainda me seguiu algumas vezes até que caiu a ficha de que aquele era o banheiro que eu deveria ir, talvez ... não sei. Porque na verdade eu não tenho muito esse parâmetro de banheiro, eu entro em qualquer um.

JC: [...] você entra em qualquer um?

CR: [...] eu entro no masculino, no feminino, eu entro! Porque vão me olhar estranho no outro, então em qualquer um! (risos). Não vou ficar lá me preocupando, vou esperar a fila do feminino, as mulheres vão me olhar estranho, vou esperar a fila no masculino, vão me olhar estranho, então entro em qualquer um logo e acabou né? que é mais fácil!

JC: [...] e aí você teve que explicar, que se explicar? Você chegou a argumentar? Ou a dizer algo? Dar uma resposta?

CR: [...] não, é só você mostrar o peito na verdade (risos), eu tenho peito para caramba então só faço assim moça [gesticula levando as mãos aos seios]. Aí eles me deixam entrar na hora, na verdade mais ...

JC: [...] e aí como você se sente com isso de [...] você falou no começo que você era não binária, não se identifica como mulher e mostrar o peito e ser mulher?

CR: [...] então, toda essa confusão da existência, mas esse não binário é muito novo na minha vida. A maioria dessas minhas histórias eu não me identificava assim, porque eu nem tinha noção disso, mais é exatamente você tem que provar que aquele é seu banheiro de acordo com o que a sociedade acredita, que tem uma divisão, você tem que entrar em algum, e aí no lugar desses você tem que escolher um e aí aquele ali vai ser o mais rápido, o mais comum, você entrar e aí você tem que mostrar, ou mostrar o peito ou falar não sou uma mulher, tenho que me apresentar ...

JC: [...] e nessas experiências de você escolher qualquer um e você entrar por exemplo no masculino, você já foi ... já teve algum tipo de experiência ...

CR: [...] de ser barrada também?

JC: [...] é! Ou de comentários ...

CR: [...] ah já me barraram!

JC: [...] ah nós dois?

CR: [...] já!

JC: [...] tanto faz?

CR: [...] já me barraram nos dois, em todos já. De não me deixarem entrar em um, de não me deixarem entrar no outro. De me questionar por que estou em um ou de me questionar porque estou no outro.

JC: [...] mas de dizer o que exatamente? Por exemplo no ...

CR: [...] “nesse banheiro não”; “você não é aqui que você tem que ir o seu banheiro é o outro”; “seu banheiro é o outro, não é esse, esse aqui é banheiro de mulheres”; ou “esse aqui é banheiro de homens”; “você tem que ir no outro”, que outro eu não sei, mas ... (risos)

JC: [...] é um ou outro

CR: [...] é!

JC: [...] e em algumas dessas experiências você chegou a ser confundida com uma pessoa trans?

CR: [...] não! Não, nunca.

JC: [...] não, nunca ...

CR: [...] nunca fui confundida com uma pessoa trans, não que eu tenha notado pelo menos. É que eu acho que o trans está às vezes tão distante do mundo das pessoas que elas vão direto no binário, na binaridade de homem/mulher, então elas vão me confundir com um homem ...

JC: [...] você acha que as pessoas que se confundem, sendo usuárias de um banheiro, elas se confundem além, por essa divisão binária, por alguns outros sinais?

CR: [...] não, eu acho que é isso, é a vestimenta, nesse caso específico, por exemplo, estava usando uma bermuda e um moletom e depois eu me toquei que eu estava vestida que nem todos os moleques da cidade! Entendeu, então, tipo ... é isso. Porque as nossas roupas misturam muito, entre masculinas e femininas, não tem ... a gente compra aquilo que se sente mas a vontade dentro né, tipo hoje, nós duas estamos com roupas que ninguém vai confundir a gente

com um cara na rua ... (risos). Mas acontece, só colocar um moletom que já muda, já muda bastante!

JC: [...] e o corte de cabelo?

CR: [...] sim, porque meu cabelo é curto. Então porque o cabelo também tem ... tenho o meu irmãozinho, de 11 anos agora, quando ele estava com 7, 8 anos, ele começou a falar para mim que eu deveria ser “C----o e não C----a” [mudando o gênero do nome do “feminino” ao “masculino”], e aí eu comecei a questionar ele de que porque ele achava que eu tinha que ser um cara e não uma mulher? Por que que ele achava isso? E ele não sabia me explicar, ele falava “não sei”. Aí eu começava, mas “é o cabelo”? “é!” ah tá, mas não tem menino de cabelo comprido na sua escola? Aí ele, “tem”. E ele é menina por causa disso? “não”, então? “Ah é verdade!”

Aí, mas aí eu percebo que é mais pelo jeito mesmo, as vezes, eu acho que o jeito chama mais a atenção, o cabelo é aquele momento a distância, que a pessoa olha a distância, vê o cabelo curto, vê aquela roupa que não se enquadra naquilo que se espera de uma mulher, então na distância eu acho que o cabelo vai chamando mais a atenção. Conforme você vai chegando mais perto, eu acho que é o jeito de falar, o jeito de pedir as coisas, de interagir com as pessoas, e levantar a voz com uma confiança maior, que eles esperam que uma mulher nunca tenha essa confiança, então você tem que ficar sempre quietinha, então no lugar onde a gente vai a gente fala e agi e não sei o que, então, acho que é esse conjunto inteiro.

JC: [...] mais contestatária, de responder as coisas, de se posicionar ...

CR: [...] é, ser um pouco mais assertiva, na história. A gente faz um pouco de diferença.

JC: [...] interessante, pode ser. E você acha [...] um mês atrás teve uma inauguração, vai fazer o mês, na PUC, aqui de São Paulo, de um banheiro unissex. E isso gerou um, vamos chamar de “fã, fã, fã” importante, tanto dentro da universidade, dos alunos, como da comunidade também ao redor, pessoas a favor e pessoas contrárias, você acha que isso contribui, em alguma medida para as pessoas, digamos assim, não confundirem as outras, de que o banheiro ...

CR: [...] eu acho que nenhum banheiro deveria ser [...], todos os banheiros deveriam ser unissex, na minha opinião. Porque eu acho que todo mundo vai para banheiro igual, entende? Você vai entrar num banheiro para mijar, sei lá que mais, cagar, enfim, você está indo no banheiro como qualquer pessoa, e na minha opinião todos os banheiros tinham que ser unissex. Na sociedade machista em que vivemos, a gente tem também o perigo do banheiro ser unissex, porque infelizmente os homens ainda são criados para não controlar o próprio tesão, n/é? Então eles são criados para mostrar que eles estão com tesão o tempo inteiro e se ele não mostra tem uma coisa errada com ele, digamos assim. Então, é uma questão de proteção da mulher ao mesmo tempo você ter o banheiro feminino ...

JC: [...] esse é o maior argumento que é uma questão de proteção à mulher ...

CR: [...] o que eu acho horrível porque você tem que separar para você proteger, é a pior coisa! Foi nem que a história do vagão também que apareceu também que não entrou depois, não virou lei de fato ...

JC: [...] o vagão rosa ...

CR: [...] o vagão rosa, exato. Não faz sentido você me separar, você tem que ensinar, você tem que educar as pessoas a entender que o cara não pode roçar o pinto dele numa mulher, entende? Como uma mulher não vai chegar roçando, porque a mulher aprendeu que ela tem que se controlar, o contrário, n/é?. Ela não pode mostrar que está com tesão porque senão ela é vagabunda. O homem se ele não mostrar, ele é bicha.

JC: [...] é. Me chama muito a atenção durante a pesquisa, de porque o banheiro gera tanto discurso ao redor. Do que se pode, do que não se pode, quem pode entrar, quem não pode entrar, é ... aí eu fico pensando, particularmente na sociedade brasileira [...] você anda, circula, tem bares aqui no centro onde já existem banheiros unissex e isso não é uma notícia que saiu no Jornal Nacional.

CR: [...] sim!

JC: [...] no caso da PUC de São Paulo, foi uma notícia que ...

CR: [...] porque é uma Universidade!

JC: ... sim, e o que mais? Por que é importante ressaltar que agora o banheiro é unissex? Ou que antes não era? Ou que isso é uma coisa ... entende?

CR: [...] porque que isso tem a importância de ser uma notícia, você quer dizer?

JC: [...] é ... qual é notícia que está por trás disso? Porque é um tema entre aspas, tabu. O banheiro ...

CR: [...] eu acho que é pela questão do transexual. Porque eu acho que aí que pega mesmo, porque a grande razão dos banheiros hoje começarem a ficar unissex é o fato dos transsexuais poderem usar o banheiro. Porque um transsexual ... esses dias vi até um relato de um menino que está na transição, n/é? e aí é engraçado porque ele fala assim que hoje ... então, é um homem trans então está bem no momento, no período médio da transição, que assim, com certeza, confundem ele com um homem muito menos do que me confundem por aí e ele está num momento de transição que ele entra num banheiro feminino as pessoas ficam olhando para ele, ele entra no masculino e aí também não pode, digamos assim, então ele não tem para onde ir, não tem o que fazer ali dentro. Porque ele não se sente à vontade em nenhum dos dois. E aí então, o unissex ele te liberta disso, ele deveria te libertar disso.

JC: [...] exato.

CR: [...] ele deveria te libertar disso, não necessariamente ele liberta porque aí gera uma polêmica gigantesca em cima disso, porque ali entra tudo porque se você está misturando o homem trans ... a mulher trans é o que? Ela é prostituta, ela não é uma pessoa como qualquer outra na sociedade, ela está de baixo escalão imediatamente. Então, “meu filho, minha filha vai estar no mesmo banheiro que uma prostituta?” e não importa se ela é prostituta ou não é, olhou para mulher trans e normalmente o pessoal já chama de puta. Entendeu, já é essa a profissão que ela exerce na sociedade, porque ele sempre foi de baixo escalão, ela não consegue outra coisa. Não consegue o estudo, não consegue isso, não consegue aquilo. Eu acho que o homem trans é mais aceitável. É mais aceitável você virar homem na sociedade do que você virar mulher. Você renegar o masculino é muito mais problemático na sociedade que é patriarcal que a gente vive, que o homem é mais importante do que a mulher. Então, o homem trans, quando ele já está na transição mesmo, total ...

JC: [...] mas, só um parênteses, seguindo teu raciocínio, se as mulheres lésbicas mais masculinizadas, digamos assim, então a ideia é “ah então você quer parecer homem” então eu deveria ser melhor tratada, não?

CR: [...] não porque você não deixou de ser mulher. Até porque o homem trans ele só vai ser bem tratado a partir do momento em que ninguém sabe que ele é um homem trans, e que as pessoas pensam que ele é um homem cis. Você vê o cara que ... ele conseguiu fazer toda a transição dele e hoje você bate (o olho) nele e você não vê ...

JC: [...] nada ...

CR: [...] ninguém percebe.

JC: [...] nenhum rastro que ficou, digamos, de memória ...

CR: [...] se você olhar, digamos, profundamente, talvez você ache, mas assim, você bateu o olho, você não percebe. Esse cara, no trabalho dele, ele vai estar lá de boa, fazendo a função dele, mais desde que ninguém sabe, somente RH que sabe, ninguém mais sabe que ele é um homem trans. E ele tem medo, eu sei porque eu tenho um amigo trans e ele tem realmente medo de que pessoas no trabalho descubram que ele é um homem trans porque aí toda a piadinha que ele está inserido, todo o não sei o que, vão retirar ele dali, porque ali ele deixou de ser homem de novo.

JC: [...] deixou de ter o privilégio.

CR: [...] é! Se fosse uma mulher lésbica, você não tem privilégio, você está mais masculina então você está querendo imitar o homem. Você é só o homem sem pinto. É a mulher que não foi bem comida, entendeu ... você continua sendo mulher, então você e seu privilégio eu mesmo na verdade da mulher ...

JC: [...] e como você acha que seria possível a gente mudar, mudar talvez seja muito pretensioso, mas digamos, no dia a dia você faz o que para lidar com essas situações de confusão? Você lida como?

CR: [...] Olha, hoje é assim ... é, cada dia mais eu menos me importo com essa questão das pessoas me confundirem. Eu acho que eu sigo um padrão diferente do esperado, e não é todo mundo que é esclarecido para entender. Então, eu acho que se a pessoa não me desrespeitou ela só me confundiu eu posso só mostrar, eu posso só falar, “não” ou “não sou mulher” ou não às vezes eu nem falo, estou nem aí, meio que não me importa. Quando eu era mais nova eu sentia mais, eu achava que ... por que sabe? Por que as pessoas ficam me confundindo com homem o tempo inteiro? Por que que me barram na porta desse banheiro? Ou porquê ... hoje em dia, acho que depois dos 30 anos, já mais decidida na minha vida, mais confiante no que eu sou, eu me importo muito menos com isso. Mas a minha grande questão hoje é realmente essa questão da educação das pessoas, e principalmente das mulheres. Trabalhar muito com elas, com as coisas que elas falam, com as palavras usadas para se referir às pessoas ... tipo, “não pode”, mas porque que não pode? Não pode porquê ... mano, tipo porque que uma mulher não pode estar de shortinhos curtos num calor de 35°, sabe? E por que ela não pode estar com a barriga de fora? Ela está se oferecendo? Não, ela está vivendo a vida dela. Por que que a gente está falando isso dela também? Porque se a gente não modificar a nossa própria fala não tem como a gente modificar o resto. Então, acho que tem que começar a partir de nós e trabalhando e educando as pessoas mesmo, acho que é isso. Tem que ensinar as pessoas e principalmente agir com naturalidade, porque se a gente não agir com naturalidade e fica fingindo ou fica com medo de falar, as vezes só está dando mais ouvidos para aquilo ...

JC: [...] que reproduza ...

CR: [...] reproduzindo aquilo. Então, a gente tem que ir modificando a nossa maneira de falar sobre nós, sobre outras mulheres, sobre homens e aí aos poucos a gente vai educando as pessoas, porque isso é cultura, e cultura está acima da lei, n/é?, essa que é a verdade!

JC: [...] exatamente. Foi isso, eu acho que você falou tudo, eu acho que temos no dia a dia que fazer as coisas e eu te agradeço por você dar esta entrevista porque isso também é uma maneira de não só visibilizar, senão ir além disso, sabe. É o relato em primeira pessoa, de vivências pessoas, porque não é olha ... eu sou uma pessoa pública e tenho essa vida e todo mundo vê, senão ver como a experiência diária de ser lésbica e dentro dessa categoria lésbica “masculina” ou com todos os sinônimos que se usam de bofinho, de ... enfim, vivenciamos a cidade, como transitamos por ela, como interagimos com as pessoas e como as pessoas interagem com nós, então ...

CR: [...] eu acho até engraçado que você pega duas meninas bofinhos que quando elas cruzam o olho entre elas, elas abaixam o olho imediatamente, porque é o choque, não pode ... (risos) ou então se você está com uma mulher que não é tão feminina, “nossa, mas como assim” porque a heteronormatividade está sempre ali n/é?, gritando na nossa orelha de alguma maneira.

JC: [...] você vê que os casais, dentro da comunidade LGBT, também muitas vezes se diz: “ah eles estão juntos, são dois homens/são duas mulheres, mas reproduzem o modelo hétero ...

CR: [...] e acontece muito

JC: [...] e acontece muito. Agora, por que você acha que acontece?

CR: [...] porque eu acho que é o modelo no qual a gente cresceu, nasceu, viveu. É o modelo que a gente conhece. Então é difícil você sair do papel homem/mulher e entrar no papel de pessoas. Somos todos pessoas em primeiro lugar, você é uma mulher, eu sou uma mulher, mas

nós somos pessoas em primeiro lugar. E se a gente não começar a ser educados enquanto pessoas e não como homens/mulheres nada disso muda, nada disso muda!

JC: Obrigada, valeu!

ANEXOS

ANEXO A – Poemas de Susy Shock “Que otros sean lo normal”

...Yo, pobre mortal,
equidistante de todo
yo D.N.I: 20.598.061
yo primer hijo de la madre que después fui
yo vieja alumna
de esta escuela de los suplicios

Amazona de mi deseo
Yo, perra en celo de mi sueño rojo

Yo, reivindico mi derecho a ser un monstruo
ni varón ni mujer
ni XXI ni H2o

yo monstruo de mi deseo
carne de cada una de mis pinceladas
lienzo azul de mi cuerpo
pintora de mi andar
no quiero más títulos que cargar
no quiero más cargos ni casilleros a donde encajar
ni el nombre justo que me reserve ninguna Ciencia

Yo mariposa ajena a la modernidad
a la posmodernidad
a la normalidad
Oblicua
Vizca
Silvestre
Artesanal

Poeta de la barbarie
con el humus de mi cantar
con el arco iris de mi cantar
con mi aleteo:

Reinvindico: mi derecho a ser un monstruo
que otros sean lo Normal
El Vaticano normal
El Credo en dios y la virgísima Normal
y los pastores y los rebaños de lo Normal
el Honorable Congreso de las leyes de lo Normal
el viejo Larrouse de lo Normal

Yo solo llevo la prendas de mis cerillas
el rostro de mi mirar
el tacto de lo escuchado y el gesto avispa del besar
y tendré una teta obscena de la luna mas perra en mi cintura
y el pene erecto de las guarritas alondras
y 7 lunares

77 lunares
 qué digo: 777 lunares de mi endiablada señal de Crear

mi bella monstruosidad
 mi ejercicio de inventora
 de ramera de las torcazas
 mi ser yo entre tanto parecido
 entre tanto domesticado
 entre tanto metido “de los pelos” en algo
 otro nuevo título que cargar
 baño: de ¿Damas? o ¿Caballeros?
 o nuevos rincones para inventar

Yo: trans...pirada
 mojada nauseabunda germen de la aurora encantada
 la que no pide más permiso
 y está rabiosa de luces mayas
 luces épicas
 luces parias
 Menstruales Marlenes bizarras
 sin Biblias
 sin tablas
 sin geografías
 sin nada
 solo mi derecho vital a ser un monstruo
 o como me llame
 o como me salga
 como me pueda el deseo y la fuckin ganas

mi derecho a explorarme
 a reinventarme
 hacer de mi mutar mi noble ejercicio
 veranearme otoñarme invernarne:
 las hormonas
 las ideas
 las cachas
 y todo el alma!!!!!!... amén.

ANEXO B – Seleção de fotografias

Ao longo do último ano de pesquisa recebi de colegas, amigas e amigos diferentes fotografias de banheiros públicos. Algumas delas são de diferentes cidades do Brasil, como também de outros países (Argentina, França, Itália, Portugal, entre outros).

Estando ciente da incapacidade de mostrar todas as fotografias que me foram enviadas nesta dissertação, optei por apresentar aquelas fotografias que se tornam mais “relevantes” em termos de (1) reivindicar uma heterossexualidade compulsória; (2) reforçar práticas sexuais e papéis de gênero heteronormativos; (3) utilizar figuras ou imagens com conteúdo que legitima comportamentos violentos e abusivos; (4) servir de imagens que em princípio poderiam ser entendidas dentro do espectro ou da intencionalidade de romper com o modelo heterossexual de segregação dos banheiros, mas que acabam retratando os banheiros através de estereótipos e reforçam aquilo que pretendiam romper ou superar.

Seguindo a numeração das fotografias acima: a fotografia **número 1**: placa de banheiro em Viterbo, Itália; a fotografia **número 2**: placa de banheiro em Trieste, Itália, ambas imagens foram cedidas por Tatiana Motterle, fevereiro 2019; fotografia **número 3**: placa de banheiro da cinemateca em Paris, foto cedida por Ana Teixeira, agosto 2018.

A fotografia **número 4**: placas de banheiros na cidade de Recife-PE, fotografia cedida por Guilherme Cavalcanti, março 2019.

Fotografia **número 5**: placas de banheiro em restaurante na cidade de Lisboa-Portugal, fotografia cedida por Fabián Cevallos Vivar, abril de 2019.

A fotografia **número 6**: banheiro público masculino na cidade de Toulouse, França, fotografia cedida por Jessica Morris, setembro de 2018.

Em sequência, apresentam-se bloco de 5 fotografias, sendo a fotografia **número 7**: placa informativa de banheiro sem distinção de gênero na Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (FADU) da Universidad de Buenos Aires (UBA), foto publicada em jornal “El Desconcierto”, acessado por Josefina Cicconetti, agosto de 2017¹¹⁸. A foto **número 8**, letreiro de banheiro em Torino, Itália, fotografia cedida por Antonio Flaviani, agosto 2018. Fotografia **número 9**, moldura de banheiro em madeira e azulejo à venda em Torino, Itália, fotografia cedida por Ricardo Robles, janeiro 2019. As fotografias **número 10 e 11** representam uma sequência que correspondem ao mesmo banheiro, a primeira (número 10) mostra a imagem da porta do sanitário e a segunda fotografias (número 11) é a imagem de dentro do banheiro. Ambas fotografias foram enviadas por Roberta Scatolini, que as viu numa página de Instagram, com o hashtag (ou palavras chave) #bañosinclusivos #gay #lesbiana #heterosexuales #queer #intersex #trans #diversidadsexual, março 2018.

¹¹⁸ Link <https://www.eldesconcierto.cl/2017/08/09/facultad-de-la-universidad-de-buenos-aires-inauguro-primer-bano-sin-distincion-de-genero/>